



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS.
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

GEISE MARI SANTOS OLIVEIRA

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE QUILOMBOLA NA
ESCOLA: a Lei 10.639/2003 em São Braz/ Santo Amaro - Bahia.

SALVADOR

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS.
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

GEISE MARI SANTOS OLIVEIRA

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE QUILOMBOLA NA
ESCOLA: a Lei 10.639/2003 em São Braz/ Santo Amaro - Bahia.

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino

SALVADOR

2014

GEISE MARI SANTOS OLIVEIRA

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE QUILOMBOLA NA ESCOLA:
A LEI 10.639/2003 EM SÃO BRAZ/ SANTO AMARO - BAHIA.**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 16 de maio de 2014.

José Roberto Severino – Orientador _____

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo

Universidade Federal da Bahia

José Bento Rosa da Silva _____

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Universidade Federal de Pernambuco

LindinalvaSilva Oliveira Rubim _____

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade Federal da Bahia

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Oliveira, Geise Mari Santos.

Políticas afirmativas e a identidade quilombola na escola: a lei 10.639/2003 em São Braz /
Santo Amaro - Bahia / Geise Mari Santos Oliveira. - 2015.

128 f.: il.

Inclui anexos.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos, Salvador, 2014.

1. Quilombos - Santo Amaro (BA). 2. Programas de ação afirmativa - Santo Amaro (BA).
3. Negros - Identidade racial. 4. Negros - Santo Amaro (BA) - Identidade étnica. 5. Memória
coletiva. 6. Política cultural. I. Severino, José Roberto. II. Universidade Federal da Bahia.

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 305.8908142

CDU - 316.35(813.8)

Aos quilombolas de São Braz pela confiança.

Ao Professor Severino, por me conceder a honra em ser sua orientanda.

À mainha e painho. Amor sem medidas.

Às tias e primos, pelo exemplo de superação.

À Jonas, o amor que a vida me deu.

Aos amigos, pela força e parceria.

A todos aqueles que acreditaram neste trabalho:

muito obrigado!

Não sou a potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria. (FANON, 2008, p.122)

GEISE, Oliveira. Políticas afirmativas e a identidade quilombola na escola: a lei 10.639/2003 em São Braz/ Santo Amaro - Bahia.117 f. il. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

A pesquisa em questão, que tem por título: “Políticas Afirmativas e a Identidade Quilombola na Escola: a Lei 10.639/2003 em São Braz/ Santo Amaro - Bahia” trata dos temas memória, identidade e políticas afirmativas, avaliando a Escola como local de mobilização e formação da consciência de identidade quilombola. Deste modo, ela dialoga com o entendimento de identidade política e negra, movimentos sociais, políticas culturais e afirmativas. A metodologia proposta para este estudo, baseia-se nas análises de cunho exploratório e explicativo e a produção dos dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental, assim como pela pesquisa de campo, através da análise dos questionários aplicados aos alunos e professores da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo, localizada na comunidade. Este trabalho refletiu sobre a situação das Comunidades Quilombolas no Brasil e as formas como a sociedade civil, o Estado e as próprias comunidades lidam com a dimensão do conceito de identidade quilombola.

Palavras-chave; Memória, Quilombo, Identidades, Políticas Afirmativas, Políticas Culturais.

GEISE, Oliveira. Affirmative action policies and the quilombo identity at school: the Law 10.639 / 2003 in Sao Braz / Santo Amaro - Bahia. 117f. IL. 2014. Thesis (MS) - Institute of Humanities , Arts and Sciences Milton Santos, Federal University of Bahia , Salvador , 2014 .

ABSTRACT

The research in question, which is entitled: "Affirmative policies and the Quilombo Identity in Schools: Law 10.639 / 2003 in Sao Braz / Santo Amaro - Bahia" deals with themes memory, identity and affirmative policies, evaluating the school as a place of mobilization and training of quilombola identity consciousness. Thus, it speaks to the understanding of politics and black identity, social movements, cultural and affirmative action policies. The proposed methodology for this study is based on exploratory and explanatory nature analysis and production of data was performed by means of literature, documentary, as well as by field research, by analyzing the questionnaires to students and teachers Municipal school Ana Judith de AraújoMelo, located in the community. This work reflected on the situation of Quilombo Communities in Brazil and the ways in which civil society, the state and the communities themselves deal with the dimension of the concept of quilombo identity.

Keywords:Memory, Quilombo, Identities, Affirmative Policies, Cultural Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Coleção história e cultura afro-brasileira e indígena	32
Figura 2: Distribuição das escolas classificadas no censo escolar como situadas em territórios quilombolas.	66
Figura 3: Questionário aplicado às professoras de História Afro e Geografia da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo	99
Figura 4: Questionário aplicado às professoras de História Afro e Geografia da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo	100
Figura 5: ALUNO 01	101
Figura 6: ALUNO 02	102
Figura 7: ALUNO 03	103
Figura 8: ALUNO 04	104
Figura 9: ALUNO 05	105
Figura 10: ALUNO 06	106
Figura 11: ALUNO 07	107
Figura 12: ALUNO 08	108
Figura 13: ALUNO 09	109
Figura 14: ALUNO 10	110
Figura 15: ALUNO 11	111
Figura 16: ALUNO 12	112
Figura 17: Público do lançamento do Documentário Quilombo.Doc.....	113
Figura 18: Capa do DVD Quilombo.Doc.....	114
Figura 19: Exposição de fotos do documentário Quilombo.Doc.....	115
Figura 20: Público do lançamento do Quilombo.Doc.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Atividade Curricular em Comunidade
CNIRC	Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra
CPCT	Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DPA	Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro – Brasileiro
DEP	Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural Palmares
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
GIQ	Grupo Inter setorial para Quilombos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
MPB	Música Popular Brasileira
ONG	Organização Não Governamental
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PLANSEAS	Plano de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável em Comunidades Remanescentes de Quilombo.
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação no Campo
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura.
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECAD	Secretaria de Administração
SECT	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza
SEDH	Secretaria de Direitos Humanos

SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional.
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPIIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal
SEPROMI	Secretaria de Promoção a Igualdade Racial do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde da Bahia
SETRE	Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIBH	Universidade em Belo Horizonte, Minas Gerais.
UNESA	Universidade Estácio de Sá

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	14
2 A LEI 10.639/2003: uma luz no fim do túnel.....	19
2.1 O que, porque, para que e para quem?	21
2.1.1 Metodologia de Pesquisa.....	23
2.1.2 Público Alvo.....	24
2.2 O significado da Escola para a Comunidade.....	29
2.3 Material Didático.....	32
2.3.1 Uma análise comparada: qual o modelo ideal?	35
2.3.1.1 Ilê Aiyê.....	35
2.3.1.2 Outras Áfricas.....	36
2.3.1.3 Atividade Curricular em Comunidade (ACC) Memória Social: audiovisual e identidades.....	37
2.4 Professores e Formação.....	37
2.5 Escola, Estado e Sociedade Civil: de quem é o papel de legitimar?	40
3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS ESTIMULADOS PELO ESTADO.....	46
3.1O lugar do Governo no reconhecimento identitário.....	45
3.2O papel das políticas transversais na aplicação de leis.....	55
3.2.1 Organizações e linhas de ação para a proteção dos povos através da aplicação de leis – os lugares de memória.....	58
3.2.1.1A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPRMI)pela igualdade racial em âmbito estadual.....	60
3.2.1.2Fundação Cultural Palmares – promoção e proteção da cultura afro-brasileira..	61
3.2.1.3Programa Brasil Quilombola.....	65
3.2.1.4 Produção Cultural na Lei 10.639/2003.....	68
4 ENTENDENDO A IDENTIDADE QUILOMBOLA EM SÃO BRAZ.....	71
4.1 Pensando Identidade Negra e Identidade Quilombola	72
4.1.1Princípios de Identidade para Autoafirmação Quilombola	78
4.2 Localização histórica da comunidade São Braz no município de Santo Amaro.....	80
4.2.1 Usos da oralidade para legitimação histórica	84
4.3 Identidade e Direitos.....	85
4.3.1 De onde veio a ideia de proteger?	87
4.4 Porque se autoafirmar.....	88

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A -QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PROFESSORAS DE HISTÓRIA AFRO E GEOGRAFIA DA ESCOLA MUNICIPAL ANA JUDITE DE ARAÚJO MELO.....	99
APÊNDICEB - QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ANA JUDITE ARAÚJO MELO.....	101
APÊNDICEC - LANÇAMENTO DO QUILOMBO.DOC.....	113
ANEXO A - CURRÍCULO DOS AUTORES DO LIVRO “HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA”	117

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aconteceu em virtude de um complexo de ações, que compreendem um ciclo iniciado em 2006 quando aos 16 anos ingressei ao Instituto Cultural Steve Biko. A instituição, que se intitula enquanto Organização Não Governamental atua com projetos sociais de cunho étnico racial em Salvador e cidades vizinhas, com formação de jovens para o debate.

A relação com a militância negra começou a despertar interesses que iam de encontro ao que se conservava implantado nos próprios movimentos políticos da minha época, a começar pelo estudantil. Com o ingresso na Universidade, me senti cercada de um imenso desejo de mudança, agregado aos anos de curso na “Biko”, reconhecida na cidade por seu trabalho de engajamento político em torno da população negra.

Este trabalho é o resultado de um grande esforço para entender a razão do autoconhecimento enquanto negra, numa sociedade onde a todo tempo se tenta mostrar que é normal conviver com o racismo ou que é preciso se conformar com os padrões estabelecidos de forma majoritariamente preconceituosa.

A escolha do tema *POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE QUILOMBOLA NA ESCOLA: a Lei 10.639/2003 em São Braz/ Santo Amaro – Bahia* aconteceu a partir da experiência enquanto Produtora Cultural, com uma bagagem voltada para a valorização das expressões culturais afro-brasileiras. Desta forma, após ter realizado os estudos: “*O incentivo cultural no Bloco Afro Ilê Aiyê*”; “*O comércio popular no bairro da Liberdade*”; e “*O rastafarianismo pelo viés dos Estudos Culturais*”, cheguei a um tema no qual pude reunir diversas temáticas sobre os povos afro-brasileiros, a partir do reconhecimento da identidade negra. Além disso, há uma inquietação constante em torno da busca do conceito dessa identidade e como ela se manifesta naqueles que não fazem parte de nenhum movimento social.

Com a proposta de direcionar o viés do ensino da História Afro nas escolas sob o ponto de vista da cultura, trazida pelos povos africanos durante o grande período da escravidão, é que pensamos como poderia ser o ensino da História Afro-brasileira nas escolas, a partir de um olhar sobre a Lei 10.639?

O Instituto Steve Biko foi determinante para a adoção de um posicionamento discursivo diante de questões como o racismo, a autoestima enquanto mulher negra e, sobretudo, a participação da juventude negra no sistema político vigente. Diante disso, o meu

ingresso na Universidade permitiu produzir um retorno para a sociedade, gerando novas reflexões e mobilizando pessoas da minha geração e de futuras.

O objetivo de trabalhar com uma comunidade quilombola, para discorrer sobre a importância de políticas públicas de cultura e educação, se deu a partir de observações pessoais feitas acerca do atual modelo de abordagem social por instituições e grupos da militância negra. Falar da questão racial pode ter caído num modismo, onde o discurso às vezes é esvaziado, esgotando-se apenas em algumas atitudes de parte da população afro-brasileira ou nos moldes da mídia atual, como por exemplo, o usar cabelo *black*, criar manifestações sobre a representação do negro na mídia ou dizer que é quilombola. Mas o que significa usar um cabelo *Black Power*? O que é ser Quilombola? E o Negro na mídia, como ele é representado em relação à sociedade? E qual o fundamento destas questões?

Em fins de 2011, defendi o TCC intitulado *Quilombo.Doc*, tendo como banca examinadora a Professora Dra. Lindinalva Rubim e o Professor Dr. Mahomed Bamba e, como orientador, o Professor Doutor José Roberto Severino. O trabalho compreendeu um documentário de 26 minutos. No produto final, ficou evidenciada a discussão sobre a falta de união entre os moradores, o que impede a promoção de Políticas Públicas de autoafirmação quilombola, assim como a possibilidade de entender que o termo Quilombo necessita de mais estudos e discussões para a delimitação do seu significado. No documentário, notamos a falta de entendimento do que é ser Remanescente de Quilombo pela população, causado apenas por um fato informativo. E pode-se apenas entender o mesmo enquanto um relato da Comunidade de São Braz sobre a sua história.

No processo de deslocamento a Santo Amaro em busca de informações, despertei para a dinâmica das comunidades remanescentes de quilombo existentes, a relação do Estado com estas e os seus poderes de representatividade. Àquela época, conforme defendido no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), optamos por desenvolver o trabalho na comunidade de São Braz, tendo em vista a culminância dos conflitos de identidade e levando em consideração uma necessidade de ter a questão quilombola mais esclarecida naquele lugar.

A dissertação de mestrado veio acompanhada da realização de atividades continuadas junto ao *ACC: Memória e Sociedade*, com a coordenação do Coletivo de Audiovisual do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), participação e publicação de trabalhos em alguns eventos e inserção em grupos de estudo e pesquisa.

A militância pelo direito à comunidade afro-brasileira é inerente à minha atuação pessoal e profissional, e o florescimento do assunto não vem de fora, mas de uma herança familiar e cultural. Deste modo, o trabalho em questão suscita um ideal de identidade negra a

partir de tais observações. Não obstante, trago relatos e observações pessoais acerca de atitudes dos companheiros de militância como do meu principal e mais prezado objeto de estudo que são os quilombos.

A diferença entre identidade negra e identidade quilombola também é discutida neste trabalho, já que ambas são aparentemente confusas em suas terminologias. Em resumo, o termo Identidade Negra se refere ao ideal político do que é ser Negro, o que nos traz indagações acerca do seu aparecimento apenas em posicionamento de luta por direitos. Já Identidade Quilombola, se trata de um termo desvinculado da noção política do que é Ser Negro, principalmente a partir de observações tanto em São Braz quanto em outras experiências quilombolas na Bahia. Quanto a Identidade Negra Quilombola, se trata de um ideal de um público externo sobre o quilombola, muito mais vinculado à raça do que a questão territorial.

Não nos interessa discussões que não avançam e não agregam formas positivas sobre a raça, como militante de causas reais e sinceras, aqui os interesses estão além daqueles partidários e financeiros. Sem incorrer no risco de reproduzir o ‘falar de negro’, muito em voga, buscamos agregar quem de fato é importante, que constitui as camadas populares e as comunidades negras rurais.

Com isso, sem dissociar o lado militante do lado acadêmico, este trabalho foi desenvolvido com muita cautela e em respeito às Comunidades Negras Rurais, principal interesse desse trabalho, o que norteia as organizações políticas e o Movimento Negro organizado em suas diversas frentes. Aqui existe um olhar crítico acerca dos discursos de conscientização da identidade quilombola, onde predomina um ideal voltado para a chegada dos negros ao Brasil e seu processo de exclusão, assim como a existência de Direitos aos Povos Quilombolas. Ao mesmo tempo, é predominante nesse trabalho uma análise sobre ações do próprio Movimento Negro, em especial aquelas que deram certo e foram pioneiras em seus lugares de origem.

Durante a graduação, algumas experiências profissionais foram imprescindíveis para a trajetória acadêmica. O interesse pela discussão de produção cultural atrelada à dinâmica das expressões afro-brasileiras engendrou um caminho por estágios acadêmico que nortearam ambas as temáticas.

Desta forma, destaca-se principalmente o trabalho desenvolvido junto ao Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) em 2010. A instituição desenvolve ações em torno do protagonismo juvenil a partir da arte e educação, o que possibilitou experiência e conhecimento de expressões populares, fazendo com que teoria e prática se

encontrassem tanto no que tange a produção cultural em si, quanto aos temas de memória e identidade. Assim foi possível conhecer expressões culturais como o Samba de Lata da Comunidade Quilombola de Tijuacú, localizada a 382 km de Salvador, no município de Senhor do Bonfim-Ba. Foi possível também participar da série de encontros para a construção de planos locais de cultura e formas de enfrentamento ao racismo e preconceitos em torno de gênero.

Tem-se em vista que a trajetória acadêmica não deve confundir-se com experiências profissionais externas, no entanto, com as dificuldades financeiras encontradas ao longo do percurso, parte da carga horária foi dedicada à experiência de professora de Produção Cultural, produtora do Bando de Teatro Olodum e por fim, funcionária terceirizada da Fundação Cultural Palmares.

Coincidência ou não, todas as experiências profissionais comungaram com o tema da pesquisa e estimularam o desejo em continuar com o tema, sem o imperativo de mudar de foco. A experiência enquanto professora de Produção Cultural, que aconteceu no 2º semestre de 2012, suscitou o desejo por continuar em sala de aula e transmitir ideias tão distantes da realidade daqueles jovens alunos, oriundos de comunidades carentes da capital da Bahia. No mesmo período, desenvolvi a função de produtora do Bando de Teatro Olodum, um dos grupos mais conceituados justamente por ser um dos poucos do Brasil que desenvolve trabalhos apenas com atores negros. Com isso, pude apreender um olhar mais acentuado sobre as formas e o modo como as pessoas, sobretudo do movimento negro, suscitam o debate da luta contra o racismo e de que forma a identidade negra se manifesta na atualidade.

Por fim, com o convite, em meados de 2013, para fazer parte da equipe da nova gestão da Representação da Fundação Cultural Palmares em Salvador, principal referência no que tange às comunidades quilombolas, desempenhei atividades em torno da orientação para o processo de certificação de comunidades quilombolas, acompanhamento de processos, diálogos e mapeamentos de atuais conflitos que envolvem essa população, e produção cultural. Tratou-se de uma experiência única e singular, onde o norteamento do tema de pesquisa adquiriu teor cada vez mais real e prático, já que tendo acesso às principais informações em torno da realidade das comunidades o entendimento tornou-se mais próximo mais objetivo – no sentido conceitual e institucional - do termo quilombo.

Para a pesquisa bibliográfica utilizamos livros impressos, revistas, periódicos, entre outros, o que caracterizou a coleta de dados secundários. Para tal consultamos bibliotecas e acervos, fizemos um levantamento de dados da comunidade, através de pesquisa de gabinete, buscando informações pertinentes ao problema proposto. Para a coleta dos dados primários,

que são obtidos originariamente pelo investigador, trouxemos o questionário como instrumento, caracterizando-se como atividade de campo, no qual a amostragem não foi probabilística.

Nossas fontes não se restringiram aos registros oficiais que, em geral, apresentam o ponto de vista oficial, habitualmente ligado aos grupos que impõem uma direção à sociedade. No intuito de conhecer as expressões de outros setores, procuramos outras evidências, que foram: manuscritos impressos, orais e imagéticos. Uma das formas de investigação foi através da memória coletiva presente na comunidade, que, partindo do real, opera através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da sua construção.

Com isso, o desenvolvimento da pesquisa deixou de ser subjetivo e agregou fatores determinantes para uma conceituação do modelo ideal para o reconhecimento de identidade quilombola a partir de uma execução eficaz da lei 10.639 de 2003.

No **Segundo Capítulo** apresentamos colocamos em análise o uso da Lei, como ferramenta de ação das escolas no ensino sobre identidade quilombola. Não estamos tratando de uma opção de trabalhar quilombo no ambiente escolar, afinal a alternativa de se falar de quilombo e de África está além da proposta desse trabalho. Trazemos o aspecto da obrigatoriedade de execução da Lei e propomos algumas leituras e ações que possam auxiliar os profissionais da educação escolar a lidar com a questão.

O esforço de problematizar a função de instituições governamentais na proteção de identidade das comunidades remanescentes de quilombo, com destaque para o discurso do Estado enquanto ‘regulamentador’ de identidade, assim como a constatação do problema na relação entre a Escola, o Estado e a Sociedade Civil para uma execução eficaz da Lei, deram conteúdo para a composição do **Terceiro Capítulo** da dissertação.

Chegamos ao **Quarto Capítulo**, no qual colocamos na roda questionamentos sobre o pertencimento quilombola na comunidade de São Braz, passando pelo ideal de identidade negra na sociedade brasileira, requisitos básicos para identificação quilombola; expomos um breve histórico sobre a comunidade; sobre a falta de informação via recursos oficiais da história; apresentamos a busca da legitimidade de identidade quilombola a partir da batalha contra a construção do Eco Resort na Ilha de Cajaíba; e a importância de se auto afirmar quilombola em meio ao atual modelo político, através de cinco motivos.

Na conclusão há um balanço geral da pesquisa, aferindo suas limitações e alcances, e trazendo as possibilidades de desdobramentos e perspectivas de continuidade.

2 A LEI 10.639/2003: uma luz no fim do túnel

A lei 10.639, criada no ano de 2003 com o propósito de dirimir a ausência do estudo e ensino da história da África nas escolas brasileiras, aparece como uma ferramenta que obriga o ensino da história afro-brasileira para crianças e jovens. A intenção, corroborando com a iniciativa de uma política de reparação, é promulgar o conhecimento sobre a história da África e a chegada dos africanos ao Brasil, bem como a influência da cultura africana na formação de uma identidade nacionalmente brasileira. Por isto, a escolha do recorte, a partir de avaliações e pesquisas desenvolvidas na Comunidade Quilombola de São Braz, localizada no município de Santo Amaro da Purificação, que fica a 90 km da capital Salvador, no Estado da Bahia.

Ao conhecer Santo Amaro BA em 2011, através da Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), tendo como professor orientador José Roberto Severino com o projeto *Memória Social e Audiovisual* notamos uma cidade inspirada em Dona Canô, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Samba de Roda e Capoeira. Os dois últimos ainda carregados pelo olhar superficial do *background* midiático, entretanto percebemos que Santo Amaro não era somente a Música Popular Brasileira (MPB) de Caetano Veloso, o poder matriarcal de Dona Canô e a voz marcante de Maria Bethânia. Chegando à Casa do Samba/ Associação dos “Sambadores” e “Sambadeiras” da Bahia, percebemos outra cidade de Santo Amaro, um território recheado de múltiplas histórias e pessoas, sobretudo oriundas da zona rural da cidade, com aspectos culturais afro-brasileiros e destinados a uma exaltação ao samba de roda. Percebi também que ali havia um único e grande Quilombo. Posteriormente aconteceu o 1º Encontro das Comunidades de Remanescentes de Quilombo, em 10 de junho de 2011 na Casa do Samba, reunindo representantes da Fundação Cultural Palmares (FCP), da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), da Secretaria da Educação do Estado (SEC), de governantes locais e de moradores das referidas comunidades remanescentes de quilombo do entorno da cidade: Acupe, São Braz, Barro Vermelho, Kaonge entre tantas outras. A partir deste encontro, despertamos para a importância em falar daquelas comunidades e do modo como elas se auto representam, levando em consideração a unidade política e afirmativa delas dentro do município.

A comunidade que habita o distrito de São Braz tem aproximadamente 3 mil pessoas, e a maior parte vive da pesca, da extração de cajá, da agricultura e da venda de palitos. O lugar foi contemplado no ano de 2009 com o título de Remanescente de Quilombo. A titulação se deu a partir de discussões geradas em torno da implantação de um Eco *Resort* na Ilha de Cajaíba, que divide o mar entre Santo Amaro e São Francisco do Conde. Segundo

entrevistas feitas no local, muitas pessoas da comunidade sabiam da historicidade do lugar, da influência dos povos oriundos da África e das torturas vividas por escravizados no Casarão do Barão de Cajaíba na época da colonização. Todavia, muitas destas pessoas não se reconhecem na condição de remanescentes de Quilombo.

No processo de luta contra a implantação do empreendimento, os moradores despertaram para a questão da certificação enquanto Comunidade Quilombola emitida pela FCPe então decidiram formar, a partir da Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiros de São Braz, a Associação do Quilombo de São Braz, dando uma maior representatividade nas discussões acerca da implantação do *Resort*. Devido o (re)conhecimento e discurso de ser Remanescente de Quilombo, assim como as audiências públicas e intensos debates promovidos pela Associação do Quilombo de São Braz, tendo Nildes de Oliveira como Coordenadora Administrativa, as obras foram embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ainda não possui previsão de retorno. A citada associação foi fundada em 2009, separando-se da Associação de Moradores que já existia e que tinha como coordenador Edson Oliveira.

Notamos que diante de uma realidade dita quilombola, há um distanciamento do pertencimento ao lugar histórico, que é reconhecido politicamente como herdeiro de uma resistência africana. Observamos também, ao longo do processo de pesquisa, uma intensa demanda por dialogar sobre negro, quilombo, memória, identidade, pertencimento, lugar, porém percebemos que ainda há muito o que conhecer e (re)conhecernos pertencentes à comunidade e nos diversos cenários que convergem para a história local. De onde vieram os povos africanos e afro-brasileiros? Como vivem atualmente?

Acerca de tais questões, Hall nos esclarece:

Em seu ensaio "Modernismo, pós-modernismo e o problema do visual na cultura afro-americana" Michele Wallace acertou ao indagar se esse reaparecimento de uma proliferação da diferença, de um certo tipo de ascensão do pós-moderno global, não seria uma repetição daquele jogo de "esconde-esconde" — que o modernismo jogou com o primitivismo no passado — e ao indagar se esse jogo não estaria sendo novamente realizado as custas do vasto silenciamento acerca da fascinação ocidental pelos corpos de homens e mulheres negros e de outras etnias. (HALL, 2003, p. 337 e 338)

Portanto, este capítulo vem com o intuito de colocar em análise o uso da lei, como ferramenta de ação das escolas no ensino sobre identidade quilombola. Não estamos tratando de uma opção de trabalhar quilombo no ambiente escolar, afinal a alternativa de se falar de quilombo e de África está além da proposta desse trabalho. Trazemos o aspecto da obrigatoriedade de execução da lei e propomos algumas leituras e ações que possam auxiliar

os profissionais da educação escolar a lidar com a questão. Este trabalho não vem para tentar estabelecer formas de enfrentamento do racismo ou mesmo instruir para o entendimento de suas causas, mas para apresentar algumas reflexões sobre a experiência de São Braz acerca do ensino da história afro em uma escola do Recôncavo Baiano.

Deste modo, traçamos uma linha para entender a existência da lei em contexto prático, desenvolvemos um referencial histórico para a existência do resultado da pesquisa desenvolvida em torno do tema, estabelecemos parâmetros para a escolha do público alvo, avaliamos o impacto causado pela escola na comunidade, avaliamos o material didático utilizado pelos professores de história afro-brasileira, citamos outros modelos de aplicação da lei, avaliamos as opiniões e a formação dos professores e problematizamos o dever da legitimação de identidade quilombola.

2.1 O que, porque, para que e para quem?

Professores em São Braz, como em muitas escolas do país, lidam com a tradicional história sobre a chegada dos povos africanos ao Brasil, bem como sua influência na formação da cultura e história brasileiras. O sofrimento passado pelos antepassados da comunidade negra no processo de escravidão sempre foram demonstrados desde os estudos do maternal ao ensino médio, inclusive com a influência midiática no cotidiano. A militância negra conquistou diversos direitos para a população negra, sobretudo na Constituição de 1988, quando conseguiu inserir e salvaguardar os direitos da cultura afro-brasileira num debate em âmbito nacional.

Entre a inserção do debate sobre direitos na Constituição de 1988 e a criação da Lei 10.639/2003 (15 anos de diferença), se faz proeminente instruir-se sobre a África para além da escravidão e das guerras entre as diferentes etnias. Nesse sentido, a escola, que se configura como a principal referência quando o assunto é conhecimento ‘oficial’, deve assumir esta responsabilidade e gerar conteúdo dos povos africanos e afro-brasileiros, abordando pontos além do processo de escravidão, ressaltando sua cultura, costumes e história. A experiência de vida e o interesse próprio por saber de um determinado assunto devem ser estimulados pelo ambiente escolar, em conjunto com outros fatores sociais, como a família e a comunidade, e, com base nesta premissa, realizamos uma aproximação com os professores da rede pública de ensino no distrito de São Braz.

A criação de Ações Afirmativas e de Reparação é necessária devido o histórico de marginalidade sofrida pela comunidade afro-brasileira, que, ainda hoje, sofre todo tipo de exclusão, com poucas oportunidades de ascensão social. Segundo dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em pesquisas realizadas no ano de 2013, o negro esteve sempre abaixo dos índices de produtividade e relevância econômica no mercado de trabalho e na participação em comunidade. A pesquisa revelou ainda a quantidade de pessoas declaradamente negras desempregadas, que se destacam nos trabalhos informais ou nas cozinhas, portarias, feiras e nos serviços domésticos. Sem demérito ao potencial de cada trabalho desenvolvido, o negro ainda não é destaque na ocupação de cargos de chefia ou de potencial remuneração financeira. No entanto, vê-se nas matérias da Revista Raça e em grandes empresas e corporações, composição ativa de negros em seu quadro funcional.

A participação dos negros nas relações sociais é trazida recorrentemente à discussão por grupos políticos. Sem descartar ou omitir a existência do racismo, velado ou aberto, acreditamos que a questão está diluída e o debate está, em larga medida, nas mãos de minorias políticas, interessadas pelo assunto.

É difícil encontrar gestores fenotipicamente negros em grandes empresas, entretanto, podemos encontrar certo número de profissionais deste perfil racial e étnico ocupando as referidas vagas, e que não possuem interesse algum em discutir a demanda da participação dos negros no mercado de trabalho. Desta forma, é necessário entender em que medida esse debate é importante para a sociedade e apresentar, em números, a presença dessa desigualdade. E aqui entra o debate desta pesquisa.

Muitas pesquisas, cujos resultados serão demonstrados neste trabalho, apontam que há uma frequente exclusão do negro nos diversos estoques sociais: trabalho, saúde, educação, cultura, etc. O reforço do discurso da subalternidade se repete no senso comum e as referências africanas em geral são trazidas em discursos sobre a escravidão, guerras, racismos e preconceitos sofridos pela população negra. E aqui destacamos principalmente a escrita oficial, engendrada pela elite brasileira (e branca) durante muito tempo. No entanto, é preciso pensar num outro caminho, na importância de abordar o ponto sob outra perspectiva, que vai além do lado negativo do processo colonial e escravagista, superar a história vista numa perspectiva única e simplificadora.

Neste sentido, o discurso sobre África a partir de métodos positivos para a formação de jovens conscientes da sua identidade, sua história e sua origem, pode ser ouvido de suas próprias descrições. Mas, além disso, esta pesquisa se fundamentou no princípio de que é necessário conhecer uma África que possui histórias que vão além das mazelas impostas pelo povo branco. Deste modo, avaliou-se o método colocado em prática para a atual execução da Lei 10.639/2003 na Escola Municipal Ana Judite de Araújo Mello, localizada em São Braz,

Comunidade Quilombola do município de Santo Amaro. Nossa intenção foi avaliar a execução da lei na principal escola do Distrito de São Braz

2.1.1 Metodologia de Pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa aconteceu desde a produção do Vídeo Documentário “*Quilombo.Doc*” até sua exibição na comunidade, passando pela aplicação de questionários com os professores e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. A aplicação dos questionários se daria com alunos de todas as séries, no entanto avaliou-se que os jovens iniciam sua formação social e política na escola a partir do 6º ano (antiga 5ª série) e que por isso, teria-se em vista que aqueles do 9º ano, que já passaram por três anos de formação, teriam um arcabouço de conhecimentos suficiente sobre o assunto.

A gravação do vídeo na comunidade deixou como compromisso um retorno para a mesma, onde ele aparece como ferramenta de ação para luta de direitos. Sob uma visão etnográfica, esta pesquisa se fundamentou a partir da observação, descrição e análise de dinâmicas interativas e comunicativas nas relações de poder (Escola e Associação de Moradores), entre os moradores e os representantes do Poder Público que atuam diretamente na Comunidade. Avaliou-se, sobretudo, o cotidiano do lugar, principalmente no âmbito escolar, visando a recomendação de soluções para os problemas e impasses identificados previamente (*TCC Quilombo.Doc*). O objetivo maior da etnografia está no entendimento e na compreensão do desenvolvimento dos processos comunicativos com o propósito de identificar os padrões e regularidades das condições de mudança e de suas potencialidades entre os participantes de uma determinada atividade.

Geertz (1994) vai mais além que estas concepções alegando que a etnografia deve ser conceituada não como o que ela é, mas sim, como é fazer etnografia, sendo esses não apenas técnicas de campo, mas também um esforço intelectual destinado a uma descrição minuciosa de uma realidade sociocultural. (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p.05)

Contudo, esta pesquisa priorizou o lançamento do documentário *Quilombo.Doc*, aplicação de questionário sobre o vídeo, a aplicação de questionários com professores e alunos do 9º ano (antiga 8ª série), consulta a departamentos de cultura, educação e promoção à igualdade racial, participação em seminários e congressos, além da publicação de artigos.

A escolha da metodologia de pesquisa leva em consideração a identificação pessoal com o tema. De fato, tratou-se de um campo de estudo de grande interesse. O estudo da comunicação, durante a graduação, favoreceu para as diversas interfaces encontradas ao longo da pesquisa. Interfaces que vão desde as questões jurídicas e não reveladas a uma grande parte

da sociedade, até as questões geográficas e territoriais, que empreendem estudos e análises, sobretudo, cartográficas. Mas suscitar o campo da comunicação para o estudo sobre quilombos traz à tona uma reflexão sobre o que é transmitido para a população, inclusive aos quilombolas, sobre o real conceito do termo.

Nesse sentido, a metodologia de pesquisa, se dirigiu, a partir de análises prévias, a buscas incessantes pelo verdadeiro sentido de quilombo para a sociedade atual e para o público ao qual este trabalho se destina analisar, que são os quilombolas. Sobretudo, desvendar de qual significado de quilombo estamos falando e qual reparação deve acontecer para cuidar dos casos da não autoafirmação de identidade quilombola. Desta forma, a metodologia desta pesquisa seguiu uma linha de entendimento onde classificamos a autoafirmação quilombola como um elemento de identificação meramente política.

2.1.2 Público Alvo

Com os resultados obtidos através da gravação do documentário Quilombo.Doc, ficou nítida a ausência de autoafirmação quilombola por parte da comunidade. E este pertencimento corresponde a uma identidade política, seja como liderança comunitária ou alguém que busca apenas por melhorias para a sua comunidade.

O ideal de afirmação quilombola, pelo menos a crença de uma identidade coletiva, deve permear todas as instâncias de uma comunidade, desde os jovens até os mais velhos. Tendo em vista que a noção de identidade quilombola é oriunda de pais para filhos e levando em consideração o seu teor histórico, percebemos que não há um pertencimento nem pelos mais velhos nem pelos mais novos, que apenas reconhecem a identidade quilombola quando se fala da articulação e mobilização da Associação Comunitária para o processo de certificação enquanto Comunidade Quilombola.

Com vistas à formação de consciência política quilombola, iniciou-se um processo de pesquisa junto à principal escola da Comunidade, a Escola Municipal Ana Judite de Araújo Mello, tendo em vista o alcance para jovens entre 12 e 18 anos, que frequentam entre o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental. O objetivo foi de buscar um entendimento comum de quilombo a partir de uma avaliação sobre os métodos de aplicação da Lei 10.639/2003. Desta forma, objetivou-se entender o pertencimento quilombola oriundo da formação escolar, sem a imposição de que o entendimento quilombola é mais uma responsabilidade da Escola. Não obstante, entende-se que o conceito de quilombo bem como a historicidade em torno da formação da cultura afro-brasileira, aconteceu principalmente no âmbito escolar. E com isso, concordamos com a ideia trazida por Zelinda Barros (2011):

Como sabemos, a educação é um espaço privilegiado para a transformação da relação de descompasso existente entre a representação do Brasil como um país multicultural e a situação de desigualdade étnico-racial nele observada. Neste sentido, a democratização da educação é considerada por estudiosos/as e ativistas sociais como um dos caminhos privilegiados para o reconhecimento e a valorização histórica da população negra e, em consequência, para o rompimento do etnocentrismo que fundamenta o racismo que se expressa em níveis individual e institucional. (BARROS, 2011, p.22)

Para ouvir de perto o que os alunos pensavam sobre isso, foram aplicados questionários com os 12 alunos do 9º ano. A escolha pela análise apenas com alunos do 9º ano se deu a partir do entendimento de que estes já passaram pelo processo de conhecimento e formação escolar sobre história básica, a partir do 5º ano.

As perguntas do questionário foram elaboradas tendo em vista a formação e conhecimento básicos de cada jovem, com cuidado a não direcionar as perguntas ao principal objetivo da pesquisa, fazendo com que o jovem responda a partir de um conhecimento prévio do interesse de quem aplicou os questionários.

Dos 12 jovens, 10 responderam que nasceram em Santo Amaro e 02 em Salvador. Na segunda pergunta que queria saber o que o jovem sabe sobre a história sua comunidade, 09 responderam que não sabem nada, 02 responderam que sabem que são remanescentes de quilombo e 01 respondeu que sabe sobre a cultura dos quilombos. A ida para a comunidade, dois anos antes da realização destes questionários, tende a influenciar a resposta do público, já que todos sabem que a pesquisa tem como tema a Comunidade Quilombola. Sendo assim, eles poderiam responder que sabem sobre os fazendeiros que moraram lá, sobre as festas, sobre o Samba Chula, ou sobre diversas questões que tangenciem a questão quilombola. Ou seja, foi colocado em risco o cuidado com a organização das questões a fim de não obter uma resposta tendenciosa.

A terceira questão, com foco na introdução sobre o debate proposto por esta pesquisa e pensando no desconhecimento de boa parte da comunidade sobre sua história quilombola, é se o Jovem já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro. Nesta questão 08 responderam que já ouviram, 03 que não ouviram e 01 jovem respondeu que ainda não ouviu. Esta pergunta suscita o público a pensar sobre quilombo ou minimamente se questionar a razão de trazer a escravidão para tratar de assuntos quilombolas.

A quarta pergunta direcionava o olhar do jovem para o ambiente e o dia a dia escolar. Desta forma, o questionamento era sobre quais assuntos o jovem gosta mais de estudar: 02 responderam que gostam de estudar sobre o Folclore; 01 jovem respondeu que gosta de Educação Física; 02 gostam de História; 02 de Ciências; 02 responderam que gostam de

Consciência Negra; 01 respondeu que gosta de estudar sobre o Preconceito e o Racismo; 01 respondeu que gosta de Artes; e apenas 01 respondeu que gosta de estudar tudo.

Tendo em vista o que foi dito sobre o direcionamento das perguntas, esta quarta questão cai em um resultado que não agrada a pesquisa. Ao considerar que abordara cultura afro-brasileira é o mesmo que abordar o folclore é importante ressaltar que o assunto é tratado de uma forma pejorativa, ainda que mesmo assim ele esteja presente na escola. Neste quesito, vale considerar que as datas voltadas para falar sobre cultura afro-brasileira na escola são: 13 de Maio; 22 de Agosto e 20 de Novembro, quando a comunidade escolar volta-se para a concentração em atividades cujos temas estão relacionados, sobretudo, à cultura africana e libertação dos negros escravizados.

A quinta pergunta do questionário focou o olhar do público para o que é marcante na cultura local. Nesta questão, surgiram diversas respostas: 07 responderam, respectivamente, que acham o bumba-meu-boi, o samba chula e o manguezal; 03 responderam, respectivamente, que consideram a capoeira, a escravidão dos negros e a maré; 02 responderam, respectivamente, que muitas coisas e nada são marcantes.

A professora Nilma Lino Gomes, discutindo a formação de docentes pelo viés da estética negra, propõe a discussão de uma relação entre cultura e educação, lembrando sempre que a educação não se reduz a escolarização, mas que se trata de amplo processo, constituinte da humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros (Gomes, 2003).

O questionário priorizou as questões abertas, explorando melhor o universo de conhecimento do público. A única questão de caráter alternativo foi a sexta questão, que perguntava o que é África. Dos 12 jovens, 11 responderam que é um continente e apenas 01 respondeu que é um país. O conhecimento sobre o continente africano ainda é extremamente reduzido, chegando a ser minimizado, no conhecimento de uma grande parcela da população, a um país. A inconsistência dessa informação vem principalmente da formação básica em Geografia, disciplina fundamental para o entendimento de territorialização, principal referência no que tange a obrigatoriedade de uma discussão sobre a relação de identidade com território.

Ao trazer um pouco da discussão sobre a cultura “híbrida” dos Quilombos, apresentamos o autor Milton Santos, um dos maiores teóricos da discussão de Cultura, Identidade e Território. Ele relatou que é impossível estudar cultura separada do espaço, da natureza, apesar de estudos epistemológicos praticarem a análise de ambos isoladamente,

configurando aspectos puros e intrínsecos a cada um. A dinâmica cultural é baseada nos objetos do cotidiano envolvidos pelos aspectos naturais do local. Deste modo, é preciso agir de forma que a realização concreta da história não separe o natural e o artificial, o natural e o político, e com isso devemos propor outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos (SANTOS, 2006).

A sétima questão perguntou se o jovem já fez alguma atividade na escola sobre a cultura afro-brasileira ou africana. Dos 12 jovens, 11 responderam que já fizeram e apenas 01 respondeu que não fez. O questionamento sobre atividades relacionadas à cultura afro-brasileirano ambiente escolar vem de um pensamento cuja relação da comunidade com a escola se dá a partir de uma abertura iniciada pela relação do aluno com o seu território. Com isso, pensamos num entendimento de cultura em sentido antropológico, pensando principalmente, outras formas de falar de cultura afro-brasileira em sala de aula:

A perspectiva antropológica nos ajuda a compreender que a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Os homens e as mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo. (GOMES, 2003, p.02)

A oitava pergunta priorizou o entendimento dos jovens sobre a cultura local, querendo saber se acham que a cultura local possui traços com a cultura africana. Esta foi uma das questões que obtiveram maior quantidade de respostas diferenciadas: apenas 02 responderam que não acham que possui proximidade, argumentando que é muito longe e que não tem ‘nada a ver’; e os outros 10 responderam que sim, argumentando que ela faz parte porque tem muitas coisas em comum, como o samba, a capoeira, o candomblé e outros.

No que tange as manifestações culturais de São Braz, há um destaque para o Samba de Roda e a Capoeira, além de outras expressões como o Bumba Meu Boi e os contos de pescadores. É notória a semelhança com os rituais de origem africana em todo o recôncavo, a partir de uma pertença fiel a uma cultura comum, desde os modos como a comunidade lida com essas manifestações, herdando dos mais velhos, cumprindo rituais de respeito a quem sabe mais sobre o assunto. No Samba Chula, rito mais expressivo e lembrado pela comunidade, oriundo do encontro nos quintais entre pescadores e lavadeiras, ou seja, maridos e esposas, os relativos - versos cantados - são pausados enquanto as mulheres entram na roda para sambar.

A abordagem da execução da lei 10.639 nesta escola implica na receptividade dos jovens com o assunto. Existe uma necessidade de tornar a temática, sobretudo, interessante ao jovem, destacando a importância de que essa discussão em sala de aula não deve ser esvaziada e sim retratada a partir do ponto de vista político e afirmativo. Com isso, a nona questão, perguntava se o jovem acha importante estudar a história e a cultura afro-brasileira, 11 responderam que sim e apenas 01 respondeu que não.

A décima questão trouxe a reflexão para leituras de livros sobre a história africana ou discriminação racial. Dos 12 jovens: 03 responderam que nunca leram; 06 responderam, respectivamente, que já leram livros sobre consciência negra e livros da disciplina de cultura afro; 02 responderam que já leram um livro sobre Zumbi. Na sequência desse debate, a décima primeira questão perguntava se o jovem conhecia alguma história africana, 03 responderam que conhecem apenas a história sobre Zumbi dos Palmares e 09 responderam que não conhecem nenhuma história.

No bojo desse debate, que tem grande relevância para a pesquisa e por isso há um enfoque maior em ambas as questões, vale destacar que as ações empreendidas na disciplina de Cultura Afras e, sobretudo, nas atividades no mês de novembro, considerado o mês da Consciência Negra devido à morte de Zumbi no dia 20, ganham uma legitimidade que vai além do período. A história de Zumbi ganha uma dimensão heroica, mas é pouco estudada em sala de aula. Os jovens não sabem que Zumbi foi um líder quilombola e que sua principal batalha aconteceu no Brasil. Além disso, é importante ter o cuidado para o tipo de leitura trabalhada nessa disciplina, com o pensamento de que é necessário ressaltar que a cultura afro-brasileira é cotidiana, reverberando ações que vão além do universo folclórico e meramente festivo. Neste quesito, há um questionamento do conhecimento do professor bem como dos materiais utilizados em sala de aula para trabalhar a cultura afro-brasileira. Gomes (2003) assevera que estamos diante do desafio de analisar a produção acadêmica existente sobre relações raciais no Brasil e discutir quais aspectos dessa produção deve fazer parte dos processos de formação dos docentes. Resta ainda outro desafio, o de descobrir como a produção sobre o negro e sua cultura, realizada por outras áreas do conhecimento, poderá nos ajudar a refletir sobre a temática: negro e educação, enriquecendo e apontando novos caminhos para o campo da formação de professores.

A décima segunda, e última questão, questionou dos jovens o que eles sabem sobre racismo, e eles puderam expor as suas opiniões sobre o tema, porém as respostas foram bem parecidas. Todos os 12 jovens responderam que já ouviram falar sobre racismo e explicaram das mais diversas formas: o racismo é encontrado em todo lugar principalmente no trabalho;

racismo é quando uma pessoa branca não gosta da negra; racismo é uma forma de discriminação; quando a pessoa discrimina a outra por causa da cor com apelido sem graça; é uma coisa de pessoas sem caráter, não podemos julgar o próximo; porque ensina e fala nas escolas e nas aulas de cultura; o racismo é uma forma de discriminação das raças; porque o racismo está em todo lugar; racismo é quando uma pessoa discrimina uma pessoa; é uma coisa muito ruim para todos que sofrem discriminação racial. É nítida a superficialidade da discussão, sobretudo quando o jovem diz que sabe sobre racismo porque ouviu falar na escola e nas aulas de cultura. Talvez não apareça como um problema, mas falar de racismo apenas no ambiente escolar acaba sendo um trabalho esvaziado. Com isso, não estamos dizendo que este debate deve ser o principal nas rodas de conversa ou no cotidiano dos jovens, mas com as respostas obtidas nesse questionário, percebe-se que eles tratam deste tipo de assunto mais por uma questão de obrigação do que por interesse pelo tema. E quando falamos de interesse, voltamos mais uma vez para o debate da autoafirmação quilombola. Nas respostas, encontra-se pouco sobre as histórias e experiências vividas no Distrito de São Braz, a menos que a pergunta esteja direcionada para a comunidade.

Privilegiar a educação que acontece no interior da instituição escolar, tentando, porém, compreendê-la inserida no processo cultural e articulada com outros espaços educativos não escolares. A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação – vista de uma maneira mais ampla – que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras. (GOMES, 2003, p.04)

Então surgem algumas perguntas: porque não relacionar a história de São Braz ou mesmo de Santo Amaro com a cultura afro-brasileira? Porque não falar sobre os heróis que existem na própria comunidade?

2.2 O significado da Escola para a Comunidade

A história da comunidade é permeada, sobretudo, pelos relatos sobre a Senhora Ana Judite de Araújo Melo, uma das donas de uma grande Fazenda que havia em São Braz e muito querida por seus empregados. Como acontece em muitas comunidades afastadas, as instituições recebem o nome das pessoas mais influentes. A escola, que também é chamada de Ginásio tendo em vista o seu tamanho e sua tradição entre os mais velhos, possui grande representatividade junto aos moradores, sendo que os mais antigos viam a escola como o

lugar das pessoas ‘de condições’, herança de um estigma colocado por quem tinha acesso à educação formal. Deve-se ressaltar que poucos moradores mais velhos sabem ler e escrever, mesmo tendo uma escola a muitos anos na comunidade.

Este estudo voltou-se apenas para análise das disciplinas História e Geografia com foco na cultura afro-brasileira, objetivando entender o modo como a execução da lei pode influenciar a autoafirmação de identidade quilombola em São Braz. O ensino de cultura afro-brasileira está (ou deveria estar) presente em todas as disciplinas do ensino escolar, tendo em vista a sua adequação aos mais diversos assuntos que estão presentes no cotidiano de jovens dentro e fora do ambiente escolar. O ideal de identidade, praticado como se fosse estanque, fixo e tido como único, é na verdade fluido e formado principalmente a partir das diferenças. É importante lembrar que a identidade construída pelo negro se dá não só por oposição ao branco, mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Com isso, o diálogo e a presença da comunidade na escola são fundamentais, colocando outras visões junto ao ensino utilizado pelos professores. Talvez seja outra forma de fazer pedagogia ou um método mais aberto de ensino, onde é possível ter uma dimensão escolar e não escolar mesmo dentro da instituição de ensino.

Para isso, deve ser possível inserir este debate no planejamento pedagógico, sendo desenvolvido em conjunto com a comunidade, disparando conceitos formadores de opinião e basilares da identidade quilombola.

Consideramos assim, que existem diferentes e diversas formas e modelos de educação, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática. Essa reflexão é importante para se pensar os processos educativos, quer sejam escolares ou não escolares. Muitas vezes, as práticas educativas que acontecem paralelamente à educação escolar, desenvolvidas por grupos culturais, ONGs, movimentos sociais e grupos juvenis precisam ser considerados pelos educadores escolares como legítimas e formadoras. Elas também precisam ser estudadas nos processos de formação de professores. (GOMES, 2003, p.04)

O papel da escola enquanto principal instituição formadora de conhecimento do cidadão, tem se fragmentado ano após ano. Hoje, se vê uma escola menos pragmática, voltada para questões atuais e, sobretudo, tecnológicas. A escola do século XXI prioriza acesso à informação e conhecimento atualizado, sempre seguindo os parâmetros demandados pela sociedade, que está em constante evolução. Como disse Gomes (2003), a educação não está somente atrelada ao ambiente escolar, hoje é mais fácil encontrar experiências multidisciplinares, onde o planejamento pedagógico é desenvolvido e construído

coletivamente e se adéqua àquilo que o professor encontra em sala de aula. Digamos que exista um planejamento dinâmico, capaz de se remodelar até mesmo no momento da sua execução para atender o seu objetivo principal que é a transmissão do conhecimento. Além disso, a relação entre aluno e professor é cada vez mais fluida, possibilitando um ganho ainda maior.

A formação da pesquisadora em comunicação e posteriormente em cultura e sociedade ainda não consegue agregar alguns paradigmas oriundos da pedagogia. Nesta pesquisa, poucas leituras são embasadas em autores do campo da educação, pois o debate sobre a Lei 10.639/2003 vai além do campo educacional e invade uma seara ainda mais fluida, que é a de cultura. Pensar essa lei é pensar na transversalidade da cultura, permeando setores e dialogando com áreas múltiplas a fim de congregar uma aplicação ampla do ensino da história afro-brasileira. Então aqui, vamos ter principalmente referências de autores do campo cultural, mas que comungam um viés da cultura de modo amplo, atendendo a especificidade dela própria, que não é estática.

Nesta investigação também se buscou várias formas de falar da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo no distrito de São Braz. A execução da Lei 10.639/2003 e o discurso sobre ações afirmativas devem sair, sobretudo, do lugar comum. Pretendemos entender uma escola moderna, que atende aos desejos da sua comunidade e anseia por uma evolução da educação. Além disso, é fundamental que a escola abra espaço para ouvir o que seus alunos querem saber.

O espaço escolar em São Braz agrega valor no processo de construção de identidade, que inclui inúmeras variáveis, causa e efeitos. Durante esse processo, o jovem se vincula a um grupo de referência, que em geral é a família, mas que aos poucos vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o jovem estabelece, sempre com o objetivo de criar uma visão de mundo, seja voluntária ou involuntariamente. Esta visão de mundo pode ser neutra ou confrontada com índices de memória, de influências políticas e sociais. A noção de neutralidade de identidade vem da ideia de pertencimento ou à atitude de tomar partido sobre algo. Nem sempre haverá jovens engajados pelas questões sociais e políticas da sua comunidade, esse estímulo vem sempre agregado de um fator externo, propiciada por um ambiente não neutro.

Contudo, a escola municipal Ana Judite de Araújo Melo pode ser uma das principais interlocutoras do discurso político de pertencimento a identidade quilombola, tendo em vista o seu eixo de atuação em torno dos jovens, que aderem aos ditames escolares com convicção de que aquele ensino ainda é o mais coerente e principal.

2.3 Material Didático

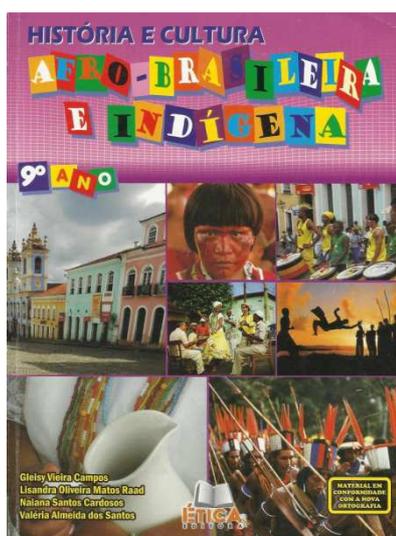


Figura 1: CAMPOS, Gleisy Vieira... [etal]. **Coleção história e cultura afro-brasileira e indígena: 9º ano**/São Paulo, SP: Editora Ética do Brasil, 2010.

A execução da lei 10.639/2003 na Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo encontra como principal entrave a inexistência de material didático que atenda de forma geral sua eficácia. Este debate, que chega soar enfadonho, principalmente entre um grupo de pessoas que desconhecem o assunto, é sempre colocado nas rodas de diálogo sobre uma execução qualificada da lei, mesmo com um grande avanço nas políticas culturais e afirmativas no campo da educação. Em maneira geral, práticas herdadas da educação imposta por padrões eurocêntricos tem sido superadas a passos lentos e pouca força de vontade, sobretudo no que tange as questões burocráticas que envolvem Estado e Governo. As dificuldades são e continuarão muitas, mas os paradigmas do racismo devem ser quebrados principalmente a partir de um entendimento e pertencimento à história e cultura afro-brasileira.

O pertencimento a uma identidade, neste trabalho, não se vincula apenas ao aluno quilombola, mas ao professor de história afro-brasileira. Diferente de outros ramos do trabalho formal, lecionar é uma função pragmática, onde se segue o que um sistema impõe ou a partir de uma lógica segmentada. Defato há um romantismo em tornar-se professor, o que exige do próprio um cuidado que vai além do ato de lecionar. Desta forma, o pensamento do professor também é político, pois se escolhe uma profissão a partir da sua representação e função na e para a sociedade. Então, quais as razões na escolha de ser professor no Brasil, um país cheio de problemas sociais, falta de incentivo para a educação e onde um professor possui credibilidade menor que um jogador de futebol?

É necessário, então, que o professor procure conhecer o mundo desse aluno, porque é através desse conhecimento que será possível compreendê-lo e educá-lo, aproveitando e respeitando o conhecimento, o cotidiano, as experiências, a cultura, que ele traz consigo.

Acreditamos que o professor possa vir a ser um agente desmistificador das ideologias que a escola veicula, bem como de um ensino que evidencie os vários processos civilizatórios e culturais aqui existentes. (SILVA, A.C., 2004, p.75).

Neste debate trago a função e a proposta para formação de professores quilombolas, agentes políticos de transformação social. O professor de um território quilombola deve ser preparado e enquadrado na linguagem daquela localidade. Além disso, coloca-se como sugestão, a incorporação de agentes quilombolas¹ nas escolas, ampliando o universo de debate sobre o pertencimento de identidade quilombola/política. Talvez, um dos equívocos mais cometidos pelo corpo docente tradicional, sobretudo na Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo, seja a não apropriação de potenciais mestres da cultura popular ou agentes da cidadania que não possuam o ‘diploma’. Aqui não deixamos de concordar que a formação é fundamental para a qualificação do profissional da sala de aula, no entanto é viável considerar que há uma exaltação à formação acadêmica, desvalorizando o conhecimento popular.

Desta forma, precisamos lutar por uma justiça cognitiva, afinal as experiências sociais nas comunidades Quilombolas e nos Quilombos Urbanos, na Capoeira, nos Blocos Afros, dentre outros espaços, são produtores de conhecimento. A população negra tem direito à educação, e tem o direito de ter seus saberes reconhecidos e legitimados pela sociedade, visto que a ciência só reconhece o que é mensurável, portanto os saberes populares são silenciados. Contudo, devem ser tratados com a mesma excelência que os saberes científicos, ou seja, os mestres da nossa cultura popular devem ter espaço aberto nas escolas, e nas universidades, para trabalharem com os alunos a construção de outras epistemologias.

A utilização da didática para a execução da Lei 10.639/2003, na Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo, a fim de garantir o pertencimento a uma identidade quilombola, pode não se restringir apenas ao livro, mesmo que ele seja a principal referência no que tange o ensino escolar. E o uso desse livro, pode ser multidisciplinar, atingindo as diversas esferas e disciplinas.

A Secretaria Municipal de Santo Amaro-BA recebeu o livro didático em 2011, nove anos após a criação da lei. Os livros atendem os estudantes do 5º ao 9º ano e possuem um foco nas discussões étnico raciais, culturais e profissionais. O foco dos livros é a Lei

¹ Pessoas – sejam elas artistas e/ou militantes da causa - que desenvolvem ações de formação de consciência quilombola com moradores da comunidade.

11.645/2009, desta forma ela atende discussões sobre índios e negros, no entanto, tendo em vista o recorte desta pesquisa para as discussões sobre o pertencimento a identidade quilombola, analisamos apenas o que tange a cultura afro-brasileira e a Lei 10.639/2003.

A análise do livro traz uma abordagem sobre diversos temas que englobam a história afro-brasileira no Brasil. Embasado num discurso comumente difundido, o livro traz reflexões que tendem a tratar do processo de escravização e exclusão dos negros no país. Encontram-se muitas experiências de debates e discussões sobre a cultura afro-brasileira baseada apenas no histórico negativo da vinda dos negros para o Brasil. Desta forma, no livro lê-se em quase todos os textos e atividades, que o negro ganha menos que o branco, ou que ainda não possuem lugar de fala, ou que sofrem racismo diariamente.

Com a análise do livro, voltamos ao diálogo sobre a superficialidade dos contos e histórias sobre a cultura afro-brasileira. A hipótese é de que se sabe muito pouco sobre o que é essa cultura ou os próprios agentes de transformação difundem apenas o que já está no senso comum, onde herança africana no Brasil está condicionada ao acarajé e à capoeira. Com isso, não dizemos que ambos os aspectos não fazem parte dessa cultura, mas queremos dizer que não é só isso. O livro traz uma exaltação para o negativo, para a história triste de ser negro no Brasil, e, pensando logicamente, quem vai querer seguir acreditando que ser negro é importante, lendo que ele só aparece nas camadas marginais e vive apenas de desilusão?

De todo modo, o livro é carregado de iniciativas pertinentes para o entendimento do jovem sobre a presença negra no Brasil. O texto inaugural da 1ª unidade, por exemplo, é “*O mito da democracia racial no Brasil*” do autor Luiz Maranhão, que apresenta dados empíricos sobre o mito racial no Brasil, falando de dados recorrentes sobre a existência de negros declarados no Brasil a partir de dados do IBGE. Em outro momento, apresenta um texto de Maria Lúcia Aranha, do Livro *Filosofando*. Em atividade, os alunos devem pesquisar o significado de ideologia. Os alunos devem também problematizar, a partir de outro texto, se os negros são mais discriminados que os pobres, provocando os alunos a pesquisarem letras de música preconceituosas. Também trata sobre a criação do Dia da Consciência Negra, estabelecida pelo projeto de Lei nº 10.639/2003 e propõe a criação de projetos e ações para execução dentro da escola, realizadas pelos alunos. A seguir, pretende tratar das Relações Étnico-Raciais e como estão estabelecidas, trazendo alguns dados sobre o mercado de trabalho. Percebe-se uma escrita condicionada à marginalidade. Vale ressaltar que trata-se do último ano do Ensino Fundamental, sendo que o histórico de escravidão e exclusão da população negra foi tratado nas edições das séries anteriores.

Consideramos que a incorporação do livro didático na escola foi um grande avanço, porém se utiliza de um modo pouco evolutivo, pois não aborda o aspecto do retrocesso da história dos negros no Brasil, avaliando-o como um ponto de avanço para pensar a afirmação de identidade negra e quilombola. Esta conclusão chega a ser redundante, mas esta é a cena da análise realizada nos livros didáticos vistos: superficialidade, discurso da exclusão e pouca ênfase no que tange às comunidades quilombolas. Como falar sobre a execução da Lei 10.639/2003 sem ao menos citar as comunidades negras brasileiras? Como é o caso do distrito onde está localizada a Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo.

2.3.1 Uma análise comparada: qual o modelo ideal?

Após anos de luta por experiências que valorizem a identidade afro-brasileira e com avanços, como a Lei 10.639/2003, já é possível encontrar ações que falem de outra forma dessa história. Não basta ter o espaço de direito, é preciso, sobretudo, saber utilizá-lo, e, infelizmente, ainda nota-se uma frequente tentativa de desmotivação da influência dos povos africanos para o Brasil. Também é muito comum encontrar referências superficiais sobre a chegada dos negros no país, como aquelas que reduzem a história da população afro-brasileira à marginalidade sofrida desde a colonização.

Entre os profissionais da educação escolar, ainda são frequentes as reclamações acerca da ausência de material didático suficiente para a execução eficaz da lei. Nesse sentido, elencamos experiências que deram certo no que tange a abordagem diferenciada em torno da aplicação da Lei em sala de aula.

2.3.1.1 Ilê Aiyê

Um exemplo é o bloco afro mais antigo da Bahia carrega consigo uma historicidade que vai além do lado carnavalesco. A referência política, cultural, educacional e estética do Bloco Afro Ilê Aiyê, que em 2014 completou 40 anos, é inerente ao processo de formação dos jovens que ingressam à instituição tanto como estudantes como percussionistas. A didática utilizada, muito baseada naquela do Movimento Negro em geral, conseguiu tornar-se conhecida do grande público, o que é notório nos trabalhos desenvolvidos junto aos jovens do bairro do Curuzu em Salvador-Bahia.

O método criativo de desenvolver e estimular os jovens a valorizar a sua cor e identidade negra, é incentivado pelo reconhecimento e motivação dos idealizadores do projeto que desenvolvem inúmeras formas de colocar os jovens em uma discussão que vai além da arte. No ano de 1992, o bloco criou uma banda voltada para crianças e jovens do bairro da

Liberdade, chamada Banda Erê. A intenção era envolver esses meninos e meninas com aulas de percussão inserindo-os na cultura negra.

Desde a sua primeira aparição, no carnaval de 1975, o Ilê vem trabalhando e difundindo um pensamento de ação política na arte e cultura. O ideal de poder negro a partir da autovalorização e da criação de subsídios de combate à exclusão social, coloca os jovens numa posição de conhecimento e multiplicação. Eles ingressam na Banda e ganham a oportunidade de passar por vários ciclos artísticos, sempre colocando em evidência a sua identidade.

A relação com o sagrado é outra característica inerente ao Bloco. A escolha das músicas, bem como os temas de cada ano, segue uma lógica que corresponde também à questão religiosa, sob influência da Yalorixá Hilda Jitolu, principal referência e idealizadora dos projetos educacionais do Ilê Aiyê. Contudo, a principal assimilação do bloco são os valores, princípios, o toque, as cores, a indumentária e, sobretudo, o respeito ao sagrado, experiências que poderia servir de espelho para o desenvolvimento de ações na Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo.

2.3.1.2 Outras Áfricas

Destaco também o Projeto “*Outras Áfricas*”, de 2006, foi iniciado em resposta a uma demanda das escolas de Salvador que encontravam entraves para a execução da Lei 10.639 de 2003. A ideia era montar um espetáculo para esse fim, e também reunir professores e alunos na pesquisa sobre uma história tão pouco contada, e engajá-los em um discurso para a construção de textos e cenas, criando novas formas de pensar a África através das artes cênicas.

O projeto aconteceu em três etapas. Primeiro envolveu sete instituições culturais e educativas realizando um seminário sobre a *História da África* e o seu ensino nas escolas para 160 professores; apresentações seguidas de debate, do espetáculo *Áfricas* para 1.700 alunos e professores; realização de oficinas do Bando de Teatro Olodum em escolas da cidade, finalizando com uma grande mostra cênica no Teatro Vila Velha. Logo após, o espetáculo *Áfricas* percorreu cidades do interior da Bahia, apresentado para mais de 2300 pessoas e realizando 10 oficinas de teatro, dança, música, memória e identidade. Por fim, houve a transposição do espetáculo *Áfricas* para a linguagem audiovisual, para distribuição em escolas públicas do interior do Estado, e na capital como material didático.

2.3.1.3 Atividade Curricular em Comunidade (ACC) Memória Social: audiovisual e identidades

A atividade intitulada *Memória Social: audiovisual e identidades*, com coordenação do Professor José Roberto Severino da Faculdade de Comunicação da UFBA, é uma das formas mais próximas da academia de estudo de identidade e memória em territórios quilombolas do Estado da Bahia. Trata-se de uma forma etnográfica de desvendar histórias e relatos quilombolas por pessoas que vivem nessas localidades e ainda são persistentes naquilo que acreditam enquanto cultura e modo ideal de vida. A atividade, que se iniciou em 2010 na Comunidade de Acupe localizada no município de Santo Amaro- Bahia vem realizando oficinas de formação em Comunicação, Fotografia e Cinema com jovens estudantes da comunidade, além da produção de vídeos sobre o lugar, realizado com estudantes de comunicação.

O que chama atenção para a importância da atividade é por ela se destacar enquanto iniciativa única de trabalho com Comunidades Negras Rurais da Bahia dentro da Faculdade de Comunicação. Com isso, a ação vem criando laços de trabalho em conjunto com outras instituições vinculadas às Políticas de Ação Afirmativa, considerando o interesse entre os alunos em falar do tema.

O ACC Memória e Audiovisual tem subsidiado uma pesquisa mais abrangente sobre a identidade quilombola por meio das expressões culturais de cada comunidade. Com isso, pode-se não ouvir falar sobre ser Quilombola, mas nota-se um sentimento de pertença quando da auto declaração dos moradores de Acupe, assim como os integrantes de samba de roda e de samba chula, principal iniciativa cultural da comunidade.

O estudo sobre a Lei 10.639 é primordial para o norteamento da produção audiovisual, já que as atividades ocorrem principalmente na Escola Estadual Castro Alves, principal escola da comunidade. Com isso, o debate com os jovens perpassa sobre o seu auto reconhecimento de identidade quilombola, a história da formação da comunidade e uma análise das manifestações culturais locais, nem sempre isentas de tensões, vide a crescente evangelização que vem ocorrendo na região.

2.4 Professores e Formação

No debate sobre a formação do professor de História e Geografia afro-brasileiras é preciso destacar a importância de atualização da formação desse profissional, que vai além da acadêmico/pedagógico. O estudo sobre história e cultura geralmente é confundido tanto por pesquisadores quanto por professores. As pesquisas em história que abordam a temática em

questão são abrangentes, sem, no entanto, tratarem especificamente dos locais, povoados, comunidades, a menos que o pesquisador se atenha a um tema ou período específico em seu recorte. Já a pesquisa em cultura demanda um olhar minucioso sobre os aspectos estudados, por isso não é comum encontrar um pesquisador de uma cultura geral ou nacional, mas estudiosos que partem de um tema para iniciar a sua trajetória de pesquisa.

Os professores da Escola Ana Judite já receberam o material didático e seguem o planejamento pedagógico proposto pela Secretaria Municipal de Educação, em comunhão com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ainda assim, há distanciamento nas discussões (quando ocorrem) locais sobre a questão quilombola, e via de regra é tangenciada e resume-se a história superficial sobre a existência de quilombos no Brasil: local onde os escravos e negros fugidos moravam.

A partir deste cenário, é importante esclarecer nossa proposta, que é de uma educação quilombola política ou simplesmente educação política. A relação entre cultura e política é intrínseca, que reverbera a noção de busca por proteção, promoção e incentivo - proteção para não acabar, promoção para divulgar e incentivo para popularização, sobretudo, econômica.

Logo, o que queremos é tornar fundamental que o professor de História Afro das escolas seja detentor de um pertencimento ou minimamente um conhecimento da cultura quilombola, fato que não foi observado na Escola Ana Judite. Na pesquisa, aplicamos questionários também para os professores de História Afro e Geografia. A escolha por ambas as disciplinas se deu pelo princípio de reivindicações básicas do remanescente de quilombo: reconhecimento identitário e territorial. Aqui, não excluimos a fundamental importância das outras áreas do conhecimento, como português, matemática e ciências, mas queremos enfatizar que ambas as disciplinas exercem maior influência sob a execução da Lei 10.639/2003. A Lei enfatiza o ensino da História Afro, no entanto, tratar sobre a trajetória afro-brasileira sem referência principalmente à dimensão territorial alcançada pelos negros, é ainda mais superficial.

O questionário do professor continha doze perguntas abertas. A escolha das perguntas seguiu um critério de abrangência sobre a história afro-brasileira e seu ensino em sala de aula. A opção por questionar temas vinculados ao foco da pesquisa, como a identidade quilombola, por exemplo, ficaram subentendidas nas perguntas, que deram ênfase, sobretudo, à abordagem e interesse do professor pela temática da história afro-brasileira como um todo.

Deste modo, a primeira pergunta procurava saber do professor, se ele conhece a lei 10.639/2003 e sobre o que ela trata. Ambos os professores, tanto de história quanto de geografia, responderam positivamente, alegando que se trata da lei que autoriza o ensino de

história afro nas escolas. Eles acreditam que é fundamental a aplicação da lei na escola, seguindo com a segunda questão. Na terceira pergunta, os mesmos deveriam responder se fazem atividades sobre a história afro-brasileira em sala de aula. Ambos responderam afirmativamente, alegando que trabalham com eventos culturais e locais de acordo com a região, no entanto, as atividades não foram citadas.

A quarta questão, que pedia para que os professores atribuíssem uma nota de 0 a 10 para a influência que a África exerceu na formação do país, traz uma carga mais conceitual sobre a opinião de ambos sobre a relevância da história da África. Ambos atribuíram nota 07, alegando que as influências e costumes são marcantes no que tange a participação da África na formação histórica brasileira. Dando continuidade à influência sobre a história africana sobre a brasileira, a quinta questão perguntava quais aspectos da história e da geografia eram trabalhados em sala de aula pelos professores. As respostas obtidas foram os valores, cultura e crença, no entanto, ambos não justificaram o porquê e quais valores, aspectos e crenças eram trabalhados. O esvaziamento nas respostas foi constante, demonstrando falta de interesse em responder o questionário ou um desconhecimento do assunto. O fato trazido para este trabalho, a partir de uma avaliação das respostas obtidas até a quinta questão, evidencia o que já era esperado desde o início da pesquisa: um distanciamento das questões étnicas em sala de aula.

A partir da sexta questão até a oitava, a abordagem girou em torno dos materiais didáticos trabalhados em sala de aula. A sexta pergunta se direcionada aos livros abordados em sala de aula, quais deles tratavam sobre a história afro-brasileira e se encontravam disponíveis para pesquisa na biblioteca da escola; a sétima questão, perguntava ao professor se ele julgava o acervo da escola suficiente para o estudo da história afro-brasileira; e a oitava pergunta, pedia que o professor elencasse os materiais que já utilizou para falar de história afro-brasileira em sala de aula. Das três questões, apenas a oitava foi respondida, onde o professor colocou que utiliza livros, revistas e fotografias com frequência.

Da nona a décima segunda questão, abordava a formação do professor, seu conhecimento sobre o histórico quilombola da comunidade e seu uso em sala de aula. A nona questão perguntava se o professor já participou de alguma formação sobre a história afro-brasileira e ambos responderam que ainda não tiveram nenhuma formação. A décima pergunta esperava saber dos professores o que sabiam sobre a história de São Braz e ambos responderam que sabem que se trata de um território quilombola e que a comunidade é rica em cultura.

Com vistas à relevância da história da comunidade para o entendimento de cultura afro-brasileira, a décima primeira questão perguntou aos professores como eles avaliam a influência comunidade como objeto de estudo sobre a história afro-brasileira. Ambos consideram que é muito importante, tendo em vista a história local e as diferentes formas de abordagem de aspectos que fazem parte do cotidiano da população.

A pergunta de número doze queria saber dos professores se eles abordam características da comunidade nas atividades sobre história e geografia afro-brasileiras. Os mesmos responderam que abordam as questões histórias por serem remanescentes de quilombo, bem como as manifestações culturais como Samba Chula. Por fim, a décima terceira questão, perguntou de acordo a uma listagem de cores, quais delas os professores se identificam e os dois responderam que se identificam à cor preta.

Contudo, o entendimento de participação dos professores na vida dos alunos dentro e fora da escola é limitado, não apenas pelas questões de residência, mas de participação e conhecimento da realidade de cada um deles. Desta forma, este trabalho vem revelar o motivo do distanciamento da identidade quilombola em relação aos alunos. Nas atividades desenvolvidas em sala, afirma-se que São Braz é uma comunidade quilombola. Mas porque é quilombola? O que faz com que aquele território seja quilombola? Com base em que critérios?

2.5 Escola, Estado e Sociedade Civil: de quem é o papel de legitimar?

A responsabilidade pela educação dos jovens brasileiros tem sido condicionada à Escola, local onde todos passam pelo menos 1/3 de suas vidas. Com isso, a função de legitimação ética e histórica fica a cargo de instancias externas, fora do ambiente familiar. A tradição ficou por conta do esquecimento, a memória está protegida apenas nos museus e a cultura está renegada ao romantismo, onde se vive cultura apenas em um ambiente de mero cunho político ou divertido. Tudo isso se condiciona com a globalização e o relacionamento com países mercantis. Nesses casos, valorizam-se muito mais a formação para a vida profissional, para o ato de 'ganhardinheiro', desvalorizando atribuições basilares para a formação, sobretudo, humanas. Com isso, quem se preocupa com cultura tende a ser entendido como folclorista ou visto pela sociedade como aquele que é dado ao desleixo, já que o campo cultural não é rentável e nem é compreendido como um bem fundamental para a sociedade.

A preocupação com a preservação das tradições em uma cultura nem sempre é uma pauta comum a todos que a comungam. Com vistas à negação da cultura, resta-se saber quem

tem o papel de legitimar alguém ou alguma coisa culturalmente. Se as pessoas vivem em função do dinheiro e do capitalismo, onde se pode encaixar o papel de formar cidadãos plenos de seus direitos e deveres? E quais são esses direitos quando se fala da diferença cultural? Nesse sentido, problematizamos também o papel de legitimação da cidadania cultural a partir de seus referenciais identitários. Em geral, os conflitos identitários tendem a se agravar quando as questões de subsistência se colocam como urgentes. Se uma comunidade corre o risco de ser extinta ou realocada por algum grupo mais forte ou empreendimento financeiro, a comunidade pode ter ajuda da justiça ou de instâncias públicas a fim de buscar por seus direitos enquanto cidadãos e o Estado têm como papel assegurar proteção para os mesmos.

Com base nestas premissas, resolvemos observar de perto a recepção dos moradores do lugar acerca das questões em torno do pertencimento quilombola. Em consonância com o que foi proposto desde o início do projeto *Quilombo.Doc*, exibimos o documentário na Escola Ana Judite de Araújo Melo durante o mês de Novembro de 2013, mais especificamente na semana da Consciência Negra, que compreende 20 de Novembro. Exibir o filme na comunidade estava em uma das contrapartidas oferecidas pelo trabalho, na verdade, um compromisso. O fato de fazer um trabalho sobre uma comunidade que não tenho a mínima relação familiar ou de amizade, fez da exibição mais que um simples retorno, mas uma obrigação.

A utilização do recurso audiovisual como método empírico de pesquisa, fez com que além pudéssemos acompanhar de perto o que aquelas pessoas compreenderam deste trabalho, qual a função e porque uma “estranha” resolveu falar sobre São Braz. Sobre este aspecto, convém lembrar a contundente colocação de Barbero acerca do uso da tecnologia como método empírico de pesquisa e intervenção social:

Como assumir então a complexidade social e perceptiva que hoje reveste as tecnologias comunicacionais, seus modos transversais de presença na cotidianidade, desde o trabalho até o jogo, suas intrincadas formas de mediação tanto do conhecimento como da política, sem ceder ao realismo do inevitável produzido pela fascinação tecnológica, e sem deixar-se apanhar na cumplicidade discursiva da modernização neoliberal – racionalizadora do mercado como único princípio organizador da sociedade em seu conjunto – com o saber tecnológico, segundo o qual, esgotado o motor da luta de classes, a história teria encontrado seu substituto nos avatares da informação e comunicação? (MARTIM-BARBERO, 2001, p.11)

Os pensamentos de Barbero contribuem também para problematizar os usos das ferramentas tecnológicas como meios de transformação e intervenção social. O autor intervém nessa discussão quando coloca que a mediação da televisão e do rádio passa a fazer parte dos discursos, atuando como ferramenta política, já que se trata de uma mediação socialmente

produtiva. Para o autor, o meio não se restringe apenas a veicular as representações existentes, nem mesmo pensa em substituí-las, mas que se constitui como peça importante da vida pública.

Com isso, vive-se num mundo onde comunicação e cultura constituem o principal campo de batalha política, onde há uma incessante luta de recuperação da dimensão simbólica da política a fim de enfrentar problemas de ordem coletiva.

Desta forma, durante a exibição do filme, que aconteceu na Feira de Consciência Negra da Escola, e que agregou diversas atividades temáticas em torno da cultura africana e manifestações da comunidade, os participantes responderam a um questionário simples relacionado ao filme exibido.

Durante o evento, estiveram presentes 63 pessoas, dentre elas, representantes da Associação Quilombola, moradores mais antigos e pessoas que participaram do processo de gravação, além de alunos, professores e representantes da Secretaria de Educação do Município. O evento aconteceu durante a manhã do dia 20 de Novembro, uma quinta-feira, o que fez com que a maior parte da comunidade não pudesse participar, já que possuem outros afazeres, sobretudo, domésticos. Enquanto assistiam ao filme, o público vibrou bastante ao ver pessoas conhecidas na tela. Entre risos, emoções e alguns espantos, o público preferiu responder ao questionário ao término da exibição.

A faixa etária do público variou entre 10 e 80 anos, o que gerou a obtenção de respostas amplamente diversificadas sobre a recepção do vídeo. A maioria do público, ou seja, 44 pessoas tinham entre 10 e 15 anos. Nota-se a fundamental importância de jovens para a existência deste trabalho, afinal são eles que movimentam as discussões em torno da criação de leis e ações com foco na aplicação da história afro-brasileira nas salas de aula. Em atenção a este público, priorizou-se a exibição no próprio ambiente escolar.

Das 63 pessoas presentes, 10 possuíam idades entre 16 e 21 anos. Tendo em vista que a escola é direcionada apenas aos estudantes do Ensino Fundamental, entre o 1º e o 9º ano, onde a maioria dos alunos possui no máximo 15 anos, encontrar jovens nessa faixa etária, acima de 16 anos cursando o ensino fundamental, demonstra um problema a ser enfrentado pelo corpo docente: como relacionar o ensino para diferentes idades e percepções de mundo?

Entre o público presente, quatro pessoas tinham entre 21 e 30 anos, 03 entre 31 e 50 anos e apenas uma pessoa tinha mais de 60 anos. Entre estes estão os professores, moradores e representantes institucionais. A participação destas pessoas na atividade gerou um entendimento mais político da ação, podendo ser observado nas respostas. Vale ressaltar que

todos os presentes, sobretudo o público mais velho, parabenizou pela ação e pediu cópias do DVD, que foi distribuído na escola e na comunidade.

Das 63 pessoas que responderam ao questionário, 57 atribuíram nota 10 ao vídeo; 3 pessoas deram nota 8; 2 pessoas nota 9; e 1 pessoa atribuiu a nota 9,5. Vale ressaltar que das pessoas que atribuíram nota 8, uma delas é funcionária da Secretaria Municipal de Educação (que também declarou que não se assume quilombola), a outra pessoa compõe a Associação de Moradores e a outra é estudante. Das pessoas que atribuíram nota 9, uma delas representa a Associação de Moradores e a outra também é estudante. A pessoa que atribuiu nota 9,5 foi a mesma que afirmou possuir dúvida entre se assumir negro e quilombola.

Para as 63 pessoas que responderam ao questionário, houve destaque para: o momento em que se expõe a Ilha de Cajaíba no vídeo; para os depoimentos das pessoas que buscam pelos direitos de Povos Quilombolas; e para os personagens da própria comunidade que participaram do vídeo. Das 63 pessoas que responderam 60 se consideram negras, 02 não se consideram e 01 está em dúvida. Sendo que 58 se consideram quilombolas, 03 não se consideram, 01 está em dúvida e 01 não respondeu.

Os dados da pesquisa realizada permitiram sincronizar o pensamento da importância da descentralização de execução da Lei 10.639, incorporando outros atores da sociedade civil em sua dimensão ideológica.

3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS ESTIMULADOS PELO ESTADO

O Decreto federal nº 4.887/2003, assim como o decreto estadual nº11.850/2009 definem as comunidades remanescentes de quilombos: Art.4º - Consideram-se Comunidades Remanescentes de Quilombo, para os fins deste decreto, os grupos étnico – raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, nos termos do Decreto Federal nº4887, de 20 de novembro de 2003.

O princípio da identidade, estimulado pela representação e percepção de ações naturais ou sociais, nem sempre é originado de forma simples e dinâmica. Pode-se entender por identidade, os fluxos de atração mútua por algo que remete a uma memória, crença, ações e aspectos que destinam a uma realidade subjetiva. O nível da subjetividade só pode ser alcançado pela prática cotidiana de um fato, seja ele de cor, mitológico, crença, modos de vida e costumes, praticados por pessoas de um mesmo convívio. Entretanto, a subjetividade alcança o nível da hereditariedade, onde nem sempre é necessário viver um fato para poder percebê-lo em uma dada sociedade. Um aspecto subjetivo passado de geração a geração, é destinado à perpetuação de determinadas tradições, mesmo ganhando outras significações em função do tempo.

A percepção do conceito de Quilombo passa por uma relação do ponto de vista político e subjetivo. O sentido político de ser remanescente de quilombo advém de uma constatação de reconhecimento de identidade a partir da luta por direitos. Alguns casos de títulos concedidos pela Fundação Cultural Palmares a comunidades remanescentes de quilombo são frutos de um processo de luta por território, benefícios assegurados pelo governo, entre outros. A ideia de Quilombo do ponto de vista cultural e histórico é descoberta na maioria dos casos, no processo de certificação. Desta forma, percebe-se que o desejo por descobrir mais sobre sua história é, em muitos casos, aflorado pela ausência de alguma coisa, pela falta de acesso a determinados direitos.

O sentido subjetivo de Quilombo vem acompanhado do fator histórico e cultural. Mesmo estimulado pela luta por direitos, a ideia de ser quilombola está presente na comunidade e o seu significado é buscado constantemente pelas pessoas que tentam entender porque a sua localidade detém esse título. Ao tempo que, para assegurar o título de remanescente de quilombo é necessário que essa comunidade organize uma comissão ou busque a certificação através de uma associação de moradores, devidamente legalizada sob os parâmetros judiciais. A busca pela certificação exige pesquisa e relatos escritos e orais que comprovem que a comunidade era Quilombo. Dessa forma, relatos dos moradores mais

antigos, fotografias da localidade, aspectos naturais e monumentos históricos são levados em consideração na construção do relatório.

Nossas fontes, conseqüentemente, não se restringiram aos registros oficiais que, em geral, apresentam o ponto de vista oficial, habitualmente ligado aos grupos que impõem uma direção à sociedade. No intuito de conhecer as expressões de outros setores, procuramos outras evidências, que foram: manuscritos impressos, orais e imagéticos. Uma das formas de investigação foi através da memória coletiva presente na comunidade, que, partindo do real, opera através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da sua construção.

A atuação de representações da sociedade civil organizada, como a Associações de Moradores, proporciona o acesso a diversos direitos e benefícios assegurados pelo governo, ao mesmo tempo em que acaba concentrando determinadas informações em um grupo que participa das reuniões e discussões.

O pertencimento a uma identidade quilombola fica, em muitos casos, determinado a um grupo específico, que detém o conhecimento e as informações precisas sobre o assunto. Nota-se que esse pertencimento em uma comunidade está determinado por um interesse político por ser remanescente quilombola, sendo assegurado pelo fator conceitual e histórico.

Este terceiro capítulo vem como um esforço de problematizar a função de instituições governamentais na proteção de identidade das comunidades remanescentes de quilombo. Com destaque para o discurso do Estado enquanto ‘regulamentador’ de identidade, tenta-se entender quem é o Governo no encadeamento de ações que direcionam ao pertencimento identitário. Além disso, o que estas instituições tem feito no sentido da proteção dessas comunidades bem como pontuar ações de instituições específicas e de que forma elas dialogam para uma ampla ação da Lei 10.639/2003. Por fim, tenta-se problematizar a relação entre a Escola, o Estado e a Sociedade Civil para uma execução eficaz da Lei que regulamenta o ensino da história da África nas instituições de ensino, e de que forma pode-se legitimá-la enquanto ferramenta crucial para o reconhecimento de identidade quilombola.

3.10 lugar do Governo no reconhecimento identitário

Com o intuito de reparar danos causados à população, sobretudo negra, ao longo dos séculos o Estado, a partir da luta dos movimentos sociais, regulamentou as Ações Afirmativas. Com elas, pretende-se acabar com as desigualdades acumuladas ao longo da

história e garantir igualdade de oportunidades e direitos, além de reparar perdas decorrentes da discriminação. Nesse sentido criou-se, por exemplo, a Lei 10.639 em janeiro de 2003, tendo em vista a reparação, especialmente através dos livros didáticos, contudo assegura Silva, A.C. (2004, p.93): “O livro didático reproduz e reforça as relações raciais baseadas na discriminação, apresentando como natural o tratamento desigual dessas relações”.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 foram criadas com o intuito de implementar o estudo da História da África nas Escolas de Nível Fundamental e Médio. A Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “*História e Cultura Afro-brasileira*”. Porém, a execução das leis esbarra: na capacitação deficiente de professores, já que estes tiveram uma formação fundamentada nos conceitos eurocêntricos; escassez de material didático que contemple o conteúdo programático da disciplina; e na falta de uma integração e conscientização política na relação entre escola e comunidade.

Conforme Adami (2007) em março de 2005 foram apresentados alguns pontos relacionados à implementação efetiva da lei, tais como: formação de professores e de outros profissionais da educação.

Entretanto, os professores, que em sua formação também não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação da identidade do nosso país, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola. Nesse sentido, este ponto pode ser um dos obstáculos estabelecidos com a lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, visto que a mesma não disciplina nem menciona em nenhum de seus artigos cursos de capacitação voltados à preparação de professores na área.

Além disso, discute-se ainda a reestruturação das bases pedagógicas num movimento de resgate histórico, ressaltando os conceitos trabalhados em sala de aula e a base teórica empregada. Por este motivo, incluiriam no rol de conteúdos e em atividades curriculares dos cursos de educação das relações étnico-raciais conhecimentos de matriz africana que diz respeito à população africana. (SANTOS, L., 2011, p. 167)

Por muito tempo perdurou a ideia negativa acerca do conceito de Quilombo, onde seus moradores eram vistos como ilegais ou herdeiros de uma prática infratora. Dessa forma, com a criação de ações estatais para o respeito à diversidade cultural, com foco, sobretudo, na proteção das comunidades afro-brasileiras, tem-se em vista o estímulo para o reconhecimento identitário. Pode-se com isso afirmar, que no caso das Comunidades Remanescentes de Quilombo foi necessário uma ampla ação do Governo, com muito incentivo dos Movimentos Sociais para que os moradores destas se identificassem enquanto quilombola.

O reconhecimento de identidade a partir da constatação dos direitos regulamentados pelo Estado assegura de alguma forma que as comunidades remanescentes de quilombo ainda

existam. Percebe-se que, em muitos casos, existe uma omissão do fator identitário em função do desconhecimento da informação. O pertencimento a uma identidade quilombola vai além do fator étnico e cultural e ganha um corpo maior. Coloca-se em questão interesses que vão além de puramente assumir-se quilombola, mas de garantir reconhecimento da comunidade enquanto tal, além de ampliar os objetivos para conscientização política da comunidade. Percebe-se que de forma geral, como dito anteriormente, que a tendência é que apenas grupos relacionados às instâncias de poder simbólico, como as pessoas vinculadas à Associação de Moradores e Representantes de Governo estejam engajados no processo de reconhecimento de identidade quilombola.

O crescente número de comunidades quilombolas em todo o país, sobretudo na Bahia, tendo aproximadamente 500 comunidades certificadas até 2013, evidencia uma tomada de consciência das localidades e do Estado. Nesse sentido, percebe-se uma intensa movimentação em torno de editais específicos para comunidades tradicionais, dando ênfase às culturas locais. Com isso, percebe-se um interesse acerca dessas localidades, com destaque, sobretudo para os Grupos de Samba de Roda, Artesanato e Gastronomia. Como uma forma muito positiva de proteger essas culturas, o Estado consegue colocar o seu papel de promotor dos direitos das comunidades, bem como de salvaguarda dessas culturas.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, contempla um amplo conjunto de ações que, apoiado na visão sistêmica da educação, busca articular, da creche à pós-graduação, políticas voltadas para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades. O PDE, na medida em que enxerga a educação como um todo, cria as condições necessárias para ampliar a qualidade social do ensino oferecido a nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

(...) O debate sobre as ações afirmativas ganhou corpo e instituiu uma agenda de políticas públicas e institucionais para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira. Em conjunto a SEPPIR, e com outros órgãos da Administração Federal, o MEC tem participado ativamente, com elaboração de pareceres, fornecimento de dados, presença em audiências públicas, entre outras ações para a aprovação do Projeto da Lei de Cotas, no Congresso Nacional. A política de reserva de vagas no ensino superior público brasileiro, que atinge 52 instituições no ano de 2009, revela a legitimidade e a legalidade das ações afirmativas. Todo esse contexto favorável impulsionou o trabalho da SECAD/MEC na promoção da educação das relações étnico-raciais (PLANO NACIONAL, 2013, p. 54 e 55).

O levante de discussão deste trabalho circunda por meio de uma execução eficaz da Lei 10.639/2003. E para isso, não consideramos que ela esteja restrita apenas à escola e a padrões pedagógicos onde apenas a instituição escolar, através das ferramentas cabíveis a ela

– como o livro didático e formação dos professores –, possa colocá-la em prática. O multiculturalismo e a diversidade étnica devem fazer parte do processo pedagógico e de execução da Lei 10.639. A união de forças e ações conjuntas das Secretarias de Cultura e Educação pode ser a melhor opção de execução mais vigorosa da Lei, que exige uma demanda de discussão e conhecimento cada vez mais amplos. A cultura, que está constantemente em evolução, não dá conta dos processos de entendimento, salvaguarda e reconhecimento da identidade cultural. Os processos de afirmação cultural e identitário se dão principalmente nos locais de formação: escola, casa e sociedade. A comunidade se vê constantemente influenciada pelos novos moldes multifacetários, que engendram as mudanças culturais.

Ao falar de tradição, preservação da identidade e memória pode-se pensar em perpetuação cultural. Diferentemente do que o termo preservação conclui Quilombo não significa que seus moradores vivam somente da agricultura, que suas casas sejam de taipa, que na comunidade não tenha energia elétrica e água encanada, que os moradores não tenham computador e celulares de última geração. Assim como, não se pode admitir que a Educação caminhe em passos únicos, sem diálogo com outros setores da sociedade, como a cultura, meio ambiente, etc.

Como se pode notar, a questão das Comunidades Quilombolas vai muito além da demarcação de território, titulação de terras e regularização agrária. A comunidade, que traz sua identidade e resistência, constitui-se também enquanto parte formadora de uma cultura, e de opinião. Para isso, é necessário compreender em que medida o Regime Federal tem atuado de forma consistente quando o assunto são as Políticas Culturais voltadas para as Comunidades Remanescentes de Quilombo. Políticas Culturais são formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura (FÉLIX; FERNANDES, 2008 p. 03).

É necessário reconhecer que para além da escola, existem outros espaços de formação, sobretudo cidadão e intelectual. Desta forma, é necessário conceber ações onde educação e cultura caminhem juntas com foco na valorização e proteção dos povos afro-brasileiros. As experiências pedagógicas nos Quilombos devem ir além do livro didático e da padronização escolar, se deve propor intervenções na comunidade, com atenção, sobretudo aos mais velhos e ao território que fala por si só. Mesmo que o cotidiano seja parte intrínseca da vida dos remanescentes de quilombo, é fundamental fazer com que estas pessoas entendam a sua

história e possam combater a opressão dos mais fortes, seja financeiramente ou de informação.

Certeau concluiu em sua obra “*A Cultura no plural*” que os inaptos são excluídos não somente de uma cultura, mas da cultura (uma vez que o sistema que os elimina de uma instrução os rouba também de suas tradições próprias) e, não tendo outro meio de se avaliarem senão conforme o critério único imposto pela escola (mas também pela família, pelo meio social), eles se marginalizam a si mesmo (CERTEAU, 1994, p. 105).

Talvez a principal dificuldade de execução da lei seja o seu cumprimento burocrático. O pensamento de sua execução pura e simplesmente atrelado ao ambiente escolar segmenta sua execução, não considerando que o cotidiano dos alunos faz parte de uma cadeia onde a escola aparece como o fechamento de um círculo. Com a segmentação da execução da lei 10.639, corre-se o risco de reforçar situações de preconceito racial, onde mesmo que presente cotidianamente na vida do jovem, a história do quilombo aparece apenas no livro didático, distante de uma realidade vivida diariamente.

A formação do profissional de sala de aula poderia estar atrelada às vivências comunitárias, com visitas às localidades e trocas de conhecimentos.

Isto aponta para a urgência de se olhar mais de perto as experiências escolares que essas crianças e jovens vivenciam. Os pesquisadores da área escolar precisam aprender para propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental dos afro-brasileiros na sociedade e, com isso, no currículo cotidiano e na biblioteca escolar, proporcionar outros encontros identitários, mas, dessa vez, de inclusão, de sucesso e, portanto, de aprendizagens positivas. (MATTOS, 2009, p.29)

O pensamento de uma execução eficaz da lei para o reconhecimento de identidade quilombola remete à relações práticas e subjetivas. Nos tempos atuais, muitas comunidades já dispõem de modos de vidas avançados e em equilíbrio com o desenvolvimento tecnológico. Entretanto, deve-se considerar que práticas comuns dos quilombos ainda perpetuaram-se, como o trabalho na agricultura e pesca e manifestações culturais típicas. Sendo assim, o discurso político remetido pelas instituições representativas (como as Escolas e Associações de Moradores) deve permear uma educação aberta à diversidade humana, atenta às desigualdades e disposta a construir novos parâmetros de cidadania onde a diferença não seja percebida como alicerce da desigualdade. Ou seja, que a luta por direitos continue fazendo com que existam comunidades quilombolas e que elas possam se pertencer enquanto tais.

Subtende-se, portanto que a etnicidade parte de uma crença subjetiva e histórica de pertencimento. Dessa forma, não é necessário viver determinada cultura para compartilhar de aspectos dela, como a vestimenta, religião, formas de pensar. A exclusão determina a concepção da formação étnica e engendra agrupamentos ao mesmo tempo, e a criação desses grupos sempre vai excluir um ou outro justamente por não possuir os traços determinantes para ‘ocupação de lugar’ no agrupamento específico.

Segundo a autora Seyferth, que estuda os fluxos migratórios no Brasil, os discursos étnicos dos imigrantes e seus descendentes, as etnicidades tinham por base as diversidades culturais resultantes do processo histórico de imigração e criação de instituições comunitárias recreativas, assistenciais, culturais, escolares, etc., que reforçaram os limites grupais nas regiões de colonização ou nas cidades. Dessa forma, a formulação das etnicidades obedece a códigos culturais privilegiados na determinação de limites étnicos, embora a crença na afinidade de origem, de conotação racial seja comum a todos (SEYFERTH, 2002).

Dessa forma, remete-se a uma noção de discurso enquanto ‘formador’ identitário. A ideia de miscigenação e pluralismo étnico, por exemplo, nasce de uma teoria onde todos os brasileiros são frutos de uma mistura étnica e racial. Entretanto, percebe-se que existe uma dificuldade dessa ideia nacionalista, em reconhecer como legítimas as identidades étnicas e as formas culturais produzidas pelas migrações e outros processos sociais.

Ainda com base em Seyferth, a etnicidade aparece como elemento de articulação, juntamente com a asseveração de uma cultura negra brasileira. Cultura e raça, então, aparecem como critérios positivos de autoafirmação. Com isso, volta-se à ideia colocada anteriormente, onde existe um jogo entre subjetividade e prática quando se fala em identidade quilombola. A subjetividade colocada em questão circunda a noção histórica e factual do pertencer-se quilombola. Se um determinado território agrega fatores que indicam ter sido um Quilombo, logicamente seus moradores deverão saber disso, mesmo que superficialmente. Entretanto, percebe-se que é preponderante o interesse político por se pertencer quilombola, agregando valores de raça e etnia, para que assim se possa assegurar a manutenção do território. Convém ainda aprofundar esta questão na perspectiva étnica:(SEYFERTH, 2002).

O que funda o grupo étnico é a crença subjetiva. Quanto à nação, ela é como o grupo étnico, baseada na crença da vida em comum, mas se distingue desse último pela paixão ligada a reivindicação de um poderio político. (...) para Weber grupos étnicos são aqueles que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração. Já a Raça não interessa ao sociólogo. Importa apenas quando ela é sentida subjetivamente como uma característica comum e constitui por isso uma fonte da atividade comunitária. (...) para Weber a língua e religião

desempenham um papel importante, talvez porque autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham de código linguístico comum ou mesmo um sistema de regulamentação ritual da vida. (...) Contudo para Weber o fato decisivo continua sendo a comunidade política. Ela corresponde ao que ele designa como forma mais artificial de origem da crença no parentesco étnico, aquela pela qual uma associação racional transforma-se em comunalização étnica, atraindo simbolismo da comunidade de sangue e favorecendo a emergência de uma consciência tribal ou a eclosão de um sentimento de dever moral ligado a defesa da pátria. (POUTIGNAT, 2011, p.37)

A militância negra encontrou inúmeras dificuldades para agregar pessoas, assumidamente negras, ao movimento que concebia o acesso aos direitos básicos daquela população: moradia, saúde e educação. Era importante fazer entender que o negro é capaz de frequentar a escola, ser um bom profissional e além de tudo, que ele é também um ser de direitos. Para tanto, o movimento se apropriou do discurso de que é bonito ter a pele negra, que o cabelo duro não é ruim, que o candomblé não é religião do demônio, que não se deve admitir ser chamada (o) de mulata (o), neguinho e outros apelidos pejorativos. Segundo os critérios do movimento, é desta forma que a reivindicação por direitos iguais e respeito às diferenças se dá, com foco na apropriação da sua identidade, sobretudo étnica, para poder questionar e validar o seu discurso de emancipação e combate ao racismo.

Alguns autores como Tomás Tadeu da Silva e Katherin Woodward (2002), defendem que as identidades só podem ser lidas a partir das práticas discursivas. Esta referência é importante para analisar que, partindo da discussão também trazida pelo autor Stuart Hall (2003), a identidade é construída a partir do discurso. Esta análise é o ponto de partida para entender o ensejo dos Grupos de Militância Negra utilizaremos referências históricas para combater o racismo, e exigir a liberdade sem preconceito.

O problema dessas delimitações é o risco de identificar e distinguir grupos étnicos pelas características morfológicas das culturas das quais são os suportes. Isso implica um ponto de vista um tanto preconceituoso. Como forma de solução, Poutignat sugere quatro categorias de atribuição e identificação dos grupos étnicos: 1 – perpetua-se biologicamente de modo amplo; 2 - compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; 3 - constitui um campo de comunicação e interação; 4 - possui um grupo de membros que se identifica e é identificado como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo (POUTIGNAT, 2011).

Contudo o fato decisivo continua sendo a comunidade política, ou seja, ainda que um remanescente quilombola não resida mais naquela comunidade, ele vai sentir e de alguma forma proteger o seu local de origem. Pois aqui, o quilombo corresponde ao

que Weber designa como forma mais artificial de origem da crença no parentesco étnico, aquela pela qual uma associação racional transforma-se em comunalização étnica, atraindo simbolismo da comunidade de sangue e favorecendo a emergência de uma consciência tribal ou a eclosão de um sentimento de dever moral ligado a defesa da pátria (POUTIGNAT, 2011).

Em uma vida inteira, tal fato não acontece duas vezes. O negro contentou-se em agradecer ao branco e a prova mais brutal disso é ao número impressionante de estátuas disseminadas pela França e pelas colônias, representando a França Branca acariciando a cabeça crespa do bom preto, cujos grilhões foram quebrados.

“Diga obrigado ao senhor”, diz a mãe ao filho... Mas sabemos que, muitas vezes, o menino sonha em berrar alguma outra palavra – mais repercussiva... Mas o preto ignora o preço da liberdade, pois ele não lutou por ela. De tempos em tempos ele luta pela Liberdade e pela Justiça, mas se trata sempre de liberdade branca e de justiça branca, de valores secretados pelos senhores. O antigo escravo, que não encontra na sua memória nem a luta pela liberdade nem a ânsia da liberdade de que fala Kierkegaard, fica com a garganta seca diante do jovem branco que brinca e canta na corda bamba da existência.

Quando acontece o preto olhar o branco com ferocidade, o branco lhe diz: “Meu irmão, não há mais diferença entre nós”. Entretanto o negro sabe que há uma diferença. Ela a solicita. Ele gostaria que o branco lhe dissesse de repente: “Preto sujo!” Então ele teria uma oportunidade única de “lhe mostrar”...

Porém normalmente não acontece nada, nada além da indiferença, ou da curiosidade paternalista. (FANON, 2008, p.183)

O caráter político de uma execução eficaz da Lei 10.639, pensando uma aplicação num escopo maior, abrangendo a atuação inclusive de instituições culturais, deve ter uma expertise para o público que será atingido pelo ‘benefício’. Com isso, não queremos glorificar a criação da Lei como uma vantagem da população negra, assim como uma parcela racista da sociedade oprimiu os negros que ingressaram nas universidades através das cotas. Com o disfarce do racismo no Brasil, tornou-se fundamental entender e colocar em pauta o discurso a ser utilizado no combate à opressão e à marginalização da população afro-brasileira.

O texto de Fanon (2008) traz uma reflexão para o tratamento do negro em relação ao branco. Mas esse branco não é o colonizador. Trazendo o debate para outro contexto, na era do *Facebook* e das Tecnologias Móveis é preciso criar novos moldes de combate ao racismo. É preciso antes de identificar o opressor, reconhecer as formas de exclusão da comunidade negra. Os movimentos sociais obtiveram diversas conquistas ao longo dos anos, entretanto é preciso perceber as ações contrárias. Como exemplo, pode-se citar a suspensão no ano de 2013 de editais voltados para a cultura negra, nas artes cênicas ou em pesquisas acadêmicas, tendo como promotores a Secretaria do Audiovisual, a Fundação Nacional das Artes do

Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional. A ação que envolve milhões de reais para a promoção da cultura negra foi suspensa pelo juiz da 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, José Carlos do Vale Madeira, que aludiu ao fato a ausência de outras “etnias” nos editais, e disse ainda que “destinados exclusivamente aos negros abrem um acintoso e perigoso espectro de desigualdade racial”

A quem interessa as Ações Afirmativas? Essa pergunta deve nortear todas as ações e discursos dos Movimentos que representam a comunidade negra. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado a partir da Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010, a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

No que tange a cultura, o Estatuto da Igualdade Racial regulamenta que o poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, para as comunidades quilombolas, a preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, deverão estar sob a proteção do Estado.

Toda e qualquer ação direcionada às comunidades quilombolas deverão ter atenção, sobretudo, à moradia e a cultura em âmbitos locais. Nesse sentido, o autor Certeau foi muito pontual em seu livro “*A Cultura no Plural*”, ao compreender que não existe política cultural sem que situações socioculturais possam ser articuladas em termos de forças que se defrontam e de oposições reconhecidas. Trata-se de saber se os membros de uma sociedade encontrarão, com o poder de se situar em algum lugar no jogo de forças confessas, a capacidade de se exprimir, já que estão afogados no anonimato do discurso (CERTEAU, 1994).

De todo modo, as ações desenvolvidas por instâncias voltadas para o turismo, a cultura, a agricultura, educação, direitos humanos, pesca, patrimônio e outros setores da sociedade, devem ser articuladas a fim de buscar um entendimento do que é ser quilombola. Estas ações são fundamentais para o fortalecimento do discurso destas comunidades que são vítimas de latifundiários e grandes empresários interessados nas terras para ampliação do seu poder aquisitivo, desconsiderando a moradia que possa existir no local.

Quando o Estado assume o papel de munir de conhecimento as comunidades para o reconhecimento de identidade, torna-se fortalecido laços políticos internos e ações mais consistentes. O poder simbólico e objetivo do Estado reforçam as questões de proteção das comunidades. Com isso, tem-se em vista que as ações e discursos emergidos do poder político

de âmbito público são formadores de identidade, entendendo que se tem no Estado uma âncora para a esquematização de conceitos e atitudes para a consolidação de políticas públicas.

A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva² (Partido dos Trabalhadores) no ano de 2003 foi um marco para a consolidação de políticas públicas no Brasil. Em seu governo, o país teve como Ministro da Cultura o cantor Gilberto Gil, que em suas metas, buscava pelo aumento dos recursos financeiros do Ministério da Cultura, para pelo menos 2% do orçamento da união. Dentre muitos governos, o do presidente Luiz Inácio ganhou destaque por enfatizar a importância do reconhecimento de identidade para a consolidação e proteção das comunidades tradicionais.

Tanto a cultura quanto a política estão articuladas hierarquicamente a um vértice em que são os mecanismos de poder que dispõem a regulação. “Como afirmava Marx, ‘o setor social determina a consciência’ deste modo tem que se entender como visões políticas representam um modelo de organização que trata de oferecer um guia cultural”. (MUÑOZ, 2005, p.14)
Os movimentos e as ideologias políticas giram em torno de construções cosmovisivas, nas quais o epicentro não deixa de ser o significado elaborado pelos grupos de poder em relação ao conceito de hierarquia social. (SANTOS, A., 2011, p. 68)

O trecho do livro *“Tradições Populares e Resistências Culturais: políticas públicas em perspectiva comparada”* de Santos traz a guisa da discussão sobre o foco dado pelo governo Lula às questões populares, tendo em vista a sua imagem de Presidente do Povo. Em oito anos de gestão, pôde-se perceber uma forte inclinação para as questões que atendem, sobretudo, as comunidades tradicionais. Com isso, Lula garantiu diversos eleitores com o seu discurso acessível acima de tudo às camadas populares. De fato, muitos brasileiros se identificaram com aquele presidente considerado semianalfabeto e oriundo das camadas mais baixas da população. Entretanto, ainda que marginalizado, os posicionamentos do Governo Lula e do Ministro Gil, ambos, frutos de períodos de intensa revolução brasileira, foram fundamentais para a afirmação de identidade de diversos povos (SANTOS, A., 2011).

Em sentido geral, a Lei 10.639/2003 não foi criada com foco exclusivo na política de educação. Entretanto, sua aplicação esteve atrelada sempre às ferramentas didáticas. Dessa forma, ações de outras áreas da sociedade podem servir de suporte para uma execução eficaz da Lei. As políticas culturais, entendida de modo amplo como um conjunto de ações e atores em prol de uma cultura que atenda aos anseios de uma determinada população, devem pensar

²Presidente de 01/01/2003 a 01/01/2011.

formas de aplicação da lei em outras instancias societárias, mesmo havendo ações específicas para a salvaguarda dos povos de comunidades quilombolas.

O reconhecimento de identidade quilombola a partir de uma execução eficaz da Lei 10.639 entende uma aplicação além do ambiente escolar. Nesse caso, torna-se necessário entender os parâmetros para proteção das comunidades quilombolas em sentido amplo, onde o conhecimento histórico está além dos livros didáticos e da educação disciplinar do professor. Com isso, entende-se que a aplicação da Lei de forma equânime se dá através do diálogo entre educação e os outros setores que atingem a sociedade; atuação extraescolar do professor; atuação conjunta entre escola e sociedade civil.

A ampla aplicação da lei com atenção para uma atuação mais incisiva do Estado engendra símbolos de pertencimento que geralmente não estão presentes no ambiente escolar, como: as histórias contadas pelos avós, a prática pesqueira herdada de pai pra filho, as festas locais, a construção genealógica de proprietários das grandes fazendas e seus empregados, a identificação de locais históricos da comunidade, entre outros.

De todo modo, a identidade enquanto fator político oriundo do processo de conscientização ainda é o caminho principal para assegurar a existência de comunidades quilombolas. Entretanto, o Estado enquanto fomentador pode fomentar o (re)conhecimento dos povos, com um enlace entre presente, passado e futuro, agregando ferramentas que vão além do que está escrito nos livros. Com isso, ficará mais fácil entender determinados processos cotidianos que ficam sem explicação.

3.20 papel das políticas transversais na aplicação de leis

O desenvolvimento deste capítulo pretende propor intervenções do Estado e da Sociedade Civil para a execução da Lei 10.639/2003. Em tese, entende-se que a aplicação efetiva da lei se dá com ferramentas multidisciplinares, sendo no ambiente escolar ou não. Com isso, não se desconsidera que o foco desta legislação está enquadrado nas políticas de educação. Este trabalho problematiza a diversidade de forma que os padrões educacionais possam ser adaptados. Contudo, deve-se lembrar de que a organização política do Estado Brasileiro comporta instâncias e regimentos desde Câmaras Municipais até a Presidência da República, sendo assegurados pelas Secretarias de âmbitos municipal, estadual e nacional.

O racismo e as diversas formas de exclusão acompanham o desenvolvimento das sociedades, tornando-se cada vez mais agressivo tendo em vista o seu disfarce por meio de ações que ‘enobrecem’ alguém que foi marginalizado durante décadas. Nesse sentido,

sobretudo a partir da Constituição de 1988 e com a intensa mobilização social, construíram-se formas de proteção da comunidade afro-brasileira em suas diversas localidades.

A abordagem da cultura em sua dimensão antropológica – onde cultura é tudo-, principalmente adotada após a eleição do Governo Lula, possibilitou uma expansão da discussão sobre Diversidade Cultural, Cultura Popular e Direitos Culturais. O ministro Gilberto Gil, em seu pronunciamento para ocupação de cargo no ano de 2003, iniciou sua fala argumentando sobre o lugar da cultura nas discussões sociais, onde está empregada sempre à margem em relação à Saúde, Educação, Esporte, etc. Atrelado a isto, ele infere sobre a discussão do conceito de cultura, cujo qual compreende diversas significações, tanto nos meios intelectuais como numa mesa de bar. Desta forma, Gil adere à conceituação do entendimento de Cultura na perspectiva ampliada, que além da linguagens convencionais das artes, a considera em sua dimensão antropológica, quando cita a diversidade cultural brasileira enquanto determinante da identidade cultural como um todo. O então Ministro da Cultura ainda destacou a existência de outras categorias, facilitando o eixo de análise e influência: a cultura de massa, a cultura popular, a cultura erudita, entre outros.

Sobre este último ponto juntemos que, num contexto como este de Rio das Rãs – onde os relatos sobre o passado produzidos por esta elite se inscrevem em atos políticos e respondem às solicitações de atores mobilizadores de recursos e instrumentos de legitimidade -, é útil questionar o valor desses relatos como expressões de uma memória coletiva. Seria necessário, por isso, levar em conta os atores que geram esses discursos e sua lógica de ação específica. (SILVA, V. S., 2000, p.329)

De todo modo, uma abordagem do conceito ampliado de cultura para uma efetiva execução da Lei 10.639/2003 através do uso da transversalidade da cultura, propicia a reafirmação de uma autoestima positiva da população negra e mestiça. Ensinar e aprender sobre e na diversidade, propor situações de aprendizagem que sejam desafiadoras e que tragam novos conhecimentos³. Assim, criam-se promotores da transformação do Brasil para que exista um país de direitos iguais e respeito à diferença. O desafio proporcionado pela ampliação do uso da Lei a outras atividades formativas empreende um entendimento mais dinâmico sobre a influência africana na construção da sociedade brasileira, bem como deixa de reforçar o negativismo trazido pela tradição racista em torno do negro e a supremacia do

³O Brasil assinou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001 e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2005.

branco. Trata-se de um ensinamento que não elimina o outro, apenas são complementados pela real versão acerca da História do Brasil.

Uma execução eficaz da Lei de forma transversal insere um entendimento de cultura enquanto fator fundamental para o desenvolvimento humano, compreendendo que ela constitui um bem fundamental para a sociedade. De todo modo, como afirma Gil, a missão das Políticas Culturais deve estar voltada para a proteção das culturas de raiz e para a promoção da reflexão e olhar da população para a cultura como fator fundamental para a evolução humana.

De modo muito crítico, existe uma cultura pedagógica, onde há um modelo pré-determinado em que todos devem acompanhar. É como se existisse uma cultura universal, no qual homens e mulheres estarão adaptados a um modelo de cidadania. E é o Estado que gera este molde cultural, criando uma “versão particular de humanidade”. A cultura universal recai sobre a pluralidade em suas brechas, já que nenhuma cultura é inteiramente pura, conforme Edward Said (1995), do Estruturalismo, quando esquematiza a relação entre cultura e imperialismo, na produção de culturas vistas como superiores e culturas vistas como inferiores.

A cultura enquanto heterogênea e não estática gera o conflito entre tradição e modernidade. Nos tempos atuais, é impossível, por exemplo, pensar que Comunidades Quilombolas vivem como os Quilombos do final do século XIX. Imaginar que os povos quilombolas vivem apenas da agricultura familiar e passam o dia jogando capoeira e fazendo samba de roda, pode ser entendido até como ofensivo.

A cultura gerada nestes locais ao longo dos anos deve ser protegida, ao invés de preservadas, para que não se percam, já que estão em constante evolução e são inerentes à dinâmica social. Deste modo, os discursos da militância negra, que muitas vezes estão enquadrados no sentido da perpetuação cultural, caminham em direção contrária à evolução destes locais. O olhar romântico em torno da cultura pode ser compreendido neste exemplo, a partir da adoração do não civilizado. Onde os Quilombolas aparecem como uma cultura única e excluída do capitalismo, que é o que gera a produção e rege a escolha cultural. Sobretudo, aquele que entende e cultua a cultura dita “dos excluídos”, é o civilizado, intelectual e solidário.

3.2.1 Organizações e linhas de ação para a proteção dos povos através da aplicação de leis – os lugares de memória

Neste quadro teórico, podemos nos questionar sobre essas características da memória atribuída a priori às comunidades remanescentes de quilombos na construção de uma apresentação político – jurídica do objeto histórico quilombo. Em que medida elas refletem na verdade, mecanismos identitários e modos de organização existentes nas comunidades consideradas hoje como remanescentes desses quilombos? Por outro lado, nessa luta para a conquista do sentido do ano “Zumbi”, a que acabamos de nos referir, é interessante questionar em que medida esta súbita construção do quilombo como “fato de memória” reflete uma memória real do passado, além de modos de representação da história compartilhados entre as populações envolvidas. Precisamente, parece-nos que, descobertas no ano Zumbi, essas comunidades apenas foram lembradas por sua origem nos antigos quilombos, enquanto comunidades remanescentes. Desse modo, considerada como um atributo transparente e mecânico, a ligação com esse passado específico é, em grande parte, pressuposta e está desligada dos processos sócio históricos pelos quais essas comunidades foram se desenvolvendo e se organizando. É contra esta forma de determinismo que Barth chama atenção, lembrando-nos que “categorias de identificação”, como a memória coletiva, grupo étnico, etc., não são características primárias e fundamentais de um grupo, mas sim resultados, implicações do processo de construção e de reconstrução sucessivas desse grupo através da sua história. (SILVA, V.S., 2000, p.300 e 301)

O esforço das instituições que lidam com as questões quilombolas está diretamente vinculado aos desafios da memória. No entanto, o conceito de quilombo envolve um misto de lembrança, memória e esquecimento. Tendo em vista os postulados trazidos pelo autor Halbwachs, a lembrança é traduzida em imagem subjetiva e construída a partir do social, além de só poder ser construída a partir da relação entre memória e esquecimento (HALBWACHS, 2013).

No que tange a memória, alguns autores a diferenciam em parâmetros. Halbwachstrabalha com os conceitos de memória coletiva, que aparece como um misto de passado e presente envolvendo diversos atores em uma construção mágica. Já a memória histórica aparece num ponto de vista mais organizado, reconstruindo os dados fornecidos pelo presente da vida social projetada no passado reinventado (HALBWACHS, 2013).

O autor Candau desenvolve uma construção antropológica de memória e identidade para entender o ser humano como ser social e cultural. Um dos seus objetivos é correlacionar indivíduo e coletividade a partir de representações, crenças e lembranças. Para Candau, existem níveis de memória: a protomemória ou memória de baixo nível, que se trata de uma memória social incorporada com práticas e códigos e ocorre sem tomada de consciência; a memória de alto nível, que se revela com evocação e reconhecimento; e a metamemória, que é a representação de sua própria memória. Para ele, memória coletiva é comum a todos na

suposição de que todos compartilham as mesmas lembranças, criando assim representações. Identidades coletivas são partes de um grupo com origem, história e língua compartilhada. No entanto, cada um sempre terá suas próprias lembranças (CANDAUI, 2012).

Nesse jogo de memória e lembrança, evocam-se com frequência os conceitos esquecimento e representação. Em termos práticos no que se refere a quilombo, pode-se entender que é necessário esquecer para lembrar a partir de representações. O advento do esquecimento é uma relação constante de presente e passado. No entanto, permite-se a frequente pergunta: é preciso esquecer para lembrar?

Essa experiência pode estar carregada de impressões insuportáveis, quer dizer, lembranças que não se ousa confessar aos outros e, sobretudo, a si próprio, pois elas colocariam em risco a imagem que se faz de si mesmo. É sobre esse laço profundo entre memória, excluída do campo da consciência, e identidade do sujeito que se funda a teoria psicanalítica. Desde seu primeiro tópico, Freud concede um lugar proeminente à memória na organização do psiquismo, cujas três instâncias – consciente, pré-consciente e inconsciente – são definidas em função da maior ou menor facilidade de acesso das lembranças à consciência. Seu aprofundamento posterior da questão da lembrança observa Jean Guillaumier, não é outra coisa que aquela da identidade pessoal através do tempo, quer dizer, a representação, ou melhor, a presença de si a si próprio.

Por um lado, a contenção de certas irrupções mnésicas é uma defesa do Ego contra a lembrança de algum acontecimento traumático, doloroso ou perigoso, resistência que pode se manifestar através de sintomas neuróticos, pelos sonhos, pelos lapsus linguae ou calami e todos os atos falhos. A noção de repressão da energia pulsante do inconsciente, compatível com certas teorias biológicas, é, portanto, fundamental para compreender os mecanismos que permitem ao sujeito impedir a devastação pelo passado da imagem que ele faz de sua identidade no presente. Desse ponto de vista se afirma o caráter ambivalente da memória no jogo identitário, pois ela pode simultaneamente organizar ou desorganizar a construção de uma imagem satisfatória de si própria. (CANDAUI, 2012, p.64)

O conceito de quilombo, quando corresponde à comunidade de escravos fugidos das Casas Grandes e de terras invadidas por ex-escravo, torna os remanescentes de quilombo herdeiros de aspectos dos estigmas de seus antepassados. Mais uma vez o negro aparece não como vítima de sistema imposto durante séculos, mas como um ilegal. Ainda nos tempos de hoje, mesmo com diversas conquistas do movimento negro, a existência dos remanescentes de quilombo encontra impasses vinculados ao racismo e advindos de um imaginário colonial. Uma das justificativas contra os herdeiros quilombolas, é que há uma ideia de segregação na existência das Comunidades Remanescentes de Quilombo, que o Brasil é um país mestiço e por isso ninguém deve possuir direitos sob a terra. Além disso, há a grande luta com latifundiários e defensores do desenvolvimento (desordenado) das áreas urbanas.

Diante desse quadro, o lema da escravidão ainda é trazido constantemente com a justificativa de que os próprios negros iniciaram o processo escravista em seu continente e que ‘eles’ mesmos praticam o racismo um com o outro. De fato, na África existia a escravidão e venda de negros para outras tribos e países como um modo de produção escravista. Nesse sentido, tinha-se no uso da mão de obra escrava um funcionamento político, econômico e social de diversos países africanos, estando condicionado, sobretudo à condição de escravo no mais baixo nível da hierarquia social.

O desenvolvimento desta pesquisa não pretende se ativer aos motivos e empecilhos que desencadearam a escravidão africana e a que se expandiu para os diversos países do Ocidente. No entanto, sem desconsiderar que é de suma importância um diagnóstico dos motivos que levaram aos longos séculos de escravidão, o objetivo deste ponto do capítulo pretende nortear o leitor para uma avaliação acerca das políticas desenvolvidas pelo Estado para proteção das comunidades quilombolas, tendo como base conceitual a relação, passado, presente e futuro que norteia a existência das Comunidades Remanescentes de Quilombo, as quais dependem frequentemente da compreensão e desejo pela não omissão da sua história.

Desta forma, pretende-se avaliar de que forma instituições de âmbito Estadual e Federal, que regulamentam políticas públicas para as comunidades quilombolas, lidam com o conceito de quilombo, sobretudo na atualidade e que programas e ações vem desenvolvendo no sentido de proteger esses povos e municiá-los para a constante batalha contra o racismo e a extinção dos quilombos no Brasil.

3.2.1.1A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) pela igualdade racial em âmbito estadual

O Estado da Bahia foi pioneiro ao criar em 2006 a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) que tem como finalidade planejar e executar políticas de promoção da igualdade racial, além de proteger os direitos de indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância. A Secretaria, que em 2013 tem Elias Sampaio à frente da sua gestão, se divide nos seguintes eixos prioritários: Desenvolvimento sustentável das comunidades Quilombolas, Políticas Inter setoriais e afirmativas, Promoção e Defesa de Direitos e Fortalecimento do controle social de Políticas Públicas. Para desenvolvimento das suas ações, a Secretaria possui como referência o Plano Estadual de Promoção a Igualdade Racial.

A secretaria tem priorizado o diálogo com outras áreas do governo a fim de executar programas voltados à implementação de políticas de ações afirmativas visando a promoção da

igualdade e a garantia dos direitos da população negra. Através da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, a instituição tem buscado ações estratégicas para a educação, tendo como prioridade a adoção de medidas que viabilizem a execução da Lei 10.639/2003, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado.

A SEPROMI tem se destacado no Estado da Bahia, sobretudo, no que tange as comunidades quilombolas. A partir da criação da Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais (CPCT), que tem por finalidade formular políticas de promoção da defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, criou-se o Grupo Inter setorial para Quilombos (GIQ) que surgiu com o Decreto Nº11.850 de 23 de novembro de 2009 e é composto por representantes das seguintes secretarias: SEAGRI (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura), SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), SESAB (Secretaria de Saúde da Bahia), SEDIR (Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional), SEC (Secretaria de Educação), SECTI (Secretaria de Ciência e Tecnologia), SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte) e SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza). Ao GIQ cabe o desenvolvimento e execução dos Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentáveis para Comunidades Remanescentes de Quilombos (PLANSEAS), que têm por objetivo nortear a execução da Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Entre as ações do CPCT, estão: a articulação de políticas para comunidades quilombolas, com elaboração, implantação, desenvolvimento e execução de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambientais Sustentáveis em Comunidades Remanescentes de Quilombos; fortalecimento institucional; e capacitação em comunidades, por meio da realização de cursos, oficinas que informem e fortaleçam a identidade e a organização quilombola. Além disso, a Coordenação oferece apoio e assistência Jurídica às comunidades tradicionais, por meio da regularização fundiária e atenção a conflitos.

3.2.1.2 Fundação Cultural Palmares – promoção e proteção da cultura afro-brasileira

Instituição que regulamenta as Comunidades Remanescentes de Quilombo no Brasil, a Fundação Cultural Palmares foi constituída em 1988, após intensa mobilização do Movimento Negro, tendo como missão o fortalecimento e proteção da cultura afro-brasileira. Vinculada ao Ministério da Cultura, a Fundação tem como foco o atendimento às comunidades negras e o cuidado com o desenvolvimento de ações artísticas e culturais voltadas para essa população.

Atualmente, a instituição possui Representações nos Estados da Bahia e Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas.

Em sua organização, a Fundação se divide em três departamentos para direcionamento das ações da instituição: o Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro – Brasileiro (DPA), o Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro – Brasileira (DEP) e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC). Aqui nos interessa falar mais especificamente do DPA, por ser o setor responsável pela proteção dos bens culturais móveis e imóveis de matriz africana, sobretudo a certificação de áreas quilombolas.

Do ponto de vista pragmático, trata-se do departamento que regulamenta as comunidades quilombolas em todo território nacional por meio do processo de certificação. Este processo se dá a partir do contato prévio com a instituição, que orienta um ou mais moradores formados a partir de uma comissão ou associação comunitária. A certificação é o passo principal para as comunidades remanescentes de quilombo, pois é com este documento que a localidade passa a deter determinados direitos regulamentados por lei e que serão mais explicados a seguir.

Com o primeiro contato realizado junto à Fundação Palmares, as comunidades concentram na instituição a orientação necessária para todos os ditames. Geralmente, após o processo de certificação, os representantes da comunidade buscam o INCRA, para iniciar o cadastro de regularização de terras fundiárias. Felizmente ou infelizmente, como tratamos em páginas anteriores, geralmente o processo de pertencimento à identidade quilombola não urge de forma natural. Em muitos casos, o conflito de interesses internos e luta pela terra, entre quilombolas e fazendeiros, bem como, a introdução do desenvolvimento desordenado e instalação de grandes empreendimentos, concebe uma consciência de pertencimento quilombola que não era tão comum.

A Fundação Palmares desenvolveu o processo de certificação, durante um longo período, apenas com o auto reconhecimento dos moradores e materiais de pesquisa oral, escrita e visual. No entanto, em avaliações da própria instituição, percebeu-se que este procedimento não potencializa nem legitima o título enquanto remanescente quilombola. O reconhecimento identitário se dava de forma superficial, gerando conflitos posteriores, já que na maior parte dos casos, a certificação era requerida por um grupo específico da comunidade, sem que o debate fosse ampliado para os demais moradores.

O esvaziamento de informação e a construção de identidade quilombola orientada pelo processo de emissão de título pela Fundação Palmares, gera um debate que vai além da

questão de direito enquanto comunidade remanescente quilombola, mas os novos moldes de formação de identidade em um mundo contemporâneo.

O método de combinar a pesquisa documental com o depoimento dos quilombolas tem sido adotado em estudos recentes como um recurso válido para as investigações sobre os antigos quilombos que, de alguma forma, estabeleceram laços com os quilombos contemporâneos, como no caso do Calunga, em Goiás, em que uma minoria [quilombola] conseguiu evitar a repressão e a recaptura, formando pequenas comunidades que perduram até o presente. Ainda que seja discutível que apenas uma “minoría” tenha vencido a repressão, é certo que a história “presente na memória dos mais velhos, bons narradores da saga dos seus antepassados, (...) permite resgatar um passado nem sempre revelado nos documentos escritos”. (SILVA, V.S., 2000, p.274)

Na obra “*A Voz do Passado*” de Thompson também problematizou-se a história oral para a inscrição das memórias dos excluídos na história. A história foi escrita a partir do lugar de fala do homem burguês. O operário não tinha acesso à construção oficial da história, então ela era construída a partir do lugar de fala da burguesia, que descrevia a realidade atual a partir do seu ponto de vista, desconsiderando aspectos predominantes na classe oposta. Ao trazer um pouco disso para a história dos Quilombos, pode-se observar a própria construção da História do Brasil, que mal fala que a cultura brasileira foi em boa parte, construída por negros trazidos da África e que muitas comunidades foram erguidas por negros fugidos dos brancos. A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. (THOMPSON, 1992).

A atuação da Fundação Cultural Palmares permeia consideravelmente a subjetividade que advém da noção de identidade. A ideia de pertencer é afetada a partir de um aspecto que comove e desperta. No entanto, essa subjetividade nem sempre é trazida para um campo prático de atuação, tentando enquadrá-la em meio físico. Tendo em vista o escopo de atuação da FCP, enquanto autarquia do Ministério da Cultura, este trabalho pretende avaliar dois segmentos de abrangência da instituição com vista para a subjetividade do que é ser quilombola através da Lei 10.639/2003: o processo de certificação e ações para o reconhecimento identitário.

Reiteramos que a execução da lei cabe juridicamente às instâncias educacionais, ou seja, a escola. No entanto, tendo em vista a dificuldade de execução, propõem-se caminhos transversais para tal ação. Desta forma, trazendo um dos pontos avaliativos desse trabalho, o processo de certificação das comunidades quilombolas, pode estar voltado para uma

mobilização conjunta dos entes da comunidade, desde a Associação de Moradores até a escola.

Em suma, o processo de certificação inicia-se com coleta de dados oficiais e não oficiais por parte de uma comissão ou associação de moradores legalmente constituída. Logo após, há um levantamento de assinaturas na qual os moradores devem afirmar o reconhecimento de identidade quilombola e por fim, encaminham-se todos os documentos levantados para a FCP que realiza a visita técnica, analisa e emite a certidão. No entanto, conforme já foi problematizado anteriormente, percebe-se que a mobilização não é ampla, tornando o conceito de quilombo ainda mais politizado, voltado apenas para o grupo que contribuiu na mobilização comunitária. Com isso, percebe-se que o desconhecimento ou falta de interesse da população em saber o porquê das assinaturas, causa um problema que mais na frente torna-se extremamente perigoso, tendo em vista a especulação política e partidária.

O papel da escola, enquanto formadora de opinião pode estar diretamente vinculada ao processo de certificação. De uma forma ou de outra, os jovens sabem da história da comunidade, por ter ouvido histórias dos seus pais e avós, no entanto a palavra quilombo ainda é nova pra eles. Com isso, propõe-se que a abrangência da mobilização comunitária para o reconhecimento de identidade quilombola perpassa pela atuação escolar, onde se encontram os principais motivadores políticos, que são os jovens, considerados ‘o futuro da nação’. Dessa forma, a comunidade se fará mais politizada, tendo a sua história problematizada na instituição que legitima a história local.

Por outro lado sabe-se que a Fundação Palmares, ao longo dos seus 25 anos, tem realizado pouca atuação para a criação de subsídios de combate à exclusão social dos representantes quilombolas, focando-se na certificação, que é o primeiro passo. Mas é papel da FCP a conscientização de identidade quilombola? A institucionalização da identidade tem se tornado uma ‘bola de neve’ no que tange as comunidades menos favorecidas financeira e politicamente. Primeiro, porque o discurso tem se voltado para a garantia de direitos a estes povos e, com isso, alguns representantes quilombolas procuram saber primeiramente os benefícios direcionados a esta população antes de mobilizar a comunidade para o conhecimento da sua identidade quilombola. Segundo, porque se formam representantes motivados a lutar pela garantia de direitos destas comunidades.

Ao se levantar a origem das políticas afirmativas, percebe-se que o mote é exatamente a garantia de direitos para as comunidades que estiveram à margem da sociedade ao longo dos séculos. Com isso, justifica-se a forte inclinação política para o conceito de quilombo.

O debate proposto pela atual gestão da instituição, que tem como presidente o baiano Hilton Cobra, circunda uma atuação da Fundação que vá além da simples emissão de certidão para os quilombos, mas que estas localidades estejam asseguradas por sua cultura e que elas saibam e valorizem a partir disso. Dessa forma, não se julga o caminho do reconhecimento de identidade a partir da garantia de direitos. No entanto, tenta-se desmistificar a noção de que se assume numa identidade apenas quando aparece um conflito ou quando se sabe que se assumindo enquanto tal, a comunidade passa a deter determinados benefícios.

3.2.1.3 Programa Brasil Quilombola

Em fins de 2003, o Governo Federal lançou o *Programa Brasil Quilombola (PBQ)*, reunindo ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. As metas e recursos do Programa têm como principais objetivos a garantia do acesso a terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como a Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas. É fundamental que as comunidades estejam munidas de conhecimento, não só da sua história e origem, mas dos benefícios assegurados pelas atuais políticas de proteção da identidade e tradição.

O objetivo deste trabalho em abordar o PBQ está diretamente relacionado a uma execução eficaz da Lei 10.639/2003. Dito anteriormente que a função da Lei está atrelada ao Ministério da Educação, vale justificar o questionamento do Programa como uma forma crucial de ação conjunta para aplicação da Lei, haja vista que o MEC já se faz presente nessa articulação. Como ponto de partida, pergunta-se porque existe um Programa tão bem articulado e ainda assim existe o problema de execução da lei.

A Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial (SEPPIR), responsável pelo comitê gestor, publicou o diagnóstico do PBQ no ano de 2012, apresentando dados avaliativos do programa desde que foi criado em 2004:

Este diagnóstico apresenta um quadro geral das políticas do Governo Federal voltadas às comunidades quilombolas do país, de forma a permitir a visualização das ações que vêm sendo desenvolvidas junto a essa parcela da população. Tem como objetivo verificar como a política está sendo desenvolvida, avaliando os avanços e impasses e construindo propostas para o seu aprimoramento.

A elaboração deste documento partiu da avaliação do Governo Federal sobre a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes ministérios que atuam no Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004. (DIAGNÓSTICO..., P.10)

O diagnóstico, que apresenta uma avaliação de diversas ações do programa, coloca uma série de dados cabíveis de avaliação. Entre eles, uma avaliação sobre a Educação em territórios Quilombolas.

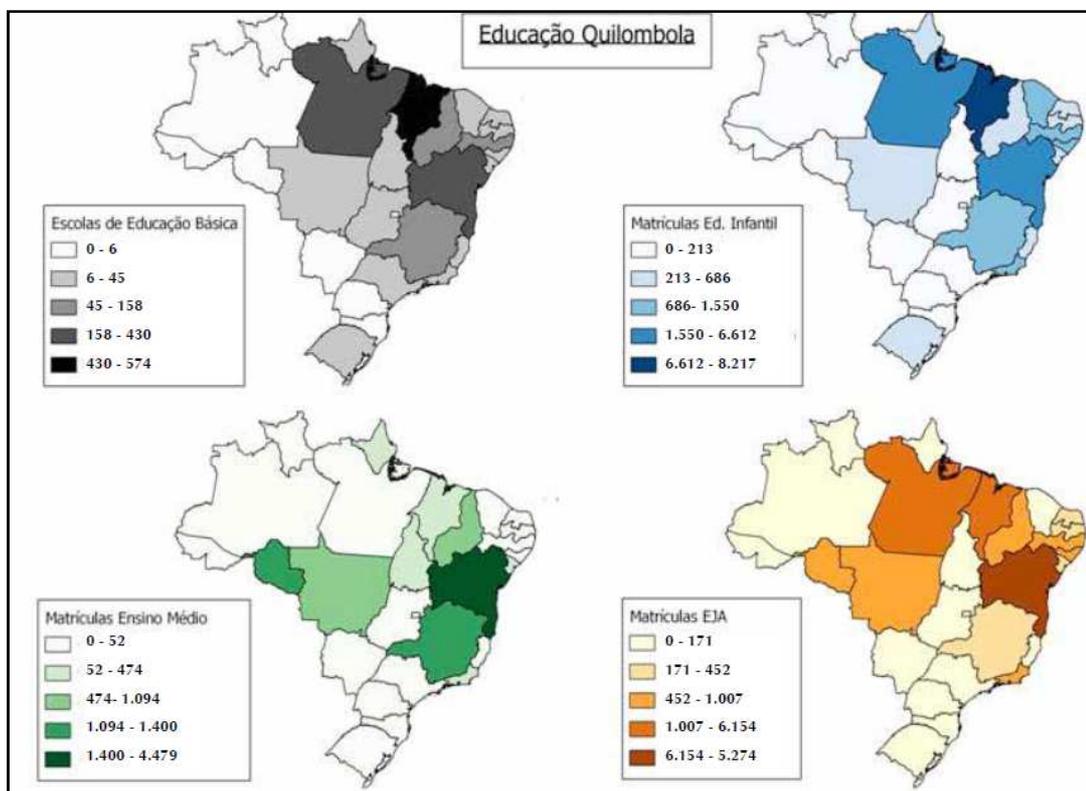


Figura 2: Distribuição das escolas classificadas no censo escolar como situadas em territórios quilombolas (PROGRAMA, 2012, p.18).

Em primeira instância, cabe informar que onde se lê Educação Quilombola, refere-se a escolas situadas em territórios quilombolas. Numa avaliação superficial, percebe-se que na Bahia o nível escolar de maior incidência é o de Ensino Médio e o Projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além do mapa, o diagnóstico apresenta dados de investimentos governamentais em territórios quilombolas, onde, segundo o documento, existem 210.510 alunos e 31.943 professores atuando em 1.912 escolas em comunidades quilombolas. A Região Nordeste concentra 67,99 % das escolas. De 2009 até o presente momento, foram conveniados projetos, junto ao Ministério da Educação, para construção de 75 escolas quilombolas, com valor total de R\$ 30,6 milhões.

O objetivo da política de educação voltada às comunidades quilombolas é a ampliação e qualificação da oferta de educação básica, contemplando as especificidades da história, vivência, tradições, cultura e a inserção no mundo do trabalho, próprios das populações quilombolas. A partir do princípio de que as comunidades quilombolas possuem dimensões sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto

geográfico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem, considera-se a necessidade de ressaltar e valorizar as especificidades de cada comunidade, no planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável delas.

Relatórios de pesquisas, relatos de lideranças e de servidores de órgãos que trabalham nas comunidades quilombolas mostram que a garantia de acesso à educação básica de qualidade, nas referidas comunidades, é um desafio para os sistemas públicos de ensino. Um elevado número de crianças quilombolas de 4 a 7 anos nunca frequentaram os bancos escolares, as unidades educacionais estão longe das residências, os meios de transporte são insuficientes e as condições de infraestrutura precárias. Geralmente as escolas são construídas de palha ou de pau a pique, poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O currículo escolar está longe da realidade desses meninos e meninas, que raramente identificam sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são formados adequadamente e em número suficiente para atender à demanda.

De acordo com o Censo Escolar realizado em 2010, existem 210.510 alunos nas escolas localizadas em comunidades quilombolas. Essas, por sua vez, são atendidas por 31.943 professores, atuando em 1.912 escolas. A Região Nordeste concentra 67,99 % das matrículas. (PROGRAMA, 2012, p. 46)

Os desafios para os sistemas públicos de ensino, conforme citado no texto acima, é ainda um grande entrave para a implementação da Lei. Com isso, além do projeto de Educação Quilombola, diversas outras ações foram pensadas para combater esses desafios, que vão além da formação de professores e escassez de material didático, mas que se inicia, sobretudo, no interesse dos profissionais e dos jovens, principal público alvo. Traz-se aqui o desejo de mudança e de conhecimento do lugar para que estes professores possam disseminar o que a Lei regulamenta. A obrigação e o ‘falar por falar’ sobre a história afro-brasileiranas escolas é o que demanda a ausência de conhecimento dos alunos sobre o tema. Pode haver diversas formações, projetos e ações direcionadas a uma legitimação da lei em sala de aula, no entanto, se o profissional não for tocado pelo desejo de saber o porquê de falar de África e influência dos africanos na formação histórica do Brasil, a Lei jamais será executada de forma eficaz. Nesse sentido, fala-se de um ciclo onde o racismo nunca deixa de estar presente.

Outra ação pensada para educação em territórios quilombolas é o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), criada a partir do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Trata-se de um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo e quilombola em todas as etapas e modalidades. O grande gargalo dessa ação é a dificuldade na elaboração de projetos por parte dos Municípios, e como alternativa para superar este

entreve propõe-se a modalidade de construção direta em substituição ao processo de convênios.

De 2009 até o presente momento, foram conveniados projetos para a construção de 75 novas escolas para atendimento nos territórios quilombolas. O valor total repassado pelo MEC aos proponentes é de R\$ 30,6 milhões. O desafio para ampliação dessa ação é assegurar maior adesão dos Governos Estaduais E Municipais, uma vez que a liberação do recurso para construção de escolas quilombolas, a partir da adesão desses entes Federativos, é priorizada.

Como se pode notar, o Estado tem pensado diversas ações para a Educação Quilombola. Nesse caso, onde está o problema para que a Lei seja aplicada? No caso de São Braz e da Escola Ana Judite de Araújo Melo, percebe-se um interesse por parte dos profissionais envolvidos. Em sua grade curricular e pedagógica nota-se diversas ações voltadas para a disciplina de história afro-brasileira, implementada pela Lei. Além disso, a escola já recebe material didático específico, disponibilizado pelo Ministério da Educação. Com isso, percebe-se que a instituição escolar também faz parte dos parâmetros estabelecidos pelo programa, tendo material de apoio, formação de professores, recursos para melhoria de infraestrutura— tendo em vista recentes reformas realizadas no espaço. Porém, em pesquisas empíricas já realizadas na comunidade (conforme analisaremos no último capítulo), nota-se um desconhecimento por parte dos alunos do conceito de quilombo e da história da comunidade. Talvez, se entende que Quilombo é uma realidade distante ou um grupo de pessoas que se reúnem para discutir sobre o assunto, trazendo benefícios para a comunidade.

Por isso, unir a noção de Política Cultural a uma execução eficaz da Lei, pode estabelecer parâmetros possíveis para um entendimento crucial do conceito de quilombo. Com isso a escola deixa de ser o único responsável pela formação de consciência quilombola do aluno, criando mecanismos sustentáveis junto à comunidade e representantes para que o pertencimento a uma identidade quilombola seja estabelecido.

3.2.1.4 Produção Cultural na Lei 10.639/2003

A história do Quilombo tem fundamentalmente como base, sua herança histórica e cultural. Com isso, não se deve eximir o fato que ações culturais engendradas nesses territórios são os principais referenciais de identidade e pertencimento possíveis. No entanto percebe-se que a discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombo tem se voltado mais para o debate do território e das políticas sociais cabíveis e de direito delas. Com isso, não se questiona esta atitude, de luta e busca por ações afirmativas, no entanto, tenta-se fazer

pensar que a luta por território é tão importante quanto à luta pela proteção das tradições culturais e que revelam amplos motivos do por que reconhecer-se enquanto tal.

Nesse sentido, a Fundação Cultural Palmares, que em função da demanda e do ‘acorde’ para a existência de diversas comunidades quilombolas tem se voltado muito mais para a certificação de que para o levante de ações efetivas para salvaguarda das ações culturais locais, lança no ano de 2013 o fomento pela busca de uma reserva de pelo menos 40% do orçamento anual do Ministério da Cultura, voltados para a cultura afro-brasileira. Com isso, reforça-se a necessidade de ampliar o universo de produtores culturais negros interessados pela temática e dispostos a fomentar e colocar a cultura negra em pauta.

A Produção Cultural, propiciada principalmente por uma demanda das políticas culturais, tem desenvolvido mecanismos de apoio para execução eficaz da Lei 10.639/2003. Sobretudo na Bahia, onde este trabalho se desenvolve em termos de pesquisa de campo, percebe-se uma intensa mobilização por parte da Secretaria de Educação e grupos culturais que, com o incentivo do Estado e forças políticas em conjunto com o Movimento Negro, estimulam o conhecimento da história afro-brasileira a partir de ações culturais como o teatro, a dança, a literatura, a música e a religiosidade.

Neste âmbito, com o propósito de fomentar um entendimento por parte de produtores culturais para ações que motivem a execução eficaz da Lei 10.639, junto a atividades que não aconteçam necessariamente no ambiente escolar, é que este trabalho traz como exemplo o espetáculo: “*Áfricas*” do Bando de Teatro Olodum e que traz resultados satisfatórios e dinâmicos sobre a receptividade do público para o conhecimento da história afro-brasileira.

Grupo teatral criado junto ao bloco-afro, formado por atores negros em 1990, o Bando de Teatro Olodum se desvinculou do bloco-afro e passou a residir no Teatro Vila Velha. Focado nas questões do negro brasileiro em seus diversos aspectos, o Bando, como é mais comumente chamado, desenvolve uma linguagem própria em um formato de Teatro Experimental Negro.

Apesar de presente na religião, culinária, música, dança e outras manifestações culturais, em especial na Bahia, o continente africano, sua história e cultura, ainda é pouco conhecido pela população brasileira. Com o objetivo de valorizar a herança africana e reconhecer a importância da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional o Bando de Teatro Olodum, em parceria com o Fundo Nacional de Cultura, realizou o projeto Outras Áfricas com o espetáculo: *Áfricas*, durante o ano de 2007 na cidade de Salvador.

Áfricas é o primeiro infanto-juvenil do Bando e traz à cena o continente africano, através da sua história, seu povo, seus mitos e religiosidade. Dirigido por Chica Carelli a peça

aborda o universo mítico africano em uma tentativa de suprir a escassez de referenciais africanos no imaginário infantil, povoado de fábulas e personagens eurocêntricos. Assim, desfilam no palco personagens que revelam o modo de ser do povo africano, as formas de se relacionar com a natureza e com o sagrado e os traços que unem o Brasil, em especial a Bahia, ao continente negro. Mas não uma África singular, com as imagens estereotipadas de animais selvagens, doenças e fome. E sim, um continente complexo, formado por mais de 50 países e centenas de dialetos e povos com histórias diferenciadas, formas de resistência e sobrevivência e um rico modo de se relacionar com o sagrado. Enfim, a África no plural.

4 ENTENDENDO A IDENTIDADE QUILOMBOLA EM SÃO BRAZ

Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a ida a São Braz se deu de modo tanto quanto inocente. O interesse por abordar questões raciais era latente em contraposição com a realidade presente naquela localidade: o ideal de identidade quilombola esperado não foi diagnosticado no primeiro momento na comunidade. Pensava-se encontrar quilombolas autossuficientes declarados. Uma comunidade entregue à vida pacata, repleta de configurações notadamente afro-brasileiras. No entanto, como diz o ditado “A primeira impressão é a que fica”, não foi bem isso que encontrei. Foi preciso mais idas a São Braz, mais conversas, análises, aplicações de questionários para saber minimamente sobre aquele lugar. Ainda posso dizer que sabemos muito pouco sobre São Braz, pois consideramos que quem sabe mesmo é quem vive ali, quem solve daquilo que a comunidade proporciona.

Quando o assunto é quilombo, a curiosidade é saber que quilombo é esse. Na academia, costumeiramente, se ouve falar dos quilombos como herança de negros trazidos da África e escravizados nas grandes Fazendas e Engenhos. Fala-se também que Quilombo é uma comunidade formada também por passantes e negros libertos. Hoje já existem inúmeros quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares no Brasil, desde Quilombos Urbanos - bairros das grandes cidades, povoados tradicionalmente por negros libertos que trabalham principalmente em feiras livres, etc. - até quilombos onde nem mesmo os próprios residentes dos territórios sabem sobre sua história. Isto mesmo. Muitos quilombos existentes no Brasil são efeitos de uma política desordenada de distribuição de certificações com o intuito de aplicar ações afirmativas (pensando em favorecer as comunidades) ou em prol de interesses meramente políticos. Esta constatação foi percebida ao longo de dez meses de trabalho junto à Representação Regional da Fundação Cultural Palmares.

Existe uma política de distribuição de certidões a quilombos na Bahia - tratando de um território mais próximo - que vai além do entendimento da política para quilombos ou mesmo da questão racial. Este assunto, que analisado a fundo dá mais um tema de pesquisa de Mestrado, é tão polêmico quanto à questão de terra para os índios ou mesmo o próprio Movimento Sem Terra. Entre casos e casos no período de trabalho desenvolvido junto à Fundação Cultural Palmares, encontrei lideranças confusas se o território trata-se de Comunidade de Fundo de Pasto ou Quilombolas, se os moradores vão solicitar da Fundação Palmares a certificação das suas terras ou se vão requerer do INCRA lonas para os “trabalhadores sem terra”, brigas intensas entre Movimentos de Luta pela Terra, Sem Terra, Índios e Ciganos por um território que supostamente é quilombola e lideranças em briga pelo

território com o Governo Federal. Além disso, só na Bahia, já são mais de 500 comunidades certificadas, fora aquelas que ainda estão em processo de reconhecimento. Existem municípios que possuem mais de 20 comunidades certificadas. Não seria melhor dizer que a cidade é Quilombola? Ou que o Brasil é Quilombola? E onde está o pensamento de direitos às minorias? E quem são de fato estas minorias?

Esta problemática, que pode parecer perversa para militantes e quilombolas do Brasil, traz à tona um pensamento que comunga com os direitos de quem está à frente dos grandes movimentos: o direito para quem não tem direito. Existe um movimento que não inclui as pessoas que de fato são quilombolas e por este motivo tratamos aqui neste trabalho, de pessoas que estão na ponta de um processo e que mal sabem do tal processo. Quem está à frente desses movimentos? Qual a fonte de renda dessas pessoas? E qual o seu principal objetivo? E quando os direitos chegam até as comunidades, o que estas pessoas fazem?

O objetivo deste trabalho é explanar uma problemática em torno do que é ser quilombola em uma comunidade do Recôncavo Baiano. O discurso romântico em torno das questões culturais e identitárias ainda é presente em muitas falas. Ser quilombola é ser negro, agricultor, pescador, morador de comunidades habitadas por negros escravizados. Mas este quilombola sabe o que lhe compete? Sabe o que tem salvaguardado?

Neste capítulo colocamos na roda questionamentos sobre o pertencimento quilombola na comunidade de São Braz, passando pelo ideal de identidade negra desejado pelos estudos acadêmicos na sociedade brasileira; expomos um breve histórico sobre a comunidade; sobre a falta de informação via recursos oficiais da história; apresentamos a busca da legitimidade de identidade quilombola a partir da batalha contra a construção do Eco Resort na Ilha de Cajaíba; e a importância de se autoafirmar quilombola em meio ao atual modelo político, através de cinco motivos.

A construção linear desse debate vem propor um caminho de leitura que passeia pelos elos da relação entre as noções de cultura, identidade e quilombo.

4.1 Pensando Identidade Negra e Identidade Quilombola

Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria. (FANON, 2008, p.122)

Similaridades com aspectos de origem africana são encontradas costumeiramente no Brasil. Aspectos, sobretudo étnicos, para não cair na redundância em falar da herança racial.

O conceito de identidade está associado ao sentimento de pertencimento de um indivíduo ou grupo a um determinado fator. Falar de identidade é também tratar de uma percepção geral sobre um determinado grupo a partir das suas minúcias, suas entrelinhas. Cada um possui uma marca. Com isso, enquadra-se em um grupo maior, criando um aglomerado de identidades, pois, assim como a cultura, a identidade não é fixa, ela se adéqua, sobretudo, aos interesses vigentes em uma determinada sociabilidade.

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade de classe, etc.)(GOMES, 2003, p.05).

A tentativa de construção de consciência positiva de identidade negra nesta sociedade que desde sempre aprendeu que é preciso negar-se para ser aceito, é um grande desafio a ser enfrentado pela comunidade afro-brasileira. A formação fluida da identidade negra baseada em influências econômicas, sociais, ambientais e, sobretudo, culturais torna-se cada vez mais difícil definir uma identidade puramente negra no Brasil.

O mito da miscigenação, trazido por autores renomados da literatura brasileira, não pode ser negado quando o assunto é cultura: o caso brasileiro é muito peculiar nesse aspecto tendo em vista a grande influência de culturas estrangeiras e matriarcais, como é o caso da indígena. O movimento de afirmação de uma cultura africana encontra e dialoga com entraves que são impostos pela modernidade. A cultura sempre se transforma a todo momento, dado a influências mistas sempre e a todo o momento. Por isso, falar de identidade negra causa uma revolução conceitual, onde se acha a melhor explicação no sentido étnico ao qual se refere identidades negras. Costumes, crenças, cores, gastronomia e modos de fazer ainda permeiam a nossa cultura afro-brasileira.

Outro caminho de definição de identidade negra, no caso do Brasil, é falar de uma identidade brasileira, que em seu conceito já é plural. Hoje não falamos de uma identidade negra, mas de uma identidade afro-brasileira, ou seja, mista, com várias raízes compondo as identidades negras.

O conceito de identidade quilombola é ainda mais difuso. Ao viver numa era onde os quilombos se modernizaram seguindo a lógica de avanço junto às novas tecnologias, é incomum encontrar quilombos idênticos aos deixados pelos negros que foram escravizados no

Brasil. No que tange os aspectos tradicionais e cotidianos, há um destaque para as construções, para o modo de vida ainda voltado para a agricultura e pesca, para as manifestações culturais de cada localidade, bem como a história que é contada mesmo por quem nunca ouviu falar a palavra quilombo. Além disso, destacam-se os traços étnicos da maior parte das comunidades quilombolas no Brasil. São rostos, corpos e cabelos, as feiras, as roupas, as danças, os modos de falar, muito semelhantes aos de países africanos. Mas nem todos os quilombos carregam consigo essa marca. Em consulta a alguns casos na Bahia, não há o costume da festa, das manifestações culturais latentes ou mesmo, de um pertencimento único a uma identidade quilombola.

Estamos falando de uma identidade que se articula de duas formas: política e a necessidade de ser lembrada. A identidade política, já vem sendo discutida desde o primeiro capítulo deste trabalho, quando colocamos a necessidade de uma organização política interna para aceitação do processo de reconhecimento quilombola. Mas a noção de resgatar uma memória para o reconhecimento de identidade quilombola necessita de um pouco mais de atenção. Estamos falando de uma identidade baseada em processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história.

O reconhecimento de identidade quilombola, para além do entendimento político que circunda o interesse pela autoafirmação, é complexo também por traços apagados da memória dos herdeiros de uma história. Quando o assunto é quilombo, em muitos casos, vem à mente do quilombola a associação com ex-escravos, fugidos ou libertos, pessoas que possuem uma dívida com o Estado. Os negros, de forma geral, carregam consigo uma responsabilidade de enobrecer-se, de se autoafirmar, de se legitimar e se munir de conhecimento no mundo, que vai além de uma reparação, mas vem da necessidade de sentir-se parte de uma sociedade. No caso dos quilombos, existe uma memória oculta, que não foi falada durante anos e que por este motivo, não aparece nos relatos dos moradores destas localidades. Neste quesito, Candau traz algumas reflexões sobre o jogo entre memória e esquecimento, e a formação de identidade:

Essa experiência pode estar carregada de impressões insuportáveis, quer dizer, lembranças que não se ousa confessar aos outros e, sobretudo, a si próprio, pois elas colocariam em risco a imagem que se faz de si mesmo. É sobre esse laço profundo entre memória, excluída do campo da consciência, e identidade do sujeito que se funda a teoria psicanalítica. Desde seu primeiro tópico, Freud concede um lugar proeminente à memória na organização do psiquismo, cujas três instâncias – consciente, pré-consciente e inconsciente – são definidas em função da maior ou menor facilidade de acesso das lembranças à consciência. Seu aprofundamento posterior da

questão da lembrança observa Jean Guillaunium, não é outra coisa que aquela da identidade pessoal através do tempo, quer dizer, a representação, ou melhor, a presença de si a si próprio. (CANDAU, 2012, p.73)

A negatividade da chegada dos negros ao Brasil e o seu legado cultural africano, é imposta aos “almejantes de uma identidade quilombola” como uma forma de resgate da sua história, da sua identidade. Este trabalho vem promover uma reflexão em torno de um processo de rememoração que esteja fundado nas características e histórico de formação das comunidades quilombolas a partir de uma relação com os modos de vida dos países africanos.

Nota-se uma identidade quilombola de si para si mesmo, sem apego um pensamento histórico ou a manutenção de tradições dos antepassados. A consciência de tradição fica presente na continuidade involuntária de atividades culturais e modos de vida. A discussão em torno do reconhecimento identitário é estimulada pelo interesse de reparação de um erro cometido durante muitos anos, erro que inclui inclusive o sumiço da história afro-brasileira:

Por um lado, a contenção de certas irrupções mnésicas é uma defesa do Ego contra a lembrança de algum acontecimento traumático, doloroso ou perigoso, resistência que pode se manifestar através de sintomas neuróticos, pelos sonhos, pelos lapsus linguae ou calami e todos os atos falhos. A noção de repressão da energia pulsante do inconsciente, compatível com certas teorias biológicas, é, portanto, fundamental para compreender os mecanismos que permitem ao sujeito impedir a devastação pelo passado da imagem que ele faz de sua identidade no presente. Desse ponto de vista se afirma o caráter ambivalente da memória no jogo identitário, pois ela pode simultaneamente organizar ou desorganizar a construção de uma imagem satisfatória de si própria. (CANDAU, 2012, p.73)

De todo modo, a construção de um ideal de identidade negra e identidade quilombola, são e sempre estarão em caminhos difusos, desde que esta articulação não seja pensada como identidades estanques ou possíveis de serem construídas em conjunto. Os sujeitos que pertencem a estes grupos étnicos raciais possuem múltiplas identidades sociais, construídas tanto pelos negros quanto por quilombolas, e cada uma possui a sua peculiaridade. Talvez estejamos pensando em uma identidade dentro da outra. Estamos falando de uma identidade política inserida em uma identidade étnica, respectivamente, a identidade quilombola inserida na identidade negra. Talvez ambas se misturem e estejam em busca apenas de um lugar na sociedade, procurando o fim dessa discussão sobre direitos iguais, identidades, política, raça, etnia. Como assevera Poutignat (2011, p.13): “O que diferencia em última instância a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado”.

A memória desempenha um papel fundamental no estabelecimento da consciência de identidade étnica, tendo em vista que se trata de um processo construído e de constante identificação. Histórias dos antepassados, práticas cotidianas herdadas dos pais e avós, rezas, crenças e mitos contribuem na definição do autoreconhecimento identitário, sobretudo no que tange as comunidades remanescentes de quilombo.

A construção da história dos quilombos ficou muito vaga, dada à tradição oral, transmitida por avós, pais e netos. Durante muito tempo, falar de quilombo era encarado de forma muito negativa, já que a história oficial via este lugar como ilegal, do escravo fugido, ladrão. Sendo assim, a origem dos quilombos foi excluída dos livros didáticos, ocultando dos seus moradores em sua formação escolar básica, o entendimento da sua origem, da origem do seu povo, ficando restrito apenas a estudar a história do Brasil, descoberto pelos portugueses, com índios catequizados e da mistura de raças, originando a mestiçagem. Nessa formação básica, não se deixava explícita a distinção entre branco e preto no Brasil no que se refere à formação identitária. Aqui todo mundo é mestiço. Porém, o negro não aparecia nas ilustrações se não fosse preso aos grilhões, ou como serviçal da casa grande ou como o sacipererêou capoeirista.

Logo, o negro era visto sob o ponto de vista do primitivo, ocupando o lugar do exótico, do mítico. Relacionada a isto, a obra de Lévi-Strauss (1989) “*O Pensamento Selvagem*” serve de ponto de vista para análise. O autor destaca o mito como uma organização da realidade a partir da experiência sensível enquanto tal e o subdivide em três funções: explicativa, onde o presente é explicado por alguma ação passada cujos efeitos permaneceram no tempo; organizativa, quando organiza as relações sociais de modo a legitimar e garantir a permanência de um sistema complexo de proibições e permissões; e a compensatória, onde narra uma situação passada, que é a negação do presente e que serve tanto para compensar os humanos de alguma perda como para garantir-lhes que um erro passado foi corrigido no presente, de modo a oferecer uma visão estabilizada e regularizada da natureza e da vida cotidiana. (LÉVI-STRAUSS, 1989)

A questão específica do reconhecimento de identidade nos quilombos está direcionada basicamente a uma delimitação territorial. Por mais que alguns teóricos permitam chegar à conclusão de que o isolamento geográfico e social tenham sido os fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural, como uma visão simplista e superficial, no caso das comunidades quilombolas tornou-se traço fundamental. Primeiro porque a relação de trabalho daquela população se dá diretamente com a natureza e dessa forma, criou-se um modo de vida muito peculiar, dado à agricultura, à construção artesanal dos domicílios, à extração de frutas

e frutos do mar e práticas cotidianas passadas de pai para filho, como as rezas e brincadeiras nos quintais. Segundo porque é a partir da divisão territorial que se organiza o quilombo, quando a população entende que precisa daquela terra para se proteger dos riscos à perda de tradições seculares.

Contudo o fato decisivo continua sendo a comunidade política, ou seja, ainda que um remanescente quilombola não resida mais naquela comunidade, ele vai sentir e de alguma forma proteger o seu local de origem. Pois aqui, o quilombo corresponde ao que Weber designa como forma mais artificial de origem da crença no parentesco étnico, aquela pela qual uma associação racional transforma-se em comunalização étnica, atraindo simbolismo da comunidade de sangue e favorecendo a emergência de uma consciência tribal ou a eclosão de um sentimento de dever moral ligado a defesa da pátria. (POUTIGNAT, 2011, p.25).

O pluralismo étnico, tanto teorizado pelas escolas no ensino básico, por muito tempo omitiu a verdadeira história dos quilombos. Tendo em vista todo o processo de exclusão sofrido por essas comunidades, como será que esses moradores se viram representados na sala de aula? Será que possuíam essa curiosidade? Dessa forma, torna-se importante reconhecer que discutir etnicidade não significa fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sociopolítica, mas examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo étnica é tornada pertinente para os atores.

Os inaptos são excluídos não somente de uma cultura, mas da cultura (uma vez que o sistema que os elimina de uma instrução os rouba também de suas tradições próprias) e, não tendo outro meio de se avaliarem senão conforme o critério único imposto pela escola (mas também pela família, pelo meio), eles se marginalizam a si mesmo. (CERTEAU, 1994, p.127)

A relação entre fronteira e lugar de fala, aparece também como pontos decisivos na conceituação de identidade. E neste ponto a língua e a religião desempenham um papel importante, talvez porque autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham de código linguístico comum ou mesmo um sistema de regulamentação ritual da vida. Com isso, os códigos implementados internamente, na relação diária com os mais velhos e com a natureza do quilombo, pode-se tentar traçar uma forma de emergir um caminho contrário para o reconhecimento de identidade: que ela não surja apenas a partir da identificação de um problema, mas que soe natural, no dia-a-dia, nas leituras básicas da escola.

A memória, fundamental para a institucionalização da identidade, contribui para os processos de autoafirmação. Faz-se necessário pensar e estabelecer parâmetros históricos que expliquem a existência dessas comunidades, traçados por aqueles que vivem daquela

realidade. Esses requisitos refutam a ideia da memória social, que se constitui enquanto conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo ou a memória coletiva, como um conjunto de lembranças comuns a um grupo.

Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado. Por outro lado, é uma característica geral do simbolismo cultural se criar uma comunidade de interesses, mas de opiniões. (CANDAUI, 2012, p.35)

Portanto, faz-se necessário repensar o lugar da formação escolar como local de formação identitária. Com isso, não se julga desconhecer-se, não saber o que é ou o que representa para a sociedade. Mas desmistificar a ideia de que apenas a história contada nos livros didáticos ao longo de décadas era prevalente. Por isso, o espaço geográfico do quilombo permite compreender porque existe um vínculo histórico para a sua existência, diferente dos centros urbanos, que corrobora uma série de interesses outros muito distantes da proteção ambiental ou cultural.

Esses objetos não têm por si mesmos uma história, nem uma geografia. Tomados isoladamente em sua realidade corpórea, aparecem como portadores de diversas histórias individuais, a começar pela história de sua produção intelectual, fruto da imaginação científica do laboratório ou da imaginação intuitiva da experiência. Mas sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos - uma ordem vertical - e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos - uma ordem horizontal. Sua significação é sempre relativa. (SANTOS, M. 2006, p.25)

4.1.1 Princípios de Identidade para Autoafirmação Quilombola

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.03).

Como observado nos tópicos anteriores, a identidade quilombola vive em um campo de intenso conflito, por pertencer a um jogo de interesses meramente políticos e sociais. Com o trecho do artigo “*Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*” de Haesbaert (2004) podemos dar continuidade à reflexão sobre a autoafirmação de identidade a partir do pertencimento inicial ao território. De fato, os quilombos possuem em comum longas décadas de resistência em um território que exploram pela caça, pesca e agricultura de subsistência. O que existe é uma relação de muitos anos com o lugar, que ganha um significado que vai além

da tradição, mas da necessidade de se manter no território, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos durante longos anos. (HAESBAERT, 2004)

É importante destacar que o que particulariza as comunidades negras rurais é o processo através do qual elas tomaram posse da área que hoje habitam, elemento fundamental para se entender a formação do grupo, sobretudo as suas estratégias de preservação no espaço territorial. (SANTOS, A. 2000)

No que tange à propriedade do território, em uma maior parte das comunidades negras rurais, os moradores não possuem documentos de suas casas. A maior parte das terras foi cedida por grandes fazendeiros, que deixavam seus criados ou funcionários residirem nas áreas em troca do serviço prestado. Ao longo dos anos, os fazendeiros bem como seus empregados faleceram, restando apenas os herdeiros de ambos e os interesses de quem fica. Com isso, em muitos casos de conflitos fundiários, o que existe apenas é a legitimação oral da longa existência familiar no território que, como explica a história, é quilombola.

O pertencimento ao território acontece pela legitimação histórica de existência no lugar, construído e cultivado pelos ancestrais e que comunga até os tempos de hoje com as práticas diárias de manutenção dos modos de vida, das expressões culturais e das práticas, sobretudo, religiosas. Com isso, antes de haver o pertencimento a um discurso político afirmativo de autoafirmação quilombola, há o sentimento que dá significado ao lugar. O morador pode não saber ou nunca ter ouvido falar no termo quilombo, no entanto, a sua ligação com o seu lugar de origem é latente e vai além das questões políticas, alcança um pensamento de desejo de permanência no local onde se sente acolhido.

Em muitos casos de conflito de terra, os quilombolas (como são chamados por lideranças do movimento) não possuem nem o direito de reformar suas casas, pois podem estar contrariando os fazendeiros. Em muitos casos, a energia elétrica, água encanada e o saneamento básico ainda não chegaram. O que existe ainda é uma enormidade de casos de submissão aos fazendeiros e aos grandes empreendimentos rurais, onde a moradia do quilombola está subordinada à subversão, à prestação de serviços gratuitos em troca do direito de residir.

As falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente. Porque a memória organiza “os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro”, devemos ver nela menos uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta do que um modo essencial da consciência mesma, o que caracteriza a interioridade das condutas. A lembrança não contém consciência, mas a evidencia e manifesta, é a consciência mesma que

experimenta no presente a dimensão de seu passado. (CANDAU, 2012, p.43)

Contudo, a autoafirmação existe em função da memória, seja ela presente naturalmente na vida do quilombola ou requisitada por ele para atender ou cumprir uma demanda imposta pela cultura vigente. Com isso, vivemos em um tempo em que o trabalho de memória vem se desenvolvendo em função da reparação social. Existe um intenso esforço em trazer e apontar os traços do passado, como diz Candau(2012), para engajar o quilombola no discurso de um pertencimento a uma identidade, de modo que esse pertencimento trará para si, em futuro próximo, a valorização e conhecimento de uma memória que até então não se encontra organizada. Estamos falando aqui da necessidade de falar de um passado/ presente a favor de (re) significar a história para um novo futuro.

A memória organizada traz à tona traços de identidade que jamais foram percebidos em sua maior relevância. O que sugerimos, é a colagem de lembranças para a formação de uma memória vinculada ao presente, vivido cotidianamente por quem reside no território quilombola. Neste ponto, a função da escola e da Lei 10.639, como foi dito em capítulos anteriores, exerce papel fundamental na reorganização desses traços de memória para a construção de uma memória social e coletiva, compartilhada por todos aqueles que comungam de uma mesma história. Com isso não se propõe uma nova história, mas uma história carregada de sentido positivo de pertencimento e autoafirmação de uma identidade que não é a individual.

Por isso, explica-se a necessidade de estudar identidade quilombola vinculada ao território, pois estamos falando de um pertencimento coletivo, de uma história costurada por todos que ali residem. A chegada dos negros ao Brasil explica também a função do uso do território para afirmação de identidade. A organização africana se deu, sobretudo, através da distribuição por grupos oriundos de lugares comuns da África. Então o zoneamento da ocupação dos quilombos⁴ no Brasil segue a lógica de distribuição por nacionalidade, principalmente de países como Benin, Angola, Nigéria e outros.

4.2 Localização histórica da comunidade São Braz no município de Santo Amaro

As identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas; por exemplo, o miliciano sérvio parece estar envolvido em uma difícil negociação ao dizer que os sérvios e os croatas são os mesmos e, ao mesmo tempo, fundamentalmente diferentes. Pode haver discrepâncias entre o nível coletivo e o nível individual, tais como as que

⁴Este trabalho não desenvolveu uma análise aprofundada sobre a formação étnica da comunidade São Braz.

podem surgir entre as demandas coletivas da identidade nacional sérvia e as experiências cotidianas que os sérvios partilham com os croatas. [...] A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, p.57)

Woodward traz para este trabalho uma reflexão em torno das circunstâncias que levam a autoafirmação de identidade. Nota-se a construção da identidade a partir da recusa de características e parâmetros identificados no outro. O que propõe uma avaliação ao leitor dos modos como a história sobre Santo Amaro foi construída, como ela é conhecida através dos veículos de comunicação e como de fato é, principalmente para quem vive (WOODWARD, 2000).

Falamos de um lugar onde o pensamento de cultura evoca do cotidiano de forma muito consciente por quem ali vive. Estamos falando da cultura da feira, das rezas, das festas, dos velórios, do transporte, do samba, da passagem, das igrejas, da música, da capoeira, da cana de açúcar, do chumbo, do papel, dos frutos do mar, do reggae. Santo Amaro, muito conhecida como Santo Amaro da Purificação por causa da festa religiosa que acontece anualmente no mês de janeiro, está localizada a 90 km da capital baiana, Salvador e é muito conhecida em função dos filhos de Dona Canô Veloso: Caetano Veloso e Maria Bethânia. Dona Canô era uma senhora muito conhecida na cidade por ser atuante nas missas, nas rezas e nas tradicionais festas católicas que aconteciam na cidade. Além da Família Veloso outras personalidades tornaram-se bastante conhecidas, como Dona Edith do Prato, o cantor Roberto Mendes, entre outros. Destacam-se também as expressões culturais da cidade, como o samba e os festejos do candomblé. No entanto, há pouco destaque para os seus criadores, talvez por se declararem pertencentes a uma cultura declaradamente negra.

Ponderando ainda sobre identidade e diferença, nota-se em São Braz uma tradição vinculada à religião católica, com a prática de rezas e missas na capela da localidade. A ideia da existência de terreiros de candomblé em quilombos ainda é frequente, mas somente a ideia. Em São Braz existe apenas um terreiro, sob os cuidados de Dona Doralice, que também é “sambadeira”. Nos relatos da comunidade não há evidências de praticantes da religião de matriz africana, mas nota-se uma manutenção de práticas e rituais oriundos do candomblé, como a oferta de caruru, os banhos de folha e a criação de plantas típicas do candomblé, como a espada de ogum. Logo, trazendo um dos aspectos mais simbólicos de uma cultura como a religião, estamos falando de uma autoafirmação de identidade que não se realiza em contextos étnicos similares, mas se identifica com uma cultura praticada (mesmo que obrigatoriamente)

por seus similares a centenas de anos. O quilombola que pratica o catolicismo e ignora o candomblé, mas não deixa de identificar e reconhecer a sua história e o seu legado, já que este legado pertence a uma herança oriunda do catolicismo. Estamos falando de uma identidade pautada na história, mesmo que este processo histórico seja traidor? É necessária então uma ressignificação de identidade?

Como na coincidência dos nomes católicos, o distrito de São Braz guarda muito do que a cidade de Santo Amaro tem de história. A comunidade, que vive até os dias atuais da colheita de cajá, da pesca e mariscagem, possui pouco mais de 2.500 habitantes e é internacionalmente conhecida por seus dotes culinários, pelo samba chula e pela batalha que travou contra a construção de um *Eco Resort* na Ilha de Cajaíba, ilha a qual os moradores fazem a extração de frutas para o sustento e venda nas feiras.

A história de São Braz não é facilmente encontrada, nem mesmo junto aos seus moradores. Ouvimos relatos de moradores, que o nome da comunidade deve-se a uma história de pescadores que encontraram a imagem de São Braz na maré e que por isso deu-se esse nome à localidade. Em um contexto maior, que é o do Recôncavo Baiano. Trata-se de uma região herdeira de muitas fazendas de engenho e casarões de barões e políticos importantes, que datam do século XVI. Estamos falando de um território alvo de muitas pesquisas, sobretudo acadêmicas, voltadas tanto para a sua rica historicidade quanto para a especulação imobiliária.

O espaço que compreende Santo Amaro passando por municípios como São Francisco do Conde, Cachoeira e São Félix, foi marcado pela presença tanto de índios quanto de negros escravizados, que foram obrigados a trabalhar nas fazendas de Cana de Açúcar. Trata-se de terras férteis, por estarem situadas em áreas litorâneas.

O povoado de Santo Amaro se estabeleceu às margens do rio Traripe, em 1557. Suas terras eram parte da Sesmaria doada por Mem de Sá a Fernão Rodrigues Castelo Branco. Em 1602, a Sesmaria começou a ser desmembrada e parte dela fora vendida aos monges beneditinos da Bahia, em 1607. Estes, por sua vez, construíram, em 1667, a pequena igreja dedicada ao Abade Santo Amaro, onde nessas terras, configurou-se a povoação que originou em 1727 a Vila de Santo Amaro.

A povoação se desenvolvia em local privilegiado para navegação e pela fertilidade da terra, que favoreceu o crescimento de inúmeros engenhos e comunidades em outras áreas, como Acupe e São Braz. Também promoveu Santo Amaro como importante zona produtora da cana-de-açúcar, fumo e mandioca, destacando os engenhos, as casas de farinha e as empresas de beneficiamento de fumo. A cidade chegou a ter 129 engenhos em 1878. Observa-se que os séculos XVIII e XIX consolidaram a riqueza advinda da cana-de-açúcar, beneficiada ainda pela construção da estrada de ferro, e assim, a vila de Santo Amaro se estrutura como grande entreposto comercial

do Recôncavo (Disponível em: <<http://www.santoamaro.ba.gov.br/santoamaro/>> Acesso em: 31 jan 2014).

Nos dados do IBGE as informações sobre o povoado de São Braz aparecem unificadas aos dados gerais sobre a cidade de Santo Amaro. Para, além disso, não se encontra dados oficiais sobre São Braz em outras publicações. Com isso, esta pesquisa se ateve a observações e relatos dos moradores, sobretudo dos mais antigos. Ouvimos histórias de uma São Braz quilombola em sua formação histórica, mas distante de chegar a um consenso político. Encontramos atores vivos dos trabalhos desenvolvidos na Ilha de Cajaíba bem como de pessoas que contam a história do lugar a partir das manifestações culturais que lá existiram.

A Ilha de Cajaíba que possui um único empreendimento construído por Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, então conhecido como Barão de Cajaíba, foi um dos símbolos propulsores do reconhecimento da comunidade enquanto quilombola.

A comunidade de aproximadamente 3 mil pessoas, onde a maior parte vive da pesca, da extração de cajá, da agricultura e da venda de palitos, recebeu o título de Remanescente de Quilombo em 2009, devido às discussões geradas a partir da implantação de um mega Resort na Ilha de Cajaíba, que divide o mar entre Santo Amaro e São Francisco do Conde. Segundo 15 entrevistas feitas no local, muitas pessoas da comunidade sabiam da historicidade do lugar, da influência da África e das torturas vividas por escravos no Casarão do Barão de Cajaíba, entretanto não haviam despertado para a consolidação e titulação da terra enquanto Remanescente de Quilombo. No processo de luta contra a implantação do empreendimento, é que houve uma inclinação maior. Formou-se então, a partir da Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiros de São Braz, a Associação do Quilombo de São Braz, dando uma maior representatividade nas discussões acerca da implantação do Hotel paralela à certificação da Comunidade emitida pela Fundação Palmares e regularização das terras pelo INCRA. Graças ao discurso de ser Remanescente de Quilombo e às audiências públicas e intensos debates promovidos pela Associação, que possui Nildes de Oliveira como Coordenadora Administrativa, é que as obras foram embargadas pelo IBAMA e ainda não possui previsão de retorno. A associação foi fundada em 2009, separando-se da Associação de Moradores que já existia anteriormente e que tinha como coordenador Edson Oliveira (OLIVEIRA, 2011, p.15).

Para além das questões políticas que norteiam as conversas em São Braz, é necessário destacar os modos de vida dos seus moradores, e aqui não estamos falando de trabalho. A diversão da comunidade está voltada para o bate papo em frente à casa, os petiscos feitos de peixe e a cerveja, sem esquecer dos eventos criados pelas inúmeras igrejas evangélicas. Acada dez metros de São Braz é possível encontrar um bar e este possivelmente não estará vazio, a menos que a maré esteja cheia. A tradicional lavagem da igreja de São Braz é realizada sempre no mês de janeiro (coincidentemente no mesmo período da Lavagem da Purificação).

Até um tempo atrás acontecia a festa dos mentirosos, onde os moradores se reuniam na praça para contar piadas e os melhores contadores levavam um prêmio, que geralmente era peixe e caixa de cerveja. Porém com o passar dos anos a festa foi ganhando apelo político e ficando mais conhecida em Santo Amaro, o que gerava uma quantidade maior de público, brigas e muita sujeira. Com isso, o organizador da festa, Seu Messias, conta que desistiu de organizar, chegando a receber ofertas da prefeitura do município, mas como para ele o intuito era apenas a diversão, Senhor Messias resolveu abortar a ideia.

Outro traço marcante de São Braz é o Reggae. Nos bares que citamos no parágrafo anterior, quando não se ouve samba, ouve-se reggae. Não se sabe ao certo de onde vem essa influência ou quando começou, mas a cultura do Rastafarianismo ecoa com veemência entre os moradores, sobretudo, aos componentes do Samba Chula. Seu Fernando, por exemplo, um dos produtores do Samba Chula de São Braz possui “*dreadlocks*” na altura dos joelhos e decora o seu restaurante e bar com figuras e imagens do reggae, além de exibir a bandeira da Jamaica no centro do balcão.

4.2.1 Usos da oralidade para legitimação histórica

A história de São Braz não está escrita em jornais, revistas, muito menos nos livros didáticos – talvez apenas nos trabalhos acadêmicos. O que se acha sobre a comunidade são relatos dos moradores que recontam histórias que ouviram dos seus pais, avós e bisavós. De modo geral, a história dos quilombos não vai ser encontrada em fontes oficiais de educação formal (o modo burocrático do ensino), assim como muitas histórias oriundas da cultura africana. No entanto, com a evolução das pesquisas, tem-se encontradonovidades acerca de uma cultura passada pela oralidade, encontrada nas memórias e lembranças.

Desenvolvemos uma pesquisa em que o problema está localizado: existe uma comunidade X que é certificada enquanto Comunidade Quilombola, em pesquisa empírica os moradores alegam não ser quilombolas e nem ter vínculos com a Associação do Quilombo, mas em conversas e relatos sobre a história da comunidade, sentem-se pertencentes a uma culturaafro-brasileirae possuem ancestralidade e histórias comuns aos outros milhares de quilombo no Brasil. Observamos que um dos problemas era a aplicação ineficaz da Lei 10.639/2003 na principal escola da comunidade que atende jovens até o 9º ano do ensino fundamental. Trabalhamos em prol de identificar na escola elementos que impossibilitem um entendimento entre os jovens sobre a identidade quilombola e um deles foi a ausência de debates e materiais didáticos que falem sobre quilombo. Logo, uma das propostas deste

trabalho é a inserção de uma metodologia aberta à participação da comunidade, onde os mestres de cultura e os mais velhos tenham participação na vida escolar dos jovens, contando-lhes sobre São Braz e desvendando um mundo que não está nos livros. Pois, mesmo aqueles que foram produzidos em prol da aplicação da história e cultura afro-brasileirana escola não atendem à demanda tão solicitada durante décadas pelo movimento negro.

Com isso, entendemos que a oralidade possui uma função, sobretudo, ideológica.

A razão é que os fatos nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. Nisso Leskov é magistral. (Pensemos em textos como *A fraude*, ou *A águia branca*.) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação. (BENJAMIN, 1994, p.203)

Esta reflexão vai além do entendimento de identidade quilombola. Como apresentado em outros momentos, não é necessário que alguém diga ao outro o que ele é. Ele é aquilo que ele quer ser ou que consegue ser, e o é a partir da negação do que não quer ser. Pode parecer confuso ou redundante, mas trouxemos o pensamento de Benjamin, que consta no livro *O Narrador* (1994) para dizer que não é necessário que alguém narre para o estudante quilombola sobre sua vida, mas que identifique e aponte onde aquele contexto se localiza, bem como destacar os pontos pelos quais a autoafirmação torna-se importante. Não queremos propor pessoas que falem dos direitos de ser quilombola no Brasil, mas queremos que esse processo venha acompanhado de uma identificação histórica.

Num lugar que existe um mestre de cultura que faz bumba meu boi, outro que é cantador de chula, outra que é “sambadeira”, outra que é rezadeira, entre muitos outros símbolos culturais, que se configuram como material didático vivo, não se faz necessária a demanda de inserção de livros. Através da linguagem oral, os motivos suficientes para a reflexão sobre o que é ser quilombola aparecem. A associação desses símbolos com as lideranças políticas pode alcançar voos ainda maiores em torno da conscientização de uma massa que vai além dos mais jovens, alcançando os pais e avós. Trata-se de um trabalho simples, onde política, cultura e educação vão caminhar juntas em prol de um único objetivo: a autoafirmação de identidade quilombola.

4.3 Identidade e Direitos

Este trabalho suscita pensar a existência de identidade a partir da reivindicação de direitos, e aqui estamos falando prioritariamente de direitos negados por longos anos à

comunidade negra. Estamos falando de um lugar que mexe no conforto de muita gente: porque falar de identidade? Volta e meia entramos num debate incessante sobre pertencimento, seja em casa com os filhos ao decidir a carreira profissional que vai seguir, ou numa mesa de bar explicando porque escolheu torcer por aquele time, ou em outras conversas onde falamos porque não somos ou somos adeptos a uma determinada religião, ou até mesmo quando escolhemos um bairro para morar. A nossa identidade é reivindicada por escolhas, que por mais que pareçam distantes numa instância maior de discussão e análise, convoca uma reflexão sobre a existência dessa tal identidade.

A escolha pode ser involuntária, mas segue a lógica do gosto e da identificação. Trazemos essa percepção da involuntariedade da identidade para falar que nem sempre ela será regida por uma lógica racional, mas como falamos anteriormente, a identidade se constitui por um conglomerado de outras identidades e quando falamos da identidade que reivindica direitos, falamos principalmente da necessidade de pertencer a uma específica para garantir a sua continuidade. E com isso, falamos não só da reivindicação de uma identidade, mas de memória, de história e de pertencimento.

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2012, p.47)

Candau traz em sua obra, os diversos tipos de memória e para este trabalho, desenvolvemos um pensamento a partir de uma identidade que reivindica uma memória do passado e do presente. Falamos da necessidade de saber de uma história, que é a quilombola e do desejo em se engajar em um processo de identidade que vai além da histórica, chegando aos ditames políticos. Com isso, este tópico vem justamente contrapor o jogo de memória colocado pela questão quilombola, pois não basta apenas pertencer a um lugar, o engajamento político para a auto definição quilombola caminha junto da autoafirmação de identidade.

No momento em que uma comunidade detém o conhecimento da questão quilombola e dos direitos salvaguardados via constituição, é que se inicia uma busca incessante entre os mais velhos por histórias que expliquem a existência da comunidade e por isso falamos de um direito que reivindica identidades. Há uma necessidade de criação subsídios de combate à exclusão social das pessoas, de um conhecimento em massa sobre os direitos das comunidades quilombolas, no sentido de garantir a proteção de manifestações históricas bem

como a manutenção dos modos de vida destas populações que se constituem enquanto memória viva da história afro-brasileira.

A Lei 10.639/2003 foi criada não apenas com o intuito de fazer com que jovens e adultos cresçam sabendo das influências exercidas pela cultura africana no Brasil. Mas que nela as pessoas possam se reconhecer, se valorizar e se identificar, como se lê no trecho destacado abaixo:

Assim, os preceitos enunciados na nova legislação trouxeram para o Ministério da Educação o desafio de constituir em parceria com os sistemas de ensino, para todos os níveis e modalidades, uma *Educação para as Relações Etnicorraciais*, orientada para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade etnicorracial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Por este motivo, a compreensão trazida pela Lei 11645/2008, sempre que possível, está expressa neste Plano Nacional. (PLANO NACIONAL, 2013, p.11)

Contudo, tal qual o autor Silva retratou em sua obra, os de lugares de memória ou memórias vivas do quilombismo devem ser preservados. Estas comunidades remanescentes de quilombo tem fornecido um quadro físico para esse jogo das lógicas concorrentes de representações de um evento passado – o quilombo – e de construção de um discurso histórico e político correspondente, diante dos desafios do presente. Dialética a que é submetido cada olhar coletivo sobre a história, entre um passado interpretado e um presente interpretante (SILVA, 2000).

4.3.1 De onde veio a ideia de proteger?

A memória, afirma Menezes (2004), é o suporte fundamental da identidade, funcionando como um mecanismo de retenção de informação e de conhecimento, articulando os aspectos multiformes da realidade, conferindo-lhes inteligibilidade. No entanto, a memória pode ser induzida e as tradições são inventadas ou reinventadas. Os processos de resistência cultural engendrados pelas entidades da cultura popular são construídos por meio da articulação com seu entorno, são preservados pela memória coletiva e constituem fontes específicas de identificação. Essas identificações podem consistir em reações defensivas contra as condições impostas, quer sejam por sistemas autoritários, pelas transformações globais, ou pelos processos de colonização e racionalização engendrados pela modernidade tardia. (SANTOS, A., 2011, p.57)

O discurso de proteção vem em comunhão com a cultura, que adotada em sua dimensão antropológica carrega em si fluidez. No que tange a questão quilombola, como

falamos no tópico anterior, a noção de identidade é reivindicada pela luta por direitos. Com isso abrimos um espaço para falar dos direitos de proteção aos quilombos do Brasil. Como disse o autor Santos, há uma constante reação defensiva em prol da garantia do direito de autoafirmação, concebidos em prol da reparação social, de políticas afirmativas (SANTOS, 2011).

As Ações Afirmativas são medidas determinadas pelo Estado em decorrência do debate entre a sociedade civil organizada. Estas possuem o objetivo de acabar com as desigualdades acumuladas ao longo da história e garantir a igualdade de oportunidades e direitos, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. A Lei que regulamenta os Quilombos e as Cotas, por exemplo, foi criada nesse contexto de “afirmação”.

Quando a questão é quilombo, a identidade quilombola tem o território como principal referência e com isso há uma demanda pela regularização fundiária, como falamos em outro momento. Desta forma, estamos falando de uma questão de reparação histórica - ainda que parcial - e do reconhecimento público da contribuição dada pelos quatro milhões de africanos escravizados e seus descendentes na edificação do Brasil. Com isso, a ideia de proteção aos quilombos do Brasil vem em forma de reparar e garantir os direitos destas populações que, desde a sua criação, sofre com o esquecimento do Estado, com a exploração de grandes empresários e com o racismo, imposto pela história ao longo dos anos. A representação estereotipada do negro escravo pode ser vista como uma tentativa de negar-lhe a cidadania, após a abolição. Assim, manter presente a imagem do escravo pode ser vista como uma estratégia do poder de manter a inferioridade e a subordinação.

Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:
- inicialmente econômico;
- em seguida, pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p.28)

Esta tomada de consciência, não só de quem será protegido, mas de quem vai proteger. A necessidade de difundir uma ideia de ser quilombola objetiva uma autoproteção, pois o conhecimento vira arma quando é utilizado com eficácia.

4.4 Porque se auto afirmar

A lógica de autoafirmação de identidade quilombola foi desencadeada principalmente a partir da década de 1990, quando em Rio das Rãs, comunidade da cidade de Bom Jesus da Lapa/BA foi titulada pelo INCRA em resposta a uma demanda antiga determinada por conflitos com fazendeiros da região. Hoje existem inúmeras comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e, mesmo sem uma análise aprofundada, ponderamos que se trata de um trabalho que almeja uma força tarefa em prol de uma ampliação da atual condição de autoafirmação quilombola. É uma emergência afro-brasileirado conhecimento sobre a sua história, sobre os riscos que os quilombos sofrem diariamente com a especulação imobiliária, com resquícios de um capitalismo que devasta e inibe aqueles que carregam consigo traços de exclusão e esquecimento.

Deste modo, este trabalho avaliou em seu período de pesquisa, possíveis motivos que levam a autoafirmação quilombola. Ao longo do texto, fomos contemplados com a observação de casos que vão além da seara do trabalho desenvolvido junto à comunidade de São Braz. Avaliamos uma ordem geral para o reconhecimento e autoafirmação de identidade quilombola, levando em consideração causas que levam um povo a se reunir e buscar junto ao Governo, uma certidão, que é encarada como um troféu por muitas localidades. Percebemos que a questão da identidade vai além do conflito interno de autoafirmação quilombola, seja uma afirmação histórica/identitária ou política.

Contudo, selecionamos alguns motivos que norteiam os discursos e debates de autoafirmação quilombola. Aqui, não destacamos interesses pessoais no pleito da certidão quilombola. Estamos falando de um viés difundido em torno da autodeterminação quilombola para garantia de direitos, antes mesmo de uma explanação sobre o que é ser quilombola em essência. Destacamos a ênfase que muitas comunidades dão para a palavra quilombola como alguém que se associa a uma instituição, ou em ditos populares, alguém que almeja questões políticas.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de autorrejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e preferências pela estética e valores culturais dos grupos valorizados nas representações. (MATTOS, 2008, p. 35)

Conforme nos traz Mattos, a rejeição e os estereótipos sofridos pela população negra só poderão ser encerrados com a apresentação de outro lado da história. A conscientização quilombola não deve estar baseada apenas em seu cunho político, pois com isso a quantidade de casos de racismo não será dirimida tendo em vista a diluição das formas de preconceitos

nas diversas relações. Desta forma, propomos uma reavaliação das formas de certificação de comunidades quilombolas no Brasil, trabalho que envolve o Governo e a Sociedade Civil.

Bom, neste tópico debruçamo-nos a falar de três motivos que tangenciam os discursos de autoafirmação quilombola. Poderíamos trazer muitos outros aqui, no entanto elencamos aqueles que norteiam o significado de quilombo nos tempos atuais e a existência de políticas afirmativas que asseguram sua permanência, por isso vamos falar sobre: a garantia de benefícios, a permanência no território e o reconhecimento histórico.

A garantia de benefícios é o primeiro dos cinco motivos que talvez tenhamos desenvolvido uma análise mais profunda no que tange ao trabalho sobre São Braz.

Para concluir, e antecipando o nosso trabalho em andamento, notamos rapidamente que não há reinvenção de tradição ou lógica etnicitária cada vez que uma população retoma, nos seus discursos, os temas provenientes do mercado cultural urbano. A ideia de quilombo é retomada por ser portadora de um sentido em relação a uma situação presente, mas este sentido não é necessariamente importado. No caso, a sua integração em rio das rãs corresponde a uma ordem de interesse estritamente local. O que chamaríamos classicamente de etnicidade, a saber, a transformação de elementos culturais como a memória (importados, tradicionais, autênticos, etc.) em motor de uma ação política existente, mas unicamente entre certa elite articulada a redes no seio das quais esses elementos culturais são geradores de legitimidade. Sobre isso, também, não se trata necessariamente da tradicionalização de uma memória exumada: o defensor mais ardente do quilombo rio das rãs é descendente de uma família de imigração recente. Sobre este último ponto juntemos que, num contexto como este de rio das rãs – onde os relatos sobre o passado produzidos por esta elite se inscrevem em atos políticos e respondem às solicitações de atores mobilizadores de recursos e instrumentos de legitimidade -, é útil questionar o valor desses relatos como expressões de uma memória coletiva. Seria necessário, por isso, levar em conta os atores que geram esses discursos e sua lógica de ação específica. Existe em rio das rãs uma complementaridade quase orgânica entre uma certa elite local, especializada na produção de discursos e de comportamentos largamente adaptados á demanda externa e atores urbanos para os quais rio das rãs é visível apenas como comunidade negra remanescente de quilombo. (SILVA, V.S., 2000, p.329)

Ao falar de garantia de benefícios, colocamos em pauta mais uma vez a reivindicação de identidade a partir da memória para a garantia de direitos. Logo, como descreve Silva, não estamos inventando uma nova identidade, talvez apenas queremos problematizar o modo como essa identidade é apresentada ao seu público alvo.

Conforme dissemos no segundo capítulo deste presente trabalho, temos um grande avanço no que tange a garantia de benefícios para a permanência dos quilombos do Brasil. Políticas em âmbitos Estaduais e Federais atendem a estas comunidades e tem gerado bastante discurso entre elas, pois a mobilização de muitas delas para a autoafirmação quilombola acontece a favor da busca de melhorias para a comunidade. Deste modo, temos no Brasil

inúmeros casos de comunidades que se auto definiram quilombolas para garantir acesso a luz, água encanada, benefícios de ordem social como o bolsa família e distribuição de cestas alimentares, entre outros. Logo, tratamos de uma comunidade que é excluída, mas é atendida a partir de uma política de assistência a elas.

O segundo motivo elencado é a permanência no território. Assim como São Braz, outras diversas comunidades buscam a certificação quilombola em prol da garantia de poder continuar no lugar. Com o território reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade não pode ser dividida nem possuída por pessoas que não são da localidade. Como tratamos ao longo deste trabalho, é desenvolvida atualmente uma política de autoafirmação de identidade quilombola principalmente a partir do sentimento de pertença ao lugar. O território ainda é um requisito crucial no que tange o reconhecimento de identidade quilombola, é a partir dele que muitos “quilombolas” conseguem entender a razão de se identificar enquanto tal, tanto por não desejar sair do lugar quanto por possuir zelo por aquilo que herdou.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2004, p.03).

O terceiro motivo, que está completamente associado à permanência ao território é o reconhecimento histórico. Como Haesbaert, acreditamos na dominação simbólica do território, quando para isso é necessária a avaliação e um reconhecimento histórico, considerando aspectos do vivido, da relação entre comunidade, lugar e modos de ocupação.

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, aquisição de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviço, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão considerou um processo de investigação iniciado em 2009, tendo como ponto de vista a relação tanto de orientanda quanto de orientador com o objeto de estudo, sobretudo a partir da participação no Projeto de Extensão da UFBA, intitulado Atividade Curricular em Comunidade – Memória e Audiovisual. Uma relação que não é de pertencimento ao lugar, mas de interesse amplo em avaliar e entender processos de identidade e os fluxos de memória que dialogam com os modos de falar sobre autoafirmação negra e quilombola. Com isso, enfatizamos que o nosso objetivo, em modo geral, foi discutir a formação identitária do sujeito quilombola, a partir da sua relação histórica com o lugar bem como, sua formação política.

O engajamento deste trabalho, no que tange as questões educacionais, privilegiou uma forma de falar da Lei 10.639/2003 a partir do ponto de vista cultural em uma escola pública de São Braz. Consideramos que a escola não é a única instituição responsável pela difusão do conhecimento e da formação de consciência, no entanto, tendo em vista a existência da obrigatoriedade em se falar de África e história afro-brasileira nas escolas, pensamos que se trata de uma das formas mais acessíveis de dirimir o problema (sim consideramos um problema) da não autoafirmação quilombola. Tentamos ao longo do processo dialogar de forma clara com nossos entrevistados e com o nosso público alvo, a fim de estabelecer parâmetros de avaliação possíveis de trabalho em comunidade.

De fato, este trabalho não se coloca apenas para São Braz. Tomamos a comunidade como ponto de partida para uma fala mais ampla sobre a situação dos quilombos do Brasil, não do ponto de vista do reconhecimento da sua existência, mas dos modos como os diálogos são estabelecidos com estas pessoas. Também não apontamos e nem consideramos as certificações das Comunidades Quilombolas no Brasil um erro cometido pelo Estado, apenas retificamos a importância de acompanhamento e formação das lideranças locais que auxiliam no processo de conscientização dos moradores. Neste ponto, citamos os trabalhos desenvolvidos nas Secretarias Estaduais e Ministérios, projetos desenvolvidos de forma pontual, mas que geram impactos permanentes na comunidade, a exemplo de ações de Ong's e projetos contemplados e executados a partir de editais públicos.

Fundamental destacar os projetos desenvolvidos na comunidade por meio da Prefeitura através Secretaria Municipal de Educação e da Comissão de Gênero e Raça. Há um nítido esforço em ampliar o debate acerca das questões culturais e identitárias na cidade. Aqui citamos também os trabalhos desenvolvidos por organismos da sociedade civil e por agentes

comunitários, que levam à risca a responsabilidade pela manutenção das tradições culturais e históricas da comunidade.

Em uma sociedade alicerçada na dinâmica de mutação história e cultural, que se dá em virtude do passar dos anos, da necessidade das pessoas, necessidades estas cercadas em certa medida por diversas injustiças históricas, como o caso dos quilombos, há uma demanda constante por entender o contexto, manter as tradições e batalhar pelos direitos individuais e coletivos. Desta forma, tentamos entender qual a viabilidade da realização identitária de uma comunidade que não se reconhece em conceitos fechados e políticos sobre o que é ser quilombola. No entanto, a prática identitária completou o nosso desejo de pesquisa: reconhecer e identificar uma comunidade quilombola por meio do pertencimento dos seus moradores. Pois ao ouvi-los e, sobretudo, na escuta dos mais jovens, é nítida a identificação histórica que eles possuem com o lugar. Identificação histórica e causal, tendo em vista a relação deles com as pessoas, com o meio ambiente, do respeito às tradições e aos mais velhos.

A legitimação de identidade está além da militância e da luta por direitos. Ela está viva e sendo vivida, no cotidiano dos moradores, na rotina da luta diária por sobrevivência, na permanência de aspectos comuns da vida quilombola. E para isso, pelo menos para a proteção dessa vivência, estão os organismos estatais e instituições da sociedade civil. Em consonância com isto, este trabalho se desenvolveu a partir de análises empíricas das formas como o debate sobre identidade quilombola é conduzido em âmbito comunitário, municipal, estadual e federal. Desta forma, a escola ainda aparece como a interlocutora mais capaz de difundir informações sobre o processo de formação histórica das comunidades quilombolas. Estamos falando de um local de troca, onde instituição e comunidade dialogam em busca de um entendimento comum sobre o assunto. Destacamos a importância de atuação de diversos atores sociais, envolvendo família e lideranças em prol de um trabalho que é o de pertencimento e luta por direitos que durante tanto tempo foi retirado destas populações. Pois não basta apenas a comunidade ser atendida, é necessário que haja um entendimento do por que, como e por quem ela está sendo vista.

Avaliamos um tempo onde ser negro caiu em um debate grosseiro, lugar que muitas pessoas fenotipicamente e conscientemente são brancas, se declaram negras para concorrer estoques reservados à comunidade afro-brasileira. Estamos falando de anos de luta pelas cotas, pelos quilombos, que são tomados por quem não é de direito. Com isso, este trabalho vem como um alerta da importância de saber de si para se proteger.

Contudo, esta pesquisa foi encerrada com a certeza de dever cumprido. Talvez no caminho percorrido se tenha redescoberto a importância de assumir a identidade negra, enquanto pesquisadora e inclusive entre o movimento de militância negra.

A conclusão da pesquisa chegou cerceada por muitas inquietações, no bojo dos debates acerca da conjuntura sócio-política brasileira. Com um esforço de localizar o tema quilombo no único ambiente costumeiramente tido como educacional este trabalho trouxe argumentações e reflexões em torno de outras formas de pensar a educação a partir da lei 10.639/2003. Que haja outros atores em sua execução. Que existam espaços interessados em dialogar as questões raciais para além da escola. Que a educação quilombola seja colocada como prática prioritária nas comunidades quilombolas. Que haja valorização e qualificação do profissional que irá desenvolver trabalhos nos quilombos. Nosso esforço consistiu em reunir ações, atores e medidas a fim de gerar outras formas de pensar a execução da Lei em um município do Recôncavo Baiano.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais/ Bahia. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI – Salvador, 2012.

BARROS, Zelinda dos Santos; SANTOS, Marta Alencar dos. **Educação e Relações Étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR, 2012.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALEGARI, Luiza. **Negros ganham, em média, pouco mais da metade dos brancos, mostra IBGE**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2014/01/30/trabalhadores-negros-ganham-pouco-mais-da-metade-dos-brancos-mostra-ibge.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CAMPOS, Gleisy Vieira... [etal]. **Coleção história e cultura afro-brasileira e indígena: 7º ano**— São Paulo, SP: Editora Ática do Brasil, 2010.

_____, Gleisy Vieira... [etal]. **Coleção história e cultura afro-brasileira e indígena: 9º ano**— São Paulo, SP: Editora Ética do Brasil, 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Cunha, Júlio A. C. da; Ribeiro, Evandro Marcos S. **A Etnografia como Estratégia de Pesquisa Interdisciplinar para os Estudos Organizacionais**. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/692/491>. Acesso em 15 fev. 2014

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Taiane. **Política Cultural**. Mais definições em trânsito. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. The interpretation of cultures. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000100012&script=sci_arttext. Publicado em junho de 2003.> Acesso em: 15 fev. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais**: o problema dos patrimônios culturais. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. I, D. 2, 1988.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento territorial** (NOTA). Boletim Goiano de Geografia. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **Estudos Culturais e seu Legado Teórico**. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INÁCIO, Silvana Regina. **Eles São Vencedores**. Disponível em: <<http://Racabrasil.Uol.Com.Br/Cultura-Gente/113/Artigo57748-1.Asp>> Acesso em: 09 abr. 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **1908-O pensamento selvagem I** Claude Lévi-Strauss; Tradução: Tânia Pellegrini -Campinas, SP: Papirus, 1989.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro, UFRJ Editora, 2001.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **A diversidade cultural presente nos estoques informacionais das escolas públicas de Santa Catarina**: um estudo sobre a implementação da lei federal nº 10.639/03. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

MORAES, Dênis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Manual, 2006.

NASCIMENTO, Guimário dos Anjos. **Cidadania e Consciência Negra no Instituto Steve Biko**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/nossas-lutas/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/7642-cidadania-e-consciencia-negra-no-instituto-cultural-steve-biko-monografia>.> Acesso em: 03 ago.2011.

NO BRASIL, negros e mulheres ficam mais tempo desempregados, diz estudo. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2013/08/19/no-brasil-negros-e-mulheres-ficam-mais-tempo-desempregados-diz-estudo.htm>.> Acesso em: 09 abr. 2014.

OLIVEIRA, Geise. **Quilombo.Doc: A Lei 10.639 Nos Processos De Auto- Afirmação De Identidade Quilombola Em São Braz/ Santo Amaro – Bahia**. Salvador: Faculdade de Comunicação, 2011.

PLANO Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das RelaçõesEtnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/wp-content/uploads/2012/PME/DCN_Educacao_das_Relacoes_Etnico-Raciais.pdf.> Acesso em: 03 abr. 2013.

POLACK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat, JocelyneStreiff- Fenart. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 4.887, De 20 De Novembro De 2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 12 set 2013

PRICE, Richard. **Reinventando a história dos quilombos**: rasuras e confabulações. Revista Afro- Ásia. Salvador: Centro de Estudos Afro – Orientais/ FFCH/UFBA, 2000.

PORTAL DA PREFEITURA DE SANTO AMARO. (Disponível em:<<http://www.santoamaro.ba.gov.br/santo-amaro/>.> Acesso em: 31 jan 2014).

SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais**: políticas públicas em perspectiva comparada. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Leidiane. **A história e cultura afro-brasileira e a lei 10.639/03**: desmitificando a inferioridade racial brasileira. Disponível em:
<<http://www.webartigos.com/articles/12161/1/A-Historia-e-Cultura-Afro-Brasileira-e-a-Lei-1063963/pagina1.html#ixzz1YkWdX1Gy>> Acesso em: 03 ago.2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
SANTOS, Ubiraci Gonçalves dos. **A criança e seu espaço histórico – cultural**/ Ubiraci Gonçalves dos Santos, Pedro Gabriel, Itabuna (BA): Editora Ética do Brasil, 2008.

SEYFERTH, Gyralda. **Colonização, imigração e questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SILVA, Ana Célia. **Adiscriminação do negro no livro didático**/ Ana Célia da Silva. 2 ed. – Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, M. P. Da. **Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana**: a Lei 10.639/03. EccoS, São Paulo, 2007.

SILVA, Valdélcio Santos. **Rio das Rãs à luz da noção de quilombo**. Revista Afro- Ásia. Salvador: Centro de Estudos Afro – Orientais/ FFCH/UFBA, 2000.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PROFESSORAS DE HISTÓRIA AFRO E GEOGRAFIA DA ESCOLA MUNICIPAL ANA JUDITE DE ARAÚJO MELO

QUESTIONÁRIO PROFESSOR

1. Aplicar com todos os professores de história e geografia das duas escolas de S. Braz

2. Aplicar com professores antigos da escola, entendendo a formação dos alunos que estão na 3ª série

3. Destacar a naturalidade e região de domicílio

4. Destacar a periodicidade de ensino

5. Você conhece a Lei 10.639? Sobre o que ela trata? *Sim. Ela autoriza o ensino de História Afro nas escolas.*

6. Você acha fundamental a aplicação dela nas escolas? *Bom certeza.*

7. Você faz atividades sobre a história afro brasileira em sala de aula? Se sim, descreva. Se não, porque? *Sim. Trabalho com eventos culturais e locais de acordo com nossa região e outras regiões.*

8. De 0 a 10 como você classifica a influência de África na formação do país? Justifique. *7. Devido as influencias e costumes africanos*

9. Quais aspectos da história/ geografia africana você trabalha em sala de aula? *Sobre cultura, crença.*

10. Quais livros você aborda em sala que tratam da história afro brasileira? Eles encontram-se na biblioteca da escola?

11. Você considera o acervo da escola suficiente para o estudo da história afro brasileira em sala de aula?

12. Que materiais você já utilizou para falar da história afro brasileira em sala de aula?

Audiovisual

Livros

Revistas

Fotografias

Outros

13. Você já participou de alguma formação sobre a história afro brasileira? Qual? Quando? Quem promoveu? *Não*

14. O que você sabe sobre a história de São Braz? *Que é remanescente de Quilombo e rica em cultura*

15. Como você avalia a influência da história desta comunidade como objeto de estudo sobre a história afro brasileira? *De grande importância pois a partir da história da comunidade local, podemos abordar aspectos que fazem parte do cotidiano da população existente na sua cultura.*

Figura 3: Questionário aplicado às professoras de História Afro e Geografia da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo

10- Você aborda características da comunidade nas atividades sobre a história e geografia afro brasileira? Se sim, quais? Se não, porque?
Sim. A questão de ser remanescente de Quilombo e o Samba.

10- Como você avalia o interesse dos alunos pela história sobretudo afrobrasileira?
Partindo do seu cotidiano, torna-se mais interessante.

10- De acordo à classificação abaixo, como você se identifica?
pl o mesmo.

Branco

Pardo

Preto

Amarelo

Indígena

Outro

Figura 4: Questionário aplicado às professoras de História Afro e Geografia da Escola Municipal Ana Judite de Araújo Melo

APÊNDICEB - QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ANA JUDITE ARAÚJO MELO

QUESTIONÁRIO ALUNO

* todos os alunos da 8ª série

* ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história

* aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro*

2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Nada*

3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *sim*

4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *escreve o folclore.*

5- O que é marcante na cultura local para você? *Muitas coisas.*

6- O que é África pra você?

Pais:

Continentes:

Estado:

Outro:

7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Não*

8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Não*

9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *sim*

10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *sim cultura negra*

11- Você conhece alguma história africana? Quais? *sim a de Zumbi dos Palmares*

12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *sim. O Racismo e encontrado em todo lugar principalmente em trabalhos!*

Figura 5: ALUNO 01

QUESTIONÁRIO ALUNO

* todos os alunos da 8ª série

* ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história

* aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Nada*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *Sobre o preconceito e o racismo*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *Cumbica - meu boi e a capoeira*
- 6- O que é África pra você?

País

Comunidade

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Sim. Por que ela faz parte*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Sim. Consciência negra*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim. O racismo é quando uma pessoa branca não gosta da negra.*

Figura 6: ALUNO 02

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Que somos remanescente de quilombos*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *Futebol*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *O samba-chula e o bumba-mele*
- 6- O que é África pra você?

Pais

Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Sim*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Sim*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim. Racismo é uma forma de discriminação.*

Resposta do 8º = Porque tem muitas coisas em comum com o samba, a capoeira, o bumba-mele e outros.

Resposta do 10º = com livros de cultura afro.

Figura 7: ALUNO 03

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Que somos remanescentes de quilombolas.*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim.*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *Folclore.*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *O samba chula e a lambada entre outros.*
- 6- O que é África pra você?

País

● Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim.*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Sim.*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim.*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Sim.*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não.*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim. O racismo é uma forma de discriminação.*

Resposta do 8º: Porque tem muitas coisas em comum.
Por exemplo: o samba, a capoeira, o landombali.

Resposta do 10º: Em livros de cultura afro.

R

Figura 8: ALUNO 04

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro.*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Nada.*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim.*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *historia e geografia.*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *A escravidão dos negros.*
- 6- O que é África pra você?

País

● Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Sim*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Sim*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim. O neoinismo é uma forma de discriminação.*

Resposta do 8: Porque tem muitas coisas em comum como:
a capoeira, o candomblé e o samba.

Resposta do 10: com livros de história e cultura afro.

Figura 9: ALUNO 05

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Santo Amaro*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *nada*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *não*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *Matemática*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *O samba e a feia*
- 6- O que é África pra você?

País

Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *sim*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *comunidade negra*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *sim: quando a pessoa discrimina a outra por causa do cor a pessoa discrimina sem graça.*

Figura 10: ALUNO 06

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? **Santo Amaro**
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? **A cultura dos Quilombolas**
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? **Sim**
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? **Todos**
- 5- O que é marcante na cultura local para você? **O samba**
- 6- O que é África pra você? **Gente que não tem vergonha da tua cor muito menos da tua cultura.**

País

Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? **Várias**
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? **Sim**
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? **Sim**
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? **Sim tipo Zumbi**
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? **Sim, de Zumbi dos Palmares**
- 12- Você já ouviu falar sobre racismo? Explique. **Sim, é uma coisa que de pessoas que não tem cor, não podemos fugir o próximo.**

porque temos dentro de nós um pouco da cultura africana, podemos até não perceber, nem dar importância mas que temos.

Figura 11: ALUNO 07

QUESTIONÁRIO ALUNO

* todos os alunos da 8ª série

^{SIM}
* ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história

^{SIM}
* aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

^{SIM}

1- Em que cidade você nasceu? ^{SÃO BRAZ / SANTO AMARO}

2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade?

3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro?
^{NADA}

4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola?
^{AINDA NÃO}

5- O que é marcante na cultura local para você?
^{ARTES}

6- O que é África pra você?
^{LA MARE}

^{É UM CONTINENTE AFRICANO}

País

Continente

Estado

Outro

7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana?

8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque?
^{SIM}

9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira?
^{NÃO, PÔE MUITO LONGE.}

10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais?
^{SIM}

11- Você conhece alguma história africana? Quais?
^{CULTURA - AFRO}

12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique.
^{NÃO}

<sup>SIM PORQUE NAS ESCOLAS E NAS AULAS DE CULTURA
ENSINA E TÁL.</sup>

Figura 12: ALUNO 08

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *SANTO AMARO*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Nada*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Não*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *g. Física*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *O manguegal*
- 6- O que é África pra você?

País

Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Não*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Não*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Não*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim. O racismo é uma forma de discriminação dos brancos.*

Figura 13: ALUNO 09

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *SALVADOR*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *Nada, por que eu não moro ali agora*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Não*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *História, E. física*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *A manguzeira*
- 6- O que é África pra você? *É um continente africano*

País

Continente

Estado

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Não, porque não tem nada a ver*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Não*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *Não*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim, por que o racismo está em todo o lugar*

Figura 14: ALUNO 10

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *Salvador*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *nao*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *língua*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *nao*
- 6- O que é África pra você?

País *brasil*

Continente

Estado *ba*

Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? *Porque?*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *Sim, Discriminação negra*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *mito*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim, racismo e quando uma pessoa discrimina nome pessoa*

Figura 15: ALUNO 11

QUESTIONÁRIO ALUNO

- * todos os alunos da 8ª série
- * ter acesso ao conteúdo programático da disciplina de história
- * aplicar questionário nas duas escolas de São Braz

- 1- Em que cidade você nasceu? *São Braz*
- 2- O que sabe sobre a história da sua Comunidade? *nada*
- 3- Já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Santo Amaro? *Sim*
- 4- Quais assuntos você mais gosta de estudar na escola? *casença negro*
- 5- O que é marcante na cultura local para você? *a escravidão*
- 6- O que é África pra você? *...*

- País
- Continente
- Estado
- Outro

- 7- Você já fez alguma atividade na escola sobre cultura afro brasileira ou africana? *Sim*
- 8- Você acha que a cultura local tem proximidade com a cultura africana? Porque? *Dancasura do con*
- 9- Você acha importante estudar a história e a cultura afro brasileira? *Sim* *dancasura do mundo*
- 10- Você já leu livros sobre a história africana ou discriminação racial? Se sim, quais? *...*
- 11- Você conhece alguma história africana? Quais? *zulu dos panarus*
- 12- Você já ouviu falar sobre o racismo? Explique. *Sim e uma coisa muito ruim para todas que sofre preconceito racial*

Figura 16: ALUNO 12

APÊNDICEC - LANÇAMENTO DO QUILOMBO.DOC



Figura 17: Público do lançamento do Documentário Quilombo.Doc.
Fotografia: Geise Oliveira (2013)

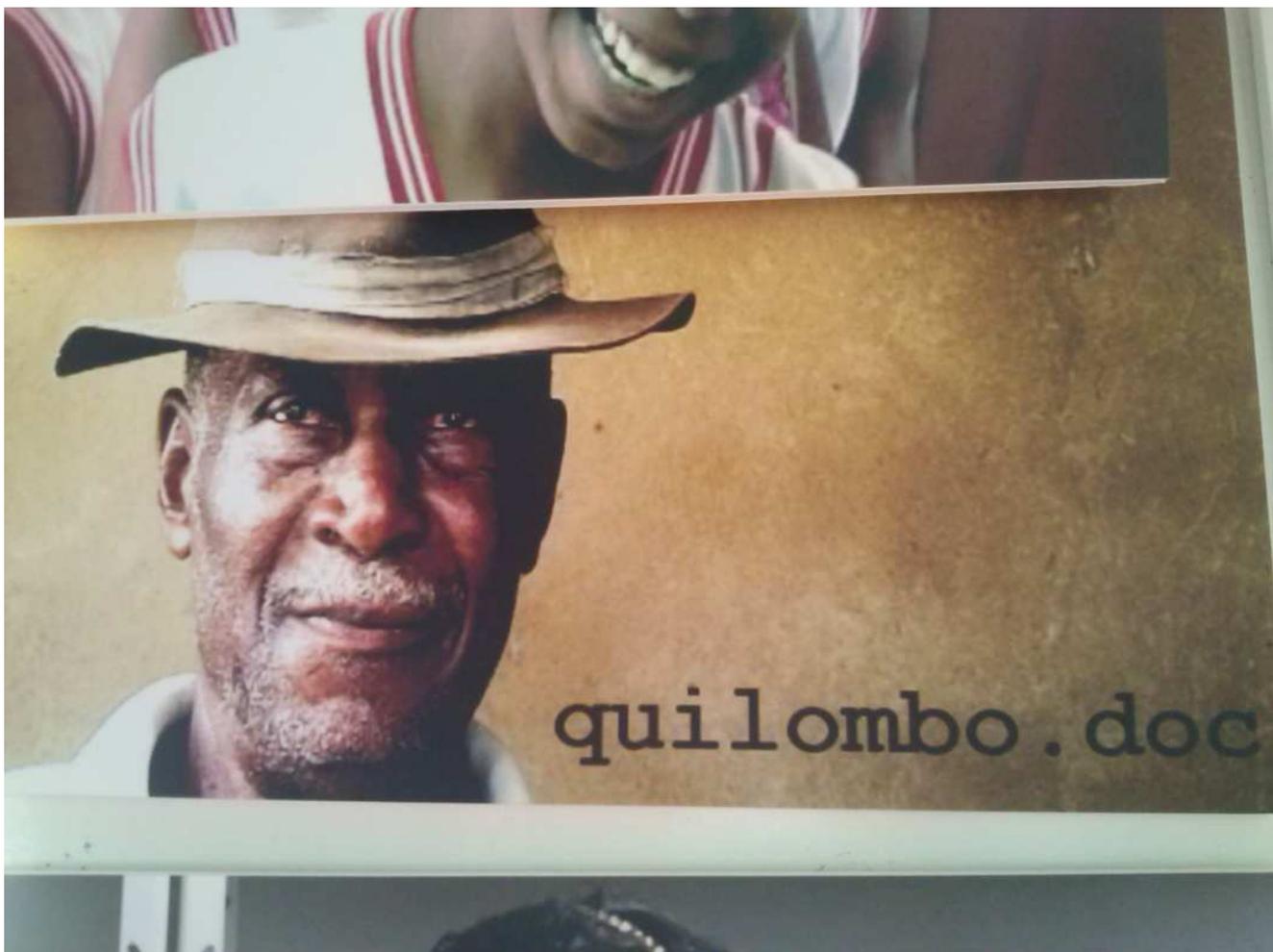


Figura 18: Capa do DVD Quilombo.Doc

Fotografia: Geise Oliveira (2013)



Figura 19: Exposição de fotos do documentário Quilombo.Doc

Fotografia: Geise Oliveira (2013)



Figura 20: Público do lançamento do Quilombo.Doc

Fotografia: Geise Oliveira (2013)

ANEXO A - CURRÍCULO DOS AUTORES DO LIVRO “HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA”

CURRÍCULO DOS AUTORES DO LIVRO “HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA” - 5º ANO.

• **Ubiraci Santos:** Formado em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA, Especialista em Metodologia do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade São Salvador e Conselheiro de Direitos Humanos pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH).

• **Pedro Gabriel:** Formado em Letras Vernáculas pela UFBA e Especialista em Metodologia e Fundamentos do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Visconde de Cairu.

CURRÍCULO DOS AUTORES DO LIVRO “HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA” - edições para os 7º, 8º e 9º ANO.

• **Gleisy Vieira Campos:** Pedagoga, graduada pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC\BA), especialista em Educação Infantil e Relações Etnicorraciais pela UESC\BA; educadora do Ensino Superior e da Educação Básica.

• **Nayana Santos Cardoso:** Licenciatura em Matemática, com especialização em Educação e Relações Etnicorraciais e Ensino de Ciências e Matemática.

• **Lisandra Oliveira Matos Raad:** pedagoga, orientadora educacional, formada pela UESC\BA, especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC\BA) e, em Análise de Sistema pela Universidade em Belo Horizonte, Minas Gerais (UniBH); formadora e coordenadora pedagógica de escolas públicas.

• **Valéria Almeida dos Santos Silva:** pedagoga, graduada pela UESC\BA e especialista em Pedagogia Empresarial de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA\RJ); assessora educacional, educadora orientadora em pesquisas acadêmicas e de ensino a distância; formadora e coordenadora pedagógica em escolas públicas e privada.